

RAINHA
SEM REINO

(ESTUDO HISTÓRICO DO SÉCULO IV)

POR

ALBERTO PIMENTEL



PORTO
BARROS & FILHA, EDITORES

RUA DO ALMADA, 104 A 114

1887

The Project Gutenberg eBook of Rainha sem reino (Estudo historico do seculo XV)

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: Rainha sem reino (Estudo historico do seculo XV)

Author: Alberto Pimentel

Release date: October 10, 2020 [eBook #63434]

Language: Portuguese

Credits: Produced by Rita Farinha and the Online Distributed Proofreading Team at <https://www.pgdp.net> (This book was produced from scanned images of public domain material from the Google Books project.)

*** START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK RAINHA SEM REINO (ESTUDO HISTORICO DO SECULO XV) ***

RAINHA SEM REINO

BARROS & FILHA, EDITORES

RUA DO ALMADA, 104 A 114, PORTO

Litteratura e polygraphia

Alliança helleno-latina, discurso, por Emilio Castellar: 1 vol., 200 rs.

Cartas a Luiza (moral, educação e costumes), por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho: 1 vol., 600 rs.

Diccionario de phrases latinas de uso mais vulgar, por Brito de Barros: 1 vol., 500 rs.

Farpões, por Brito de Barros (2.^a edição): 2 tomos, 500 rs.

Mulheres, romance, por Brito de Barros: 1 vol., a entrar no prelo.

Pandemonio, por Brito de Barros: 1 vol., 500 rs.

Rainha sem reino (estudo historico do seculo XV), por Alberto Pimentel: 1 vol., 600 rs.

Uma vida perfeita, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho: 1 vol., a entrar no prelo.

Viagens no Chiado, por Barros Lobo (*Beldemonio*): 1 vol., a entrar no prelo.

Educação e ensino

Modelos de redacção, auxiliares do curso de portuguez e dos alumnos d'instrucção primaria, por Antonio Manuel Gomes: 1 vol., cartonado, 500 rs.

Nova arithmetica e systema metrico das escholas primarias, por Jacob Bensabat: 1 vol., cartonado, 400 rs.

Resumo da historia portugueza para uso das escholas d'instrucção primaria, por Antonio Manuel Gomes; obra approvada pelo governo (2.^a edição): 1 vol., cartonado, 300 rs.

Rudimentos de arithmetica e systema metrico, por Antonio Manuel Gomes: 1 vol., cartonado, 200 rs.

RAINHA SEM REINO

(ESTUDO HISTORICO DO SECULO XV)

POR
ALBERTO PIMENTEL

PORTO
BARROS & FILHA, EDITORES
RUA DO ALMADA, 104 A 114
1887

Imprensa Civilização—Rua de Santo Ildefonso, 73 a 77

I

SEGREDOS DA ALCOVA...

A infanta de Portugal, D. Joanna, filha de el-rei D. Duarte e da rainha D. Leonor d'Aragão, nasceu posthuma, em março de 1439. Duas grandes fatalidades pareceram cobrir com a sua aza negra o berço da infantasinha portugueza: o lucto pela morte de seu pae, esse illustrado e infeliz rei para quem a vida fôra pouco menos de um martyrio ininterrupto, e a peste que então grassava em Lisboa, obrigando a côrte da rainha viuva a retirar-se para Almada, onde a infanta nascera na quinta de Monte Olivete.

Menos feliz do que sua irmã D. Philippa, que n'esse mesmo anno morrera menina, tocada da peste, D. Joanna foi desabrochando as graças da sua infancia no meio de uma côrte melancholica, perturbada pelas luctas politicas da regencia, entregue ao cuidado da sua aia Maria Nogueira, e, mais tarde, confiada á companhia da sua camareira-mór D. Isabel de Menezes, mulher de Ruy de Mello, alcaide-mór de Elvas.

Menina e moça, a infanta, extremamente bella, fazia lembrar uma flor que vegeta á beira de um tumulo, porque essa côrte viuva, onde a *triste reina* não tinha uma hora de serenidade de espirito, não era, de feito, mais do que o tumulo de todas as alegrias de familia, porque não as teve a de D. Duarte, nem a de seu filho Affonso v.

Chegando aos dezesete annos de idade, fôra D. Joanna pedida em casamento por seu primo Henrique iv, de Castella, que tinha nascido a 5 de janeiro de 1425, e fôra jurado principe das Asturias nas côrtes geraes de Valhadolid com festas publicas.

O bispo de Cuenca, que o baptizara, prégou sobre este thema: *Puer natus est nobis*. Um menino nos nasceu. Mas apesar de nascer entre jubilos o menino, que no throno de Castella devia succeder a seu pae D. João II, as côrtes preoccuparam-se logo de

resolver uma questão importantíssima. Fôra o caso, que D. João II havia casado com a infanta D. Maria, sua prima carnal, filha de Fernando I, de Aragão, irmã de D. Leonor, casada com D. Duarte, de Portugal, e que este casamento intromettera nos negocios politicos de Castella os infantes de Aragão, especialmente D. João e D. Henrique, que procuravam tomar ascendente no animo do rei, seu cunhado.

D. Henrique, que era mestre de S. Tiago, e que aspirava a desposar, como desposou, D. Catharina, irmã do rei D. João, foi até ao extremo de assaltar o paço, e de querer aprisionar o rei. O infante D. Henrique entrara preso na fortaleza de Móra, e D. João II representou ao rei de Aragão, Affonso V, para que lhe entregasse os cavalleiros que tomaram partido por D. Henrique. Mediaram negociações, e o rei de Aragão resolveu finalmente invadir o reino de Castella.

Fôra pois a noticia d'esta invasão o assumpto que preoccupara a attenção das côrtes. Se o rei de Aragão se obstinasse em penetrar em Castella, o que se havia de fazer? Resistir-lhe, decidiram as côrtes ao cabo de longos debates.

Vagara entretanto o throno de Navarra, a que o infante aragonez, D. João, subira pelo seu casamento com a infanta D. Branca. Este incidente deu uma nova face ás pendencias de D. João de Castella com D. Affonso de Aragão. O infante D. Henrique reconquistara a liberdade, para continuar a lucta, e o rei de Aragão dissolveu o exercito com que se havia preparado para combater o adversario.

Em 1425 nascera, como dissemos, da alliança de D. João II com sua prima D. Maria, um infante, que recebeu o nome de Henrique. Era o quarto do nome que devia succeder na coroa de Castella.

A rainha D. Maria morreu envenenada, em Villecastin, a 15 de março de 1455. Pouco antes havia tambem fallecido em Toledo, crê-se que por effeito de veneno, sua irmã a rainha D. Leonor, viuva de D. Duarte, de Portugal. A morte d'estas duas princezas filia-se no apoio que poderiam querer dar ou receber do infante D. Henrique, seu irmão. Não faltou todavia em Portugal quem indiciasse o infante portuguez, D. Pedro, como cumplice, senão auctor, da morte de sua

cunhada D. Leonor de Aragão, para evitar novos embaraços políticos á regencia, durante a menoridade de Affonso v. Esta suspeita, lançada sobre o character do infante D. Pedro, não conseguiu maculal-o perante a historia, porque são os proprios chronistas hespanhoes, entre elles Flores, que apontam o condestavel castelhano, D. Alvaro de Luna, como promotor do envenenamento de ambas as princezas. O infante D. Pedro havia até annuido a que D. Leonor voltasse para Portugal, mas a negociação mallograra-se pelo subito fallecimento da rainha em Castella.

Pelo que respeitava a esta senhora, receava D. Alvaro que influísse para que seu irmão D. Henrique voltasse a Toledo, d'onde fôra expulso, porque servindo a causa de seu irmão julgaria a rainha de Portugal favorecer a sua propria causa contra o regente D. Pedro.^[1]

Quanto á rainha de Castella, D. Maria, pensou o condestavel D. Alvaro em desembaraçar-se da sua influencia por um meio violento, aliás muito vulgar então na côrte castelhana: o veneno.

«Uma e outra, diz o padre Flores, morreram de veneno, segundo a promptidão e efeitos da morte; pois que D. Leonor morreu de repente, depois de tomar um remedio caseiro; D. Maria não sentiu maior enfermidade que uma dor de cabeça, e ao quarto dia morreu. Os cadaveres de ambas cobriram-se igualmente de vergões, e portanto se attribuiu a morte a veneno. De mais a mais, vê-se do processo instaurado contra D. Alvaro de Luna, que influira para que fosse ministrada peçonha ás duas rainhas.»

O plano de D. Alvaro não falhara, porque logo depois da morte da rainha feria-se a 29 de maio uma batalha junto a Olmedo. O rei venceu. D. Henrique morreu, em Calatayud, do ferimento que recebera durante a batalha, e D. Alvaro de Luna conseguira ser investido no mestrado de S. Tiago, que o infante tivera.

Fôra o condestavel D. Alvaro que negociara o segundo casamento de D. João II, de Castella, com a infanta D. Isabel, filha do infante D. João de Portugal e neta de D. João I. D'este segundo casamento nasceram a infanta D. Isabel e o infante D. Affonso, que

vieram a representar na politica de Castella um papel importante, principalmente Isabel, que sobreviveu ao irmão, e que pelo seu casamento com Fernando de Aragão preparou a unidade hespanhola, finalmente realizada por Carlos v.

Por agora, reportemo-nos ao nascimento de Henrique IV, successor do throno de Castella.

O menino tinha nascido, mas não nascera com elle a tranquillidade da côrte de D. João II. Discussões de toda a ordem a agitavam. De mais a mais, o condestavel D. Alvaro de Luna, valido do rei, tinha visto levantarem-se contra elle todos quantos beneficiara, e a tal ponto o combatiam, que o rei se viu obrigado a pactuar em Castronunho, acceitando a imposição do desterro temporario de D. Alvaro.

Mas não teve forças D. João II para romper com o valido. Saltou por cima da concordata de Castronunho. Reagiram os confederados, e uma nova reunião foi apazada para Valhadolid. O principe das Asturias assistiu, e concordou com os demais em que, por pedido do rei, se dêsse salvo-conducto a D. Alvaro de Luna; mas, no dia seguinte, o principe voltou-se para a politica dos confederados, impondo por sua vez condições ao rei.

Um tal procedimento causou grande escandalo na côrte. *Puer natus est nobis*. D. João II não podia duvidar de que tinha um filho, e por tal signal que lhe ia dando muito que fazer. É verdade que parecia inspirar-se nas sugestões de um mau conselheiro; nem tudo era obra propriamente sua. Dominava-o um donzel, de nome João Pacheco, seu valido, filho de Affonso Telles Giron, senhor de Belmonte.

Fôra o proprio condestavel D. Alvaro quem puzera este desagradecido rapaz, seu pagem, ao lado do principe, e é curiosa a circumstancia de que o condestavel dominava tanto o rei quanto o Pacheco dominava o principe.

Mas o feitiço voltara-se contra o feiticeiro, e Pacheco, feito marquez de Vilhena por D. João II, parecia agora aconselhar o principe a conspirar contra a politica do rei, que era a politica do

condestavel. O principe das Asturias unira-se, pois, aos inimigos de D. Alvaro de Luna, que, tendo sido valido, veio a acabar no cadafalso, como quasi todos os validos em Castella.

O mesmo rei, que o defendera, entregou-o aos seus inimigos e, depois de o haver atraçoado, mandou-o chorar pelos poetas da côrte. Um dos que choraram por conta do rei foi João de Mena.

D. João II pensou em arrancar o filho á influencia de Pacheco. Para isso lembrou-se de um meio: casal-o. Casal-o de facto, entende-se, porque D. Henrique já estava desposado com D. Branca de Navarra, como fôra estipulado no tratado de paz feito entre os reis de Aragão, Navarra e Castella.

Fez-se o que o rei pensara. D. Branca viera para Valhadolid juntar-se com o seu noivo. Realizaram-se festas esplendidas; houve saraus, banquetes, cannas, torneios, montarias e toiros. Dir-se-ia que o reino estava nadando em felicidade e paz. Mas, apesar das festas, o casamento de D. Henrique com essa infeliz princeza, que devia ser esposa mallograda, fôra tristemente agoirado. Os torneios e as festas deixaram uma lugubre recordação, ensanguentada pela morte e pelos ferimentos de alguns cavalleiros. As pontas das lanças, com que lidaram, eram de ferro acerado, de modo que a lide sahiu a valer.

Do casamento do principe das Asturias com D. Branca, de Navarra, não houve filhos. O principe dava-se habitualmente a outro genero de prazeres, segundo o testemunho de Mariana, e assim se explica a grande privança em que vivera com João Pacheco.

Quatorze annos já iam corridos sem que D. Branca dêsse successão. A voz publica attribuia a culpa d'esta esterilidade a impotencia do principe, e aos maus habitos adquiridos. Dizia-se geralmente que a pobre princeza estava como nascera. Mas, no processo do divorcio, o fundamento official é a impotencia relativa dos dois consortes. Questão de bruxedos, segundo as idéas da epocha, mas não, por certo, segundo as idéas de Pacheco, que outras razões teria.

Posta a questão do divorcio no fôro ecclesiastico, pronunciou sentença de nullidade Luiz da Cunha, que governava a igreja de Segovia. O processo subiu por appellação a Roma, e o papa Nicolau v delegou seus poderes em Affonso Corrilho, arcebispo de Toledo, que confirmou a sentença.

D. Branca de Navarra foi, pois, despedida. Sahia de Castella como entrara: sempre noiva. Atraz d'ella, sobre a cauda roçagante do seu véo branco, arrastavam-se epigrammas grosseiros, satiras mordazes. Diz Zurita que de Italia lhe mandavam os embaixadores aragonezes remedios para combater a esterilidade, já depois de repudiada, como se foram para cural-a de uma febre quartã! E Castella, vendo moribundo o seu rei, tinha de acceitar um principe devasso e impotente, que lhe succedia.

Em 1453 morria D. João II, e o principe descasado empunhava as redeas do governo. A hereditariedade punha a coroa na cabeça de um mau filho e de um mau esposo, que de mais a mais se affirmara poltrão desde os primeiros tempos do seu reinado.

Propoz-se D. Henrique renovar a guerra contra os moiros de Granada. Preparou um exercito formidavel, fez-se rodear de uma guarda distincta composta de tres mil e seiscentas lanças, a flor da nobreza de Castella; porem ao approximar-se da vega de Granada deu ordem para que se evitasse todo o encontro com o inimigo. O exercito ficou descontentissimo, chegou mesmo a lavrar entre elle o pensamento de se apoderar da pessoa do rei, mas um filho do marquez de Santilhana avisou da conspiração Henrique IV, que se retirou apressadamente para Cordova, e d'ahi para Madrid.

Henrique IV gostava da guerra... platonicamente, como das mulheres. Lisonjeava-o ver-se commandando um poderoso exercito no meio da floresta scintillante das lanças da sua guarda, mas a respeito de dar batalha, nada! Amava muito a vida para arriscal-a; apenas, como hypocrita que tambem era, dizia que por amar a vida dos outros os não queria sacrificar.

Os invernos passava-os na côrte, ou nas cercanias de Madrid em festas venatorias. A caça era o seu fraco e o seu forte. Quando a primavera chegava, montava a cavallo, cingia a espada impolluta, e

ia fazer um passeio de recreio, com o seu exercito, até á vega de Granada. As vezes, por distracção, ia talando e incendiando os campos na passagem.

A veiga de Granada era então muito falada em trovas e praticas. No *Cancioneiro*, de Rezende, o poeta Nuno da Cunha, enfadado de tanto ouvir falar na veiga de Granada, diz a Henrique de Almeida, que regressava de Castella:

Da Veiga lá de Granada
e das estejas da guerra
vos nam ey já de ouvir nada.

Um anno, alguns jovens cavalleiros entraram em combate por sua conta e risco. No recontro, ficou morto Garcilaso de la Vega. O rei agastou-se, e então teve uns assomos ridiculos de traga-moiros: que incendiassem, que devastassem tudo. O emir Aben Ismail viu-se forçado a pedir treguas, mas a respeito de dar batalha campal, nada; Henrique IV continuava a amar platonicamente a guerra... como as mulheres.

Todas as phantasias poderia ter um rei impotente, menos a de tornar a casar. Pois teve-a Henrique IV, tão extravagante era a sua cabeça. E lançou as vistas para a infanta D. Joanna, de Portugal, sua prima, princeza formosissima, a cujos dotes de corpo e de espirito todos os historiadores castelhanos rendem encomiastica homenagem.

Mas Henrique IV tinha o seu pensamento. Segundo Lafuente, talvez quizesse desmentir a fama de impotente. Agora o que se não chega a perceber é o pensamento a que cedeu Affonso V, dando a mão da princeza ao primo de Castella, que tinha como marido os peores precedentes d'este mundo.

É verdade que as condições do casamento eram vantajosas para Portugal, porque Henrique IV contentava-se apenas com a pessoa da princeza, diz Sousa na *Historia genealogica*. Em vez de pedir, offerecia como arrhas vinte mil florins de oiro do cunho de Aragão, sendo Ciudad-Real a hypotheca proposta e acceita; e mais as rendas da villa de Olmedo, para ajuda da despesa da casa da

infanta, e, para o mesmo fim, a annuidade de milhão e meio de maravedis de moeda corrente.

Affonso v não deu dote á irmã, a qual, porém, foi grandemente corrigida da sua pessoa; custou tudo, até ser entregue a el-rei de Castella, trinta mil dobras.^[2]

Nas capitulações, que se fizeram em Lisboa a 22 de janeiro de 1455, presentes, de um e outro lado, Affonso v e o capellão-mór de Henrique iv, foi estipulado que a infanta poderia fazer-se acompanhar de doze damas portuguezas, uma dona, uma camareira, e todas as mais pessoas que quizesse, obrigando-se o rei de Castella a remunerar-as conforme a sua jerarchia.

Havia-se ajustado nas capitulações, que a infanta seria entregue na fronteira n'um periodo de tempo não superior a oitenta e um dias depois dos desposorios.

Cumpriu-se o contracto, e a infanta partiu, sendo acompanhada pela condessa de Athouguia, D. Guiomar, e pelo conde D. Martinho, seu filho.

Em Lisboa fizeram-se festas, segundo diz Pina, sem comtudo as especificar, e, quando a nova rainha de Castella passava pela Landeira, em direcção a Elvas, realizaram-se ahi justas em sua honra.

Em Badajoz era D. Joanna esperada com luzido sequito pelo duque de Medinacidonia. D'alli seguiram para Cordova, onde o rei estava, e onde os noivos receberam a benção nupcial (maio de 1455).

De Cordova passaram a Sevilha, e ahi houve cannas, justas, toiros, e um torneio de cincoenta por cincoenta, de que foram chefes o duque de Medinacidonia e o marquez de Vilhena.

As festas da côrte, a que Henrique iv se abandonava n'um sybaritismo insaciavel de testa coroadada, redobraram de movimento e esplendor. Ora em Madrid, ora em Segovia, sitios predilectos d'este bom rei, tão madraço como os ultimos da raça merovingia,

Henrique IV aturdiu a noiva com festas sumptuosas porventura no empenho de lhe fazer esquecer as desilusões da alcova real.

A pobre princeza cahiu de chofre n'este mundo de tentações e perigos que ella desconhecia, que não tinha sido o da sua educação. O luxo e a galanteria ostentavam-se em requintes de fascinação, estonteavam como filtros allucinantes todas as cabeças, incluindo as mitradas.

O rei era o primeiro a dar o exemplo de dissipação.

De Henrique III, conta o nosso padre Manuel Bernardes, na *Nova floresta*, que, vindo esfomeado da caça, não tivera que comer certo dia. Disse-lhe o comprador que já não havia fornecedores que quizessem continuar a fiar para a real senhoria. O rei despiu o gabão e mandou-o empenhar por um pouco de carneiro. Os criados murmuraram do caso, extranhando que o rei tivesse fome e os fidalgos se banquetearassem lautamente, como n'essa mesma noite estava acontecendo no palacio do arcebispo de Toledo.

Henrique III, como isto ouvisse, sahiu disfarçado e entrou occultamente no paço archiepiscopal, ao tempo que os grandes da côrte conversavam jactanciosamente sobre as rendas da corôa, que cada um lograva. O rei recolheu-se a palacio, e mandou postar n'um dos pateos interiores um troço de seiscentos homens armados.

Logo que luziu a manhã, expediu recado aos grandes senhores para que sem demora lhe viessem falar, dizendo-se doente, e desejoso de fazer testamento. Os fidalgos acudiram em chusma, e foram isolados n'uma sala onde longo tempo esperaram.

Finalmente, appareceu o rei, de aspecto terrivel, e espada em punho; e, sem mais tir-te nem guar-te, perguntou a cada um de per si quantos reis de Castella conheciam. Uns disseram que tres, outros que quatro, e ainda outros que cinco. O rei fingiu-se admirado. «Sendo eu mais moço que todos vós, replicou elle, conheço mais de vinte.» Os fidalgos responderam que não entendiam sua alteza. Então Henrique III explicou, que todos elles eram reis, porque se banquetearavam todas as noites, ao passo que

elle, se quizera comer carneiro, tivera de empenhar o gabão. E acabou gritando: «Olá, gente da minha guarda!»

Acudiram às portas os soldados. Apareceu um algoz com o cepo, cutello e cordas, prompto a funcionar.

«Então, diz Bernardes, o arcebispo se lhe lançou aos pés, pedindo, em nome de todos, perdão, e as vidas de mercê; e que no tocante às fazendas, cortasse por onde lhe parecesse.»

O certo é que o rei perdoou. Mas as contas ficaram justas por então, e o rei pôde reaver todos os castellos que, durante a sua menoridade, os tutores haviam alheado. E além dos castellos, cento e cinquenta contos de maravedis.

Henrique IV não era homem que tivesse resolução para imitar este exemplo do seu homonymo. Em vez de tirar aos fidalgos para dar a si, tirava a si para dar aos fidalgos. Por isso Garcia de Rezende, diz na *Miscellanea*:

Mui poderoso e servido
El-rei Dom Henrique era,
Mui gran rico, mui querido,
Fôra mui obedecido,
Se governar se soubera.
Mas vimos-lhe tanto dar
E tanto deixar tomar
Os grandes toda Castella,
Que elles eram os reis d'ella,
Elle sem ter que reinar.

Vem a ponto citar o caso de outro arcebispo que, á semelhança do de Toledo na côrte de Henrique III, pompeava magnificencias na côrte de Henrique IV. Referimo-nos ao de Sevilha, D. Affonso da Fonseca, que uma noite, depois de ceia, fez servir á mesa duas bandejas coguladas de anneis de oiro, cravejados de pedras preciosas, para que a rainha e as suas damas tomassem os que lhe aprouvessem.

D. Joanna sentiu porventura a febre do prazer invadir-lhe o espirito n'uma perfida embriaguez, que principiou por aturdir-a, e que devia necessariamente acabar por perdê-la, tanto mais que nenhum laço intimo, d'estes que estreitam os affectos e criam raizes, a prendia a seu esposo.

Henrique IV, embriagado tambem, esquecia-se de que era casado, e de que a natureza lhe negara qualidades que o recommendassem aos olhos das mulheres. Fingia ser o que não era, e exaggerava o fingimento, porque galanteava com escandalo uma das damas da rainha, D. Guiomar de Castro, filha bastarda de D. Alvaro de Castro, conde de Monsanto, portugueza formosissima, que viera a casar accommodaticamente com o conde de Tervinho, primeiro duque de Nájara.^[3]

Julgava-se depreciado o rei por não ser tão completo como qualquer dos seus vassallos, e mascarava-se de Tenorio, prophetizava Byron. Dava-se a ostentação de uma amante como os velhos lords inglezes, exhaustos e carunchosos, que vivem de se illudir a si proprios com as mulheres. Antes d'esta D. Guiomar, já Henrique IV tivera por manceba uma Catharina de Sandoval, que acabara por fazer abbadessa de um mosteiro de monjas, em Toledo, sob color de que necessitavam ser reformadas.

Boa disciplina podia impor ás monjas a barregã do rei!

Mas Henrique IV não podia ter confiança nas mulheres, pela simples razão de que ellas não podiam confiar n'elle. Catharina de Sandoval amava do coração um homem, que não o rei. Chamava-se Affonso de Cordova. O rei, como não pudesse competir com o seu rival, mandou-lhe cortar a cabeça em Medina del Campo, e resolveu a questão.

Agora voltara-se para a bella Guiomar, tão platonicamente, por certo, como em tempo se voltara para a vega de Granada.

A rainha via-se enleada talvez n'uma duvida atroz. Quem teria razão? Seria Branca de Navarra, repudiada e virgem, ou D. Guiomar de Castro, que parecia inutilizar o rei para os seus deveres de marido?

A pobre rainha decidiu-se por esta ultima hypothese, e um dia, não podendo mais comsigo, segurou pelos cabellos a dama, e castigou-a por sua propria mão. O escandalo estrondeou, dividiu-se a côrte em partidos, um pela rainha, outro pela manceba. O arcebispo de Sevilha, talvez mal succedido junto da rainha, apesar da galanteria dos anneis, pronunciou-se, por vingar-se, a favor de D. Guiomar. E o rei, apagando na alma de sua mulher a ultima noção do decoro conjugal, levou a manceba para duas leguas da côrte, poz-lhe casa sumptuosa, e ia visital-a quando lhe aprazia chancear-se de prendas que não tinha.

Com este impulso mais, a rainha resvalara. Pelo menos a opinião publica boquejava desconfianças a respeito de D. Beltrão de Lacueva, *hidalgo de los mas generosos de Ubeda, y uno de los mas apuestos y gallardos cabaleros de la côrte, que comenzaba á gozar del favor del rey, y de paje de lanza habia ascendido á moyordomo mayor*, diz Lafuente.

Tal foi o gentil homem que a rainha, no pendor do seu abandono e no estonteamento de uma côrte perigosa, encontrou no momento de resvalar.

II

NA CÔRTE DE HENRIQUE IV

Estava-se então em pleno cyclo cavalheiresco. O valor dava as mãos á poesia, na côrte de Castella. Muitos cavalleiros eram trovadores; não ser nenhuma d'estas coisas, importava o mesmo que viver e morrer anonymo. A magnificencia completava, como sabemos, as seducções da côrte, em que D. Joanna, de Portugal, era duas vezes rainha, pela formosura e pelo casamento.

Os *passos de armas* eram frequentes e notaveis. Propunham-se fazel-os os cavalleiros que queriam dar prova publica de seu brio e destreza, em honra de qualquer dama. Marcado o lugar onde a lide devia realizar-se, o cavalleiro reptava solemnemente quantos por alli *passassem*.

O *passo de armas* mais caracteristico d'aquelle tempo foi o de Suero de Quinhones (1434).

Uma noite, estando D. João II em Medina del Campo, folgando com a côrte em sarau dançante, apresentou-se-lhe o nobre cavalleiro Suero de Quinhones, acompanhado de mais nove gentis-homens, e pediu a el-rei auctorização para, em honra da sua dama, fazer um *passo de armas* quinze dias antes e quinze dias depois da festa de S. Tiago, propondo-se os dez quebrar trezentas lanças de ferro de Milão com todos os cavalleiros, nacionaes e estrangeiros, que por alli passassem á ida ou á volta da festa do grande apostolo. Todas as damas, que não fossem acompanhadas por gentilhomem disposto a combater, perderiam a luva da mão direita.

Lafuente traz a descripção minuciosa d'este celebre *passo*, do apparatus dos cavalleiros, do campo da lide, e dos combates que se travaram. Nem menos de 68 aventureiros justaram com os dez mantenedores. Fizeram-se setecentas e vinte e sete *carreiras*; mas

faltou o tempo para quebrar todas as trezentas lanças. Ficou a coisa reduzida a 166, e ninguém dirá que foi pouco.

O primeiro aventureiro que acceitou o repto foi messire Arnaldo de la Floresta Bermejo, allemão, que correu seis carreiras e quebrou duas lanças.

Assim como um allemão vinha justar a Castella, muitos cavalleiros castelhanos corriam mundo assistindo a todas as grandes festas e torneios das côrtes da Europa. Tornou-se notavel como cavalleiro andante o valoroso João de Merlo, honra da cavallaria castelhana.

A recepção que em toda a parte se fazia aos cavalleiros andantes era magnifica.

De visita á côrte de Affonso v veio em 1446 o famoso cavalleiro messire Jacques de Lalain, de Borgonha, que foi recebido com honras verdadeiramente principescas.

Os torneios eram muitas vezes cruentos. Taes foram os que mal-agoiraram as nupcias de Henrique IV com D. Branca, de Navarra. O proprio D. Alvaro de Luna, justando na acclamação de D. João II, cahiu gravemente ferido.

Isto, quanto aos paladinos. Os trovadores, os cultores da gaya sciencia, como se dizia, não eram menos numerosos que os paladinos.

O proprio D. João II versejara. Attribuem-se-lhe umas trovas que principiam assim:

Amor, yo nunca pensé
que tan poderoso eras,
que podrias tener maneras
para trastornar la fé,
hasta agora que lo sé.

A rainha D. Joanna ainda foi encontrar na côrte de Castella o celebre marquez de Santilhana, auctor da conhecida carta ao condestavel de Portugal, que póde considerar-se como uma verdadeira arte poetica d'aquelle tempo. Como se vê por essa carta,

o marquez de Santilhana, D. Inigo Lopez de Mendonça, era um erudito; mas as suas composições testemunhavam que, além de conhecer profundamente a historia de toda a gaya sciencia, era também um poeta.

As suas *serranillas* são verdadeiramente notaveis. Bastará um exemplo. Certo dia o marquez, dirigindo-se para uma das suas expedições militares, encontrou na serra uma zagala que pastorava os rebanhos de seu pae, D. Diogo de Mendonça. Encantado da sua formosura, compoz esta bucolica, em que todas as graças pastoris rescendem:

Moza tan fermosa
non vi en la frontera
como una vaquera
de la Finojosa.

...

En un verde prado
de rosas é flores
guardando ganado,
con otros pastores,
la vi tan fermosa,
que apenas creyera
que fuese vaquera
de la Finojosa.

Quando as vaqueiras formosas eram assim galanteadas em trovas, não admira que a rainha D. Joanna, não menos bella que a pastora de Finojosa, por muito que o fosse, se convertesse n'uma especie de sol em torno do qual girava todo o systema planetario da poesia castelhana, que extendeu a sua influencia até Portugal.

A côrte de Castella tornou-se um fóco de attracção, sobretudo para Portugal. Os portuguezes que de lá vinham, impunham de castelhanos, tão fascinados voltavam. Os poetas de cá motejavam-n'os porisso:

Oh! que modo que trazeis
a desdenhar portuguez!
oh que graças contareis,
e tomareys
d'elas mesmas o invés.

Jorge Manrique descreve bem todos os encantos da côrte de Castella, já sobredeirados pela saudade de um bello tempo que passou:

Las justas y los torneos,
Paramentos, bordaduras,
Y cimeras,
Fueron sino devaneos?
Qué fueron sino verduras
De las éras?

Já D. Duarte quizera obstar á emigração fidalga para Castella. Por carta dada em Obidos, em setembro de 1434, ordenou «que as pessoas que tiverem rendas n'este reina, e viverem em Castella, se passem a viver a elle; e não o fazendo, não possam levar as taes rendas para Castella, e não se lhe pagarão, e acabe.»

Mas os fidalgos portuguezes, zombando da lei, continuaram a deixar-se fascinar por Castella.

O duque de Alva compuzera um romance, *Nunca fue pena mayor*, e a rainha desejava ver glosados os versos d'esse romance. O commendador Roman impoz-se o encargo de glosador, por agradar á rainha:

Dizem que a vuestro oido
agradó aquel dulçor,
de la cancion del sentido,
famoso, franco, sabido
Duque d'Alva, mi señor.
Por darle gracia famosa
y favor demasiado,
alta regina gloriosa

que aveis pedido la glosa
y que nunca os han glosado.

Póde parecer extranho que todos os poetas da côrte não acudissem de tropel a acceitar o repto poetico que lhes propunha a bella rainha. Mas o commendador Roman, atravez do véo transparente da sua modestia, dá a razão do caso:

No saliendo delantero
de mil otros de consuno,
antes simple postrimero,
mas porque supe primero
la causa que otro ninguno.

Vê-se, ao contrario do que poderia presumir-se, que os poetas da corte não desaproveitavam ensejo de vibrar a lyra em honra d'essa rainha, cuja belleza, segundo a expressão do poeta commendador, não havia lingua que a descrevesse, nem mão que a pintasse.

Hoje, os commendadores não sabem dizer d'estas coisas.

É, pois, n'esta côrte cavalheiresca e poetica, alem de ostentosa, que o gentil Beltrão de Lacueva nos apparece.

Quando o duque da Bretanha enviou uma embaixada a Henrique IV, propondo-lhe alliança e amizade, quiz o rei obsequiar o embaixador com luzidas festas, que se fizeram na casa de campo del Pardo.

Quatro dias deslizaram em banquetes, torneios, justas e caçadas. Mas as festas ainda não acabaram ahi.

Ao quarto dia, quando a côrte regressava a Madrid, Beltrão de Lacueva preparou um *passo de armas* á Porta de Ferro, para que justassem todos quantos regressavam do Pardo.

D. Beltrão não quiz perder esta occasião de exhibir aos olhos da rainha, por entre as pompas do torneio, a sua elegancia e destreza como grande cavalleiro de gineta, notavel entre os eximios.

Não era permittido aos gentis-homens da côrte, que acompanhavam damas, passar alem sem que com D. Beltrão fizessem seis carreiras. Os que não quizessem justar deixariam, como signal da sua deshonra, o guante da mão direita.

Sobre um arco de madeira havia muitas lettras lavradas a oiro, e o cavalleiro que quebrava tres lanças, dirigia-se para o arco, e tomava a lettra inicial do nome da sua dama.

D. Beltrão com todos os outros cavalleiros luctou em honra de uma dama mysteriosa, a dos seus pensamentos, de cuja inicial fez segredo. Mas essa dama estava presente: era a rainha.

Foi-se todo o dia n'esta festa, e o bom rei Henrique IV, tão contente ficou com o *passo de armas*, em que o unico ferido foi elle... moralmente, que por memoria fundou n'aquelle logar o mosteiro de S. Jeronymo, acabado em 1464.

Bom homem, o rei!

A belleza da rainha, o seu papel importante entre o circulo dos poetas da côrte, o abandono, em que se achava, de todo o affecto conjugal, a corrupção do tempo e do paço, e o boquejar do mundo, especialmente o da côrte, que é o mundo que mais boqueja e moteja, crearam em torno de D. Joanna, de Portugal, uma lenda de devassidão romantica em que, por entre anachronismos frisantes, figuram a rainha e o poeta João Rodrigues del Padron.

Resaltava das composições d'este trovador uma vaga anciedade de amar e ser amado, que encontrou echo na sensibilidade vibratil da rainha.

Um dia, de uma das janellas do paço, alguma dama mysteriosa deixou cahir uma carta, quando o poeta passava.

Padron guardou-a, e leu-a. Era nada menos que o convite para uma entrevista nocturna: pelas duas horas da madrugada, o poeta devia estar á porta falsa da cava, e bater com os dedos tres pancadas; o mais absoluto segredo devia envolver esta aventura, sob pena de mallograr-se.

Padron aconselhou-se com um amigo intimo, que se promptificou a acompanhá-lo, para o defender, se a sua vida corresse perigo. Padron foi, fez o signal ajustado, a porta abriu-se, e recebeu-o, no mysterio da escuridão, uma dama, cuja voz era doce como a musica. Sobre a capa d'elle se sentaram, no chão, e ahi conversaram, cingidos um ao outro, negando-se ella a quaesquer revelações, e insistindo na condição do segredo, que devia ser inviolavel.

De tres em tres dias avistar-se-iam, no mesmo sitio, dado o mesmo signal na porta da cava.

Padron confidenciou ao amigo o que se tinha passado, e um e outro, por mais tratos que déssem á imaginação, não puderam sequer suspeitar quem a dama fosse.

Á terceira noite, nova entrevista. As mesmas instancias por parte do poeta; a mesma reserva por parte da dama. Pediu-lhe elle uma madeixa de cabelo, cortou-a por sua propria mão; porém nem Padron nem o seu amigo puderam depois adivinhar de que dama da côrte fosse o cabelo.

O rei andava fóra: em côrtes, diz a lenda. Mas ia regressar, e a dama, n'uma nova entrevista, annunciou ao poeta essa contrariedade, que o era realmente, porque as chaves d'aquella porta ficavam na camara do rei.

Conta a lenda que Padron, para experimentar de que jerarchia fosse a dama, lhe pedira dinheiro, enquanto lhe tardava de casa. Tem a gente o direito de suspeitar da intenção d'este pedido, pondo em duvida que Padron não recorresse ao processo ignobil de um *mr. Alphonse*, poeta e villão.

N'outra noite, a dama deu-lhe as joias, mas recommendou-lhe que as desmanchasse, porque eram da rainha, e podiam ser conhecidas. Padron acceitou-as, e não diz a lenda que fossem restituídas.

Entretanto, o rei chegara, e a porta da cava deixou de abrir-se. Mas o poeta insistira sempre e, finalmente, de uma vez a porta abriu-se.

Queixou-se Padron de que a dama levasse o receio de declarar-se até á desconfiança affrontosa. A dama acabou por ceder, e fez uma nova concessão. Estava proxima a festa de S. Pedro; que lhe dêsse elle uma joia, que por ella a distinguiria na festa. Padron tinha apenas comsigo, de que pudesse dispor, um cinto escarlata. Tirou-o, e deu-lh'o. A dama afiançou-lhe que o poria em laço no cabello.

Chegou o dia da festa. Padron e o seu amigo esperavam que a côrte se dirigisse para a sala do throno. Ambos procuravam avidamente com os olhos a dama do laço escarlata. Na cabeça da rainha o descobriu o amigo de Padron, e fez signal ao poeta. A rainha surpreendeu esse movimento, e o poeta, sem dar por isso, tão louco de alegria ficou, que nos torneios d'esse dia se avantajou a todos os cavalleiros da côrte.

Á noite, Padron bateu á porta da cava. A rainha, porque era ella a dama, recebeu-o, mas para lhe censurar asperamente a sua indiscreção, e para o ameaçar com a morte se não sahisse essa mesma noite de Castella.

Padron obedeceu, e partiu com o coração despedaçado, chorando a sua perdida felicidade, partindo só e triste, como elle proprio, segundo a lenda, o diz na trova.

... E assim iam corridos mais de seis annos de casamento esteril, quando, em 1461, uma noticia inesperada explodiu: a rainha estava grávida.

O rei Henrique delirou de contentamento, mas o paiz inteiro ria do jubilo do rei, porque estava capacitado de que o esperado herdeiro do throno era o fructo immoral dos amores adulterinos da rainha com D. Beltrão de Lacueva.

Porêm o rei continuou a delirar de jubilo, e ordenou que D. Joanna fosse conduzida a Madrid, onde elle estava, devendo fazer a jornada n'uma liteira, para que mais repoisada viesse.

João Pacheco, marquez de Vilhena, e o arcebispo de Toledo, prevenindo os conflictos politicos que deveriam derivar-se do parto da rainha, aconselharam o rei a que chamasse para a côrte, onde melhor poderiam ser educados, seus irmãos, D. Isabel, que tinha

então dez annos, e D. Affonso, que apenas contava oito, mas que, segundo o tratado de paz feito entre Henrique IV e seu tio o rei de Navarra, deviam casar com D. Fernando e D. Leonor, filhos d'este monarcha.^[4]

Em março de 1462, D. Joanna, de Portugal, deu á luz uma filha. O rei ordenou que se fizessem festas pomposas. Era aquelle, para elle, um presente do céu! diz Lafuente. E eu creio que fosse assim.

A princezasinha recebeu o nome de Joanna. Baptizou-a o arcebispo de Toledo, tendo por assistentes os de Calahorra, Carthagena e Osma. Foram padrinhos o embaixador de França, conde de Armagnac, e o marquez de Vilhena; madrinhas, a infanta D. Isabel, irmã do rei, já então aposentada na côrte, e a marquesa de Vilhena.

Contrastam singularmente com estes jubilos da côrte de Castella os lacrimaveis episodios do passamento da rainha Branca, de Navarra, no castello de Orthez.

O principe de Vianna, D. Carlos, devia ser, por morte de seu pae, herdeiro do throno de Navarra. O principe fallecera, transferindo á irmã, a infeliz Branca, os direitos de successão; mas D. Branca não nascera senão para soffrer. Só uma coroa lhe estava destinada: era a da virgindade perpetua.

A irmã mais nova de D. Branca, D. Leonor, tinha casado com o conde de Foix, e parece que uma das condições secretas do casamento fôra que D. Branca seria entregue ao conde, que a obrigaria a renunciar ao throno ou a fazer-se freira, succedendo portanto D. Leonor ao rei, seu pae, logo que elle morresse.

O rei de Navarra não duvidou sacrificar a filha ao apoio que, em troca, o conde de Foix lhe promettia dar contra o rei de Castella, e achando-se com a infeliz Branca em Olite convidou-a a passar com elle os Pyrenéos, sob pretexto de que projectava casar-a com o duque de Berri, irmão do rei de França.

Sabia Branca o que se passava, e recusou-se a ir, allegando ao pae, segundo a expressão de Zurita, que não queria ser homicida de si mesma. O rei arrancou então a mascara, e obrigou-a a partir á

força, bem guardada por pessoas da sua confiança. Poucos dias depois, o rei de Navarra contratava definitivamente com o conde de Foix em Olite.

D. Branca foi encerrada no mosteiro de Roncesvalles, e d'ahi teve meio de protestar contra a usurpação que se lhe queria fazer, declarando que por vontade propria declinaria os seus direitos no rei de Castella, que a havia repudiado!

O protesto inquietou a côrte de Navarra, como era natural, e a mallograda rainha foi mandada transferir para S. João Pied de Port.

Comprehendeu D. Branca que não se contentavam com usurpar-lhe os direitos ao throno, mas que tambem a sua vida corria risco, e pediu a Henrique IV, ao conde de Armagnac e ao condestavel de Navarra, que por meio da força defendessem, se tanto fosse preciso, os seus direitos e a sua vida, auctorizando-os a tratarem-lhe casamento com qualquer principe.

Soube, porêem, D. Branca que o rei, seu pae, ia envial-a a S. Pelagio, no Bearn. Então, julgando-se completamente perdida, escreveu a Henrique IV, de Castella, o homem que a havia repudiado, cedendo n'elle todos os seus direitos á coroa de Navarra. Essa carta, que tem a data de 30 de abril de 1462, não póde lêr-se, segundo a expressão de um escriptor hespanhol, sem que se enterneça o coração mais duro. Lafuente, referindo-se á carta de Branca, diz que a infeliz princeza recordava a Henrique IV os antigos vinculos que os haviam unido, e os crueis transes que atravessara desde que fôra repudiada. Segundo Zurita, Branca pedia a Henrique IV que vingasse a sua morte e a do principe Carlos.

A que mãos de poltrão confiava a infeliz senhora tão nobre empresa! Vê-se que a esposa repudiada ficara conhecendo tão pouco o rei como o marido.

N'aquelle mesmo dia foi Branca, de Navarra, reconduzida ao castello de Orthez, onde permaneceu encerrada mais de dois annos, sob a vigilancia de uma dama da condessa de Foix, que acabou por envenenal-a.

Todos os chronistas hespanhoes têm phrases de maviosa compaixão para com a memoria da infeliz Branca. Citaremos apenas dois, Zurita, o chronista de Aragão, e Flores, o chronista das rainhas castelhanas. Zurita recorda que ella fôra repudiada pelo marido, perseguida pela irmã, e abhorrecida pelo pae, e que não teve mais em quem depositar a sua ultima esperança senão o homem de quem maior affronta havia recebido. Flores lembra que os ultimos suspiros d'esta desventurada princeza «foram echos no céu para os desgraçados fins dos condes de Foix, e dos seus descendentes», acabando o reino de Navarra n'aquella familia.^[5]

E conclue dizendo que enterraram D. Branca na cathedral de Lescar, *desde donde puede predicar á todo el mundo perpetuos desengaños*.

Henrique IV, de Castella, impressionou-se pouco com a dilacerante carta da infeliz Branca, sua primeira mulher.

O céu ou Beltrão de Lacueva havia-lhe dado uma filha; bastava esta só alegria para absorver-lhe todas as atenções.

Dois mezes depois do baptizado, o rei ordenou que a infanta D. Joanna fosse, em côrtes de Madrid, proclamada princeza das Asturias e herdeira do throno.

Muitos fidalgos não quizeram jurar; entre elles, D. Luiz de Lacerda, conde de Medinaceli, a quem o rei prometteu mil vassallos para que jurasse, sem que o conde cedesse.

D. Affonso e D. Isabel, os jovens tios da infanta recém-nascida, juraram, sujeitos, como estavam, á tutela do rei.

A voz publica deu um cognome irrisorio á infanta. Chamou-lhe a *Beltraneja*. Este cognome recordava a sua origem adulterina: *Beltraneja*, a filha de Beltrão. Mas o rei Henrique nada d'isto sabia, ou queria saber. No dia dos seus annos deu a Beltrão o senhorio de Ledesma e o titulo de conde; chamou-o aos conselhos e governação do reino, e...

E estimulou-o d'este modo a atear cada vez mais, por cupidez de maiores honras e proveitos, o fogo do seu amor á rainha.

De feito, em 1463, foi declarado que D. Joanna ia novamente ser mãe. Mas um caso imprevisto mallograra essa esperança. Referindo-se á rainha, diz Lafuente:

«Tinha o costume de humedecer e amaciar o cabelo com um liquido, sem duvida inflammavel, e um dia, achando-se na sua camara, um forte raio de sol que entrava por uma janella e se projectava sobre a sua cabeça, incendiou-lhe o cabelo, de modo que se as damas não fossem tão diligentes em acudir-lhe, haveria corrido o perigo de carbonizar-se. Mas tanto bastou para que o susto antecipasse o parto de um feto de seis mezes, que nasceu sem vida, e que pela circumstancia de ser varão produziu no rei maior pesar. Fizeram-se sinistros agoiros sobre o caso, e não faltou quem vaticinasse desgraças para o rei e a rainha.»

Bem agoirado corria o tempo, mas era para D. Beltrão de Lacueva, que, graças á posição a que se guindara, tratou casamento com uma filha do marquez de Santilhana. D'este modo conseguia aparentar-se com a poderosa familia dos Mendonças. Estava na esteira para o méstrado de S. Tiago. Fazia sombra e receio ao marquez de Vilhena. Levantava-se n'um pedestal de oiro, e a conspiração, tão vulgar em todas as côrtes, principalmente na de Castella, principiava a minar-lhe o pedestal.

Entretanto, sobre as finas hollandas e custosas sedas, que alfaivavam o catresinho da princeza das Asturias cahia, como um enorme pingo de lama e fel, a risada sarcastica das multidões, appellidando-a de *Beltraneja*.

E essa alcunha havia de ficar-lhe para toda a vida, como um ridiculo cruel agrilhado ao seu triste destino.

III

DRAMAS DA POLITICA

Affonso v, de Portugal, regressando de Ceuta em 1464, desembarcou em Tavira, e dirigindo-se para o Alemtejo, passou a paschoa em Evora. D'ahi, *com alguns senhores e fidalgos escolhidos secretamente*, diz Ruy de Pina, foi em romaria a Santa Maria de Guadalupe, onde se avistou com sua irmã D. Joanna e com Henrique IV, de Castella.

O assumpto d'esta entrevista não era novo. Tratava-se de mais uma alliança conjugal entre as duas casas reinantes de Portugal e Castella.

Já em Gibraltar se tinham avistado Affonso v e Henrique IV, para identico fim, no mez de janeiro, ao tempo da desastrosa escalada de Tanger, ficando concertado que, a infanta D. Isabel casasse com el-rei D. Affonso v, e a princeza das Asturias com o principe D. João, de Portugal, seu primo.^[6]

Na conferencia da paschoa, em Guadalupe, tiveram os dois monarchas, bem como a rainha D. Joanna, *as mesmas praticas e accordos de Gibraltar sobre casamentos e lianças*, diz Ruy de Pina.

^[7] Esta nova conferencia, tão proxima da outra, revela apenas o desejo que Henrique IV tinha de encontrar em Affonso v, seu cunhado, um alliado que o protegesse contra as revoltosas peripecias da politica de Castella, cada vez mais agitada.

Henrique IV fizera a jornada de Guadalupe sem ouvir previamente o seu antigo valido marquez de Vilhena, que principiava a decahir rapidamente, offuscado por Beltrão de Lacueva, o novo astro da côrte. Vilhena não perdoara a affronta, e aproveitara a ausencia do rei para conspirar contra elle de parceria com o arcebispo de Toledo.

O almirante D. Fradique e seu filho, os condes de Benavente, Placencia, Alba e Paredes, o bispo de Coria e outros prelados, varios senhores e cavalleiros adheriram á conspiração. O mestre de Calatrava, irmão do marquez de Vilhena, propuzera-se sublevar a Andaluzia contra o rei.

D. Henrique, surprehendido com este acontecimento, acobardou-se, e propoz aos conspiradores que voltassem á côrte, que elle os informaria de tudo o que se tinha passado com o rei de Portugal. Bem conheciam elles a fraqueza do monarcha castelhano! Porisso responderam á proposta de Henrique IV impondo condições, uma das quaes era a prisão do arcebispo de Sevilha, que João Pacheco inculcava como figadal inimigo do rei. Esta denuncia não passava de um ardil do marquez de Vilhena, porque elle proprio mandara prevenir o arcebispo de que Henrique IV intentava prendel-o. E assim conseguiria indispor contra o rei um prelado poderoso. Tal era o plano de Vilhena: isolar o rei, indispondo-o com os seus mais dedicados amigos.

A fraqueza do rei alentava a ousadia dos conspiradores.

«Uma noite, conta Lafuente, achando-se (Henrique IV) no seu palacio, ouviu cahir com estrondo as portas do regio alcaçar, e ruido e alvoroço de gentes que penetravam no palacio. Aturdido, o rei refugiou-se n'um pequeno retrete em companhia de D. Beltrão de Lacueva, conde de Ledesma.»

Não deixa de ser altamente comica esta camaradagem do rei e de Beltrão, transidos de medo, no recinto pouco convidativo de um retrete, que, ainda assim, não deixaria de convir-lhes na occasião. De mais a mais, ha o que quer que seja de latrinario na baixeza do rei, lançado nos braços do homem que a voz publica indigitava como pae da infanta D. Joanna. Porisso, o logar era tão conveniente como proprio. O acaso tem ás vezes razão.

Lafuente prosegue:

«Os que de tão tumultuosa maneira haviam invadido os aposentos reais, eram os condes de Benavente e de Paredes, o filho do almirante e outros cavalleiros de conta, que, capitaneados

por o de Vilhena, iam com animo de apoderar-se dos infantes, e de prender o rei e D. Beltrão de Lacueva. O de Vilhena entra só ao esconderijo do rei e, com a sua doble e arteira politica, finge-se indignado d'aquelle insulto, e, como quem zomba da debilidade do rei, excita-o a que não deixe de punir. «Parece-vos bem, marquez, disse-lhe o rei, isto que se fez ás minhas portas? Pódes estar certo de que já não tenho paciencia para mais.» Mas o resultado limitou-se a uma esteril e passageira indignação, e a sahir o de Vilhena com os seus impunemente do palacio, talvez por lhe não convir então levar as coisas mais longe.»

Henrique IV ou não conhecia o despeito de João Pacheco, vendo-se supplantado pelo amante da rainha, ou, aconselhado por Beltrão, em quem agora cegamente confiava, queria ageitar ao marquez de Vilhena occasião de se comprometter e perder-se.

Mas Beltrão de Lacueva, se assim aconselhava o rei, devia lembrar-se de que entre Henrique IV e João Pacheco havia antigos laços de suspeitosa amizade. Portanto, devia tambem metter em linha de conta esse factor importantissimo.

E, com effeito, um novo acontecimento veio demonstrar a sua importancia.

Estavam em Segovia o rei, a rainha, a princeza das Asturias, os infantes e Beltrão. Os conspiradores tinham-se combinado com um capitão da guarda real e sua mulher, dama da infanta D. Isabel, para que por uma porta secreta os introduzisse nos quartos da familia real, que seria presa, e do favorito, que seria assassinado.

O marquez de Vilhena entretinha o rei n'essa noite, conversando serenamente com elle, á espera que a conspiração rebentasse. Mas a conspiração descobriu-se, e Henrique IV contentou-se com ouvir sobre o caso o marquez de Vilhena, que se fingia profundamente indignado contra os condes de Placencia e Alba, co-réos na conspiração mallograda.

Entretanto, o rei, sem forças para romper abertamente com o seu antigo companheiro de prazeres, ia guindando ás supremas honras o amante da rainha. Fizera-o, finalmente, grão-mestre de S. Tiago.

Beltrão de Lacueva attingia assim a alta posição social que D. Alvaro de Luna deixara devoluta.

João Pacheco revoltava-se cada vez mais, como valido decadente. Fizera com que os condes de Placencia e Alba pedissem uma entrevista ao rei entre S. Pedro de las Duenhas e Villacastin, sob pretexto de que queriam reconciliar-se com o marquez de Vilhena, e ouvir o rei sobre esse assumpto. Henrique IV annuiu com a maior docilidade, fazendo-se acompanhar por Beltrão de Lacueva, pelo bispo de Calahorra, por outros fidalgos mais, pela sua guarda real e por um esquadrão de quinhentas lanças.

Ainda d'esta vez escapou ao laço o pobre rei, porque dois mensageiros, largando a todo o galope, correram a avisal-o do perigo a que se expunha.

Em vista d'este novo desastre, os conspiradores, desfraldando o pendão da revolta, foram acoitar-se em Burgos, e d'ahi formularam claramente as suas accusações contra o rei, enviando-lh'as por carta para Valhadolid. As principaes queixas dos conspiradores eram estas: haver nomeado grão-mestre de S. Tiago Beltrão de Lacueva, com prejuizo do infante D. Affonso, a quem o grão-mestrado pertencia, como filho do rei D. João; *ter feito jurar herdeira do throno de Castella D. Joanna, devendo saber que não era sua filha legitima*. Os conspiradores concluiam por pedir como desagravo que o infante D. Affonso fosse jurado herdeiro do throno.

Pela primeira vez era a rainha formalmente accusada de adultera. Até ahi, as murmurações, comquanto geraes, não tinham chegado á ousadia de formular uma accusação categorica, dirigida ao proprio rei. Mas, desde esse momento, as conveniencias respeitadas foram calcadas, e D. Joanna, de Portugal, publicamente accusada de haver dado á luz uma filha de que seu marido não era o pae.

Se o rei D. Duarte fôra ainda vivo, morreria de pesar, elle, que, no *Leal conselheiro*, escrevia a respeito da honestidade das mulheres portuguezas: «... ao presente eu não sei, nem oiço mulher de cavalleiro, nem outro homem de boa conta em todos meus reinos, que haja fama contraria de sua honra em guarda de lealdade; e

passaram de cem mulheres, que el-rei e a rainha, meus senhores padre e madre, cujas almas Deus haja, e nós, casamos de nossas casas, e prouve a Nosso Senhor que alguma, que eu saiba, nunca falleceu em tal erro dê's que foi casada...»

Pois era justamente contra uma dama portugueza, não simples esposa de cavalleiro, mas rainha de Castella pelo casamento, e filha de rei, de um rei que era ao mesmo passo o auctor do *Leal conselheiro*, era contra D. Joanna, de Portugal, que os revoltosos de Burgos publicamente fulminavam a accusação de adultera, barregã de um valido, como outra rainha de Castella, tambem portugueza, cujo amante, o pae de D. Leonor Telles, fôra assassinado, por ordem de Pedro, o Cruel, quando á sahida da cidade de Tóro dava o braço á rainha.

Henrique IV, de instinctos menos carniceiros, não cuidou de assassinar ninguém. Até, pelo contrario, se mostrou zangado com o bispo de Cuenca por lhe aconselhar que punisse severamente os revoltosos.

O pobre rei Henrique sancionou a sua propria deshonra tão publicamente quanto a accusação o fôra, concedendo uma entrevista aos conspiradores entre as villas de Cigales e Cabezon, e accedendo a todas as imposições que na entrevista lhe foram feitas.

Obrigou-se o rei de Castella a entregar ao marquez de Vilhena o infante D. Affonso, seu irmão, *para que fosse jurado herdeiro e successor dos reinos*, com a condição de casar com a princeza D. Joanna; a fazer com que Beltrão de Lacueva resignasse o mestrado de S. Tiago em proveito do infante D. Affonso, e a nomear uma deputação de cinco membros que, reunida em Medina del Campo, regularia todas as differenças entre o rei e os dissidentes, que constituíam a liga revolucionaria.

Assim aconteceu. D. Affonso foi jurado *legítimo successor do reino*; Beltrão de Lacueva renunciou ao mestrado, mas o rei fel-o, em compensação, duque de Albuquerque, doou-lhe varias villas, e arbitrou-lhe uma renda sobre outras villas; finalmente, o rei nomeou os membros da deputação, que lhe competia nomear, para que funcionassem com os membros eleitos pela junta.

Desde este momento estava reconhecida por Henrique IV a illegitimidade de D. Joanna, a infeliz princeza para quem a vida tão tempestuosa amanhecia, e a deshonra da rainha sua mãe.

Mas Henrique IV não era homem que tivesse duvidas em mudar de opinião. Em Madrid fizera jurar D. Joanna por herdeira; em Medina del Campo concordava em que fosse jurado o infante D. Affonso. Porisso não admira que, recolhendo de Medina, dêsse por nullo o convenio que acceitara, e escrevesse aos da liga para que lhe restituissem o infante, seu irmão.

O marquez de Vilhena e os seus responderam altivamente ás cartas do rei, fazendo um simulacro de deposição de Henrique IV em Avila. O arcebispo de Toledo, e varios fidalgos, por suas proprias mãos, arrancaram solenemente as insignias reaes ao manequim, que representava o rei, e alçaram o pregão de: *Castella por el-rei D. Affonso*. Em seguida todos beijaram a mão ao infantesinho, que acabavam de acclamar.

Quando Henrique IV soube isto rompeu em lastimas, citou palavras de Job, accusou-se por haver alentado ingratos.

Mas, como lastimas não valem, resolveu despachar cartas para todo o reino a pedir soccorro. E uma grande parte do reino enviou-lh'o *para castigar a enormidade do desacato*, diz Lafuente, já que o rei havia deixado chegar as coisas a um tal extremo. Entre os fidalgos, que vieram collocar-se ao lado de Henrique IV, contavam-se Beltrão de Lacueva, duque de Albuquerque, e seu sogro, o marquez de Santilhana.

Os sublevados sahiram de Avila por Penhaflor para acampar á vista de Simancas; mas esta villa conservou-se firme ao rei, e os seus habitantes parodiaram o feito de Avila simulando a deposição do arcebispo de Toledo, ao qual cognominaram *Dom Oppas*, que era o nome do traidor, arcebispo de Sevilha, no tempo do rei Rodrigo. E depois de arrastarem o manequim pelas ruas, queimaram-n'o n'uma fogueira, ao som d'esta trova:

Esta és Simancas,
Dom Oppas traidor;

Esta és Simancas,
Que no Penhaflor.

Em vista d'esta attitude energica, os revoltosos retiraram. O rei, apoiado na adhesão popular, poderia havel-os derrotado de vez. Mas, encantado pelas seducções do marquez de Vilhena, a quem concedera uma entrevista, licenciou o exercito sob condição de que a liga renunciaria á acclamação do infante D. Affonso, e obedeceria ao rei.

O que tinha feito, entretanto, por desaffrontar-se, a rainha de Castella, D. Joanna, cuja honra era publicamente conspurcada? O que fizera, por vingar sua irmã, o rei Affonso, de Portugal?

D. Joanna avistou-se com seu irmão na provincia da Beira Baixa. Diz o padre Flores que a infanta D. Isabel acompanhou a rainha, e que a *Beltraneja* ficara, entretanto, a bom recado, no alcaçar de Segovia. O lugar marcado para a entrevista foi a cidade da Guarda. Ahi expoz a rainha de Castella a triste situação em que se encontrava, e as dificuldades politicas em que seu marido se havia lançado. Como era natural, o primeiro movimento de Affonso v foi de commiseração pela irmã, mas, posto o negocio em côrtes, que na Guarda se reuniram, e a que D. Joanna assistiu em nome do rei, seu irmão, a volubilidade de Henrique iv não pesou menos na balança dos tres estados do que a deshonra da rainha de Castella: «foi el-rei aconselhado, diz Pina, que em tal discordia e empresa nem lianças se não entremettesse, da qual coisa com a mais honestidade que poudes se excusou.»

E os factos occorridos em Castella vieram justificar este prudente conselho dado a Affonso v.

O rei Henrique, desprezando os fortes elementos de resistencia que o paiz lhe offerencia, licenciou os seus soldados, que se retiraram indignados. Fiado nas promessas do marquez de Vilhena, que, aliás, não cuidou de cumpril-as, mandou buscar a *Beltraneja* a Segovia, fel-a entrar em Samora debaixo de pallio, e reuniu-se depois com a rainha e com a infanta D. Isabel, que regressavam de Portugal, em Simancas.

Toda Castella se resentia d'estes acontecimentos, a anarchia ia de foz em fóra, os malfeitores assolavam as povoações que, para resistir-lhes, e proteger-se a si proprias, faziam *hermandad*.^[8] Porê, no meio d'esta *degringolade* geral, custa a crer que ainda houvesse quem defendesse o rei! Pois havia. Valhadolid, aproveitando uma sahida do almirante D. Fradique com o infante D. Affonso, e a sua gente, sobre Arévalo, tomou de novo voz por D. Henrique, que logo se foi lá metter, sendo recebido com festas.

Henrique IV não se fortalecia com estas demonstrações de agrado. A sua fraqueza de espirito era tamanha, que acceitava todas quantas propostas os adversarios lhe fizessem.

Vejamos. Pedro Giron, mestre de Calatrava e irmão do marquez de Vilhena, porventura já cansado de andar agitando a Andaluzia contra o rei, propoz a Henrique IV, por intermedio do arcebispo de Sevilha, fazer pazes com elle, obrigando-se a servir-o com tres mil lanças, a emprestar-lhe sessenta mil dobras e a restituir-lhe o infante D. Affonso, sob a humilhante condição de que lhe seria concedida em casamento a infanta D. Isabel.

Prompto! Henrique IV acceitou logo a proposta. Deu de mão a Beltrão de Lacueva, e chamou para a côrte o mestre de Cacalatrava, tratando ao mesmo tempo de obter de Roma a dispensa para que elle pudesse casar, visto ser grão-mestre de uma ordem religiosa.

Mas Henrique IV esquecia-se de que sua irmã Isabel, comquanto menina de dezeseis annos, não era tão malleavel como elle. Mais nova ainda, depois da entrevista de Guadalupe, oppuzera resistencia a casar-se com Affonso V, allegando que era precisa licença das côrtes. Agora, mais desenvolvida a sua energia de castelhana, não deixaria de oppor uma seria resistencia, tanto mais que tinha a seu lado uma dama dedicadissima, D. Beatriz de Bobadilha, a qual, tirando um punhal, dissera uma noite á infanta: «Primeiro o cravarei eu no coração do mestre de Calatrava.»

Pedro Giron, chamado pelo rei, apressou-se a jornadaear de Almagro para Madrid, com grande sequito de cavalleiros. Mas ao segundo dia de Jornada adoeceu gravemente em Villarrubia, e a

breve trecho morreu *com pouca edificação christã*. Morreu raivando e praguejando, por não chegar a ver realizado o seu ideal.

Os chronistas castelhanos põem a virtude da infanta D. Isabel acima de toda a suspeita n'esta morte. Cremos que fosse assim, mas é possível que, mesmo sem conhecimento da infanta, alguém envenenasse o grão-mestre de Calatrava.

A infanta D. Isabel pode, enfim, respirar, mas o estado anarchico do paiz continuou o mesmo. Fizeram-se conferencias em Madrid, cidade que foi posta em poder do arcebispo de Sevilha, entre o rei e os revoltosos. Não deram resultado, como tantas outras conferencias. N'estas aguas turvas só o marquez de Vilhena logrou pescar, porque um bello dia nomeou-se a si proprio grão-mestre de S. Tiago, sem se importar com o rei, nem com o principe Affonso, nem com a côrte, nem com o papa, mas importando-se apenas com a sua muito alta e poderosa pessoa.

IV

MÃE E FILHA

A anarchia continuava desenfreada.

Se as coisas iam mal quando um só rei, o fraco D. Henrique, dominava em Castella, muito peor corriam agora que dois reis adversarios, posto que irmãos, dividiam o paiz em continuas luctas civis, duplamente fraticidas.

Uma d'essas luctas travou-se a 20 de agosto de 1467, nas planicies de Olmedo, entre os partidarios de Affonso e Henrique.

No numero dos cavalleiros promptos a combater pelo rei Henrique estava Beltrão de Lacueva. Sobre elle recahiam principalmente os odios dos adversarios, e tanto que o arcebispo de Sevilha lhe enviou um mensageiro com recado de que quarenta cavalleiros de D. Affonso e do arcebispo de Toledo haviam feito voto solenne de matal-o no combate que ia empenhar-se. Beltrão respondeu com altivez castelhana que reparasse bem o mensageiro nas armas e insignias, que trazia vestidas, para que os que alli o mandaram pudessem, por sua informação, reconhecer facilmente o duque de Albuquerque.

O combate travou-se com impeto, e o duque de Albuquerque defendeu-se valorosamente dos golpes que lhe vibravam os que haviam jurado matal-o. Valeu-lhe n'um aperto perigoso o marquez de Santilhana, seu sogro. O duque portou-se bravamente; de um lado e do outro combateu-se com ardor; porém, no fim da peleja, a victoria não fôra decisiva nem para uns, nem para outros.

D. Affonso esteve no campo, combatendo entre os seus, mas D. Henrique julgou mais prudente retirar-se, com trinta ou quarenta cavallos, para uma povoação immediata.

Um acontecimento politico veio, porêm, agravar a situação do rei Henrique: a infanta D. Isabel juntara-se com seu irmão D. Affonso.

Vejamos qual era, pouco antes, a situação da familia real.

A rainha com a infanta D. Isabel estavam em Segovia, e ahi tinham n'esse momento todo o seu thesoiro e joias. A *Beltraneja* havia sido entregue ao conde de Tendilha, para que a guardasse em Buitrago. Os rebeldes lograram tomar Segovia, e a rainha refugiara-se no castello, mas a infanta D. Isabel teimou em ficar no palacio, a fim de poder juntar-se com seu irmão. Foi o que succedeu. Tambem os rebeldes se apoderaram do alcacer, sendo a rainha conduzida em refens, sob a vigilancia do arcebispo de Sevilha, ao castello de Alaejos, onde iremos encontral-a.

O acto praticado pela infanta D. Isabel parecia dever reforçar a attitude dos affonsinos, mas não aconteceu assim, porque elles tinham no seu proprio seio grandes elementos de discordia. Um d'esses elementos era o marquez de Vilhena, cuja ambição abhorrecia aos seus mesmos amigos. Porisso os condes de Placencia e Miranda e o arcebispo de Toledo passaram-se para o partido do rei, e Vilhena correu risco de ser assassinado pelo genro, o conde de Benavente.

Um outro acontecimento, verdadeiramente inesperado, veio pôr em confusão os affonsinos. A 5 de julho de 1468, estando D. Affonso na villa de Cardenosa, a duas leguas de Avila, foi atacado de um somno profundissimo logo depois de haver comido. Pela manhã, como não sahisse da camara, foram chamal-o: estava morto. O veneno havia produzido o seu effeito. D. Affonso morrera uma creança, quinze annos apenas.

Os affonsinos, aturdidos com este golpe, recolheram-se a Avila. Ahi pensaram no que deviam fazer. Resolveram offerecer o throno a D. Isabel, mas a infanta respondeu com hombridade: que em quanto seu irmão D. Henrique fosse vivo, o rei legitimo era elle.

Desde esse momento a posição de Henrique IV seria facil, se elle tivera mais energia. Podia impor-se, mas não fez assim. O marquez de Vilhena propoz em nome dos conjurados prestar-lhe obediencia

se o rei consentisse em reconhecer D. Isabel como herdeira do throno. Henrique IV annuiu logo.

O marquez de Santilhana e todos os Mendonças, a cuja guarda estava confiada a *Beltraneja*, indignaram-se com este procedimento do rei. Sahiram immediatamente da côrte. A rainha D. Joanna estava, como dissemos, em poder do arcebispo de Sevilha no castello de Alaejos, e parece que um sobrinho do arcebispo, de nome D. Pedro, entretivera por algum tempo os ocios da rainha captiva.^[9]

Mas os Mendonças encarregaram D. Luiz Furtado de arrancar a rainha ao seu captiveiro. Uma noite, D. Joanna desceu por uma janella do castello, ferindo-se na descida. Luiz Furtado pol-a sobre as ancas da mula, e a largo trote a levou para Buitrago, onde sua filha estava.

Entretanto concertava o rei com os confederados as bases do accordo: D. Isabel seria jurada herdeira do throno, e ser-lhe-iam dadas para seu corregimento varias cidades e villas; reunir-se-iam côrtes para sancionar estes actos; D. Isabel não seria constrangida a casar, nem casaria sem consentimento do rei; a rainha considerar-se-ia como divorciada, seria enviada para fóra do reino, e não poderia levar comsigo a filha.

Henrique IV acceitou de boamente todas estas condições humilhantes. Ouviu ler o documento comprovativo da sua propria deshonra. «Item, porquanto ao dicto senhor rei, e commumente em todos estes reinos e senhorios é publico e manifesto, que a rainha D. Joanna, de um anno a esta parte, não tem usado limpamente de sua pessoa como cumpre á honra do dicto senhor rei, nem sua; e outrosim o dicto senhor rei é informado que não foi nem está legitimamente casado com ella... etc.» Henrique IV assignou, e dirigiu-se com sua irmã para o campo de Toros de Guisando, onde D. Isabel foi solennemente jurada herdeira do throno, com assistencia de nobres e prelados, e do legado pontificio que, em nome do papa, desligou todos os presentes de quaesquer outros juramentos, que houvessem feito.

O marquez de Vilhena aproveitou a ocasião para ser confirmado na posse do mestrado de S. Tiago, e o rei Henrique julgou-se por certo o mais ditoso dos homens coroados.

A rainha, tendo conhecimento da intervenção do legado pontifício no reconhecimento dos direitos da infanta D. Isabel, enviou Luiz Furtado, o seu salvador do castello de Alaejos, a protestar junto do representante do papa, ameaçando-o de fazer subir o seu recurso a Roma, se elle a não attendesse. A familia dos Mendonças, fiel ao partido da rainha, vira com indignação tudo quanto se passava. O marquez de Vilhena soube-o, e tratou logo de explorar a indignação dos Mendonças, a fim de obstar a que a infanta D. Isabel viesse a casar com o infante D. Fernando de Aragão, casamento a que a infanta se inclinava, e que o arcebispo de Toledo promovia. Era uma razão de interesse pessoal, como sempre, a que demovia n'este lance o marquez de Vilhena. Tinham sido encorporadas no seu marquezado muitas das propriedades sequestradas aos infantes de Aragão, e temia perdê-las pelo casamento da infanta com um príncipe d'aquella casa real. Então o marquez de Vilhena não duvidou fortalecer com o seu apoio o partido da rainha e, para obstar ao casamento que o contrariava, renovou o antigo alvitre de que a infanta D. Isabel desposasse D. Affonso v, de Portugal, e a princeza D. Joanna o príncipe herdeiro portuguez: no caso da infanta não ter filhos de Affonso, o *Africano*, succederiam no throno de Castella os que a *Beltraneja* houvesse dado ao príncipe D. João.

Houve idéa de que a rainha D. Joanna viesse pessoalmente a Portugal tratar d'estas alianças. Mas a pobre rainha, que continuava a ser perseguida pelo arcebispo de Sevilha, a cujo poder lograra subtrahir-se, receou que fosse esse um pretexto para não a deixarem voltar a Castella. Venceu a rainha; não veio a Portugal. De mais a mais a infanta D. Isabel tomara uma attitude energica, recusava tenazmente casar com Affonso v.

Henrique IV, incoherente, como sempre, escreveu de seu proprio punho ao papa para que não confirmasse a successão de D. Isabel; ao mesmo passo sollicitava a confirmação pontificia aos direitos da *Beltraneja*. Escrevia tambem ao rei de Portugal para que insistisse em desposar a infanta.^[10] «Estas cartas, diz o padre Flores, foram

entregues ao chronista D. Diogo Henriques de Castilho (a quem seguimos) para que secreta e promptamente as levasse a Buitrago, onde estava a rainha com sua filha, e fossem dirigidas com presteza a Lisboa e a Roma, como aconteceu, com grande sentimento do arcebispo de Sevilha (quando o soube), mas sem alvoroço, por mediar o mestre de S. Tiago.»

Affonso v estava lançado no plano inclinado do desastre. Obedeceu ao pedido. A historia do segundo casamento do rei portuguez, nunca realizado, é uma serie de *fiascos*, como hoje dizemos; o egregio vencedor de Africa collocara-se n'um terreno escorregadio, e fora resvalando até abysmar-se no ridiculo.

Segundo o testemunho de Lafuente, que se póde contraprovar em Damião de Goes,^[11] Affonso v enviara a Ocanha, onde estava Henrique IV, uma *solenne embaixada* a pedir a mão da infanta D. Isabel.^[12] De Roma chegara a vir uma bulla de Paulo II, dispensando para o matrimonio da infanta D. Isabel com seu tio D. Affonso v.^[13] Assim respondia o rei portuguez á carta de seu cunhado. Mas essa embaixada solenne chegava tarde a Castella. O arcebispo de Toledo apressara-se a tratar o casamento da infanta com D. Fernando de Aragão, que já a esse tempo se intitulava rei da Sicilia.

O prelado não perdera tempo, nem podia perder, porque o marquez de Vilhena e o rei estavam dispostos a vencer pela força a tenacidade da infanta. Pensaram em mandal-a presa para o alcacer de Madrid, mas recearam-se dos habitantes de Ocanha que ridicularizavam em chistes e satiras as pretensões de um viuvo de trinta e sete annos, como era então Affonso v, á mão de uma donzellinha de dezoito, que naturalmente lhe preferia um rapaz da sua idade, a mais florente de vida.

Era certo que, pelo tratado de Toros de Guisando, a infanta D. Isabel não podia casar sem consentimento do rei, seu irmão. Mas o que valiam tratados em Castella, sobretudo no tempo de Henrique IV, que tão depressa os fazia como desfazia?!

O arcebispo de Toledo não perdera tempo, dissemos nós. E não podia perder, porque, além de Affonso v, pretendiam a mão da infanta o duque de Guyena, irmão de Luiz xi, e um irmão do rei Eduardo iv, de Inglaterra.

O rei Henrique tivera que passar á Andaluzia, para socegar aquella provincia. Antes de partir pediu á irmã que não abusasse da sua ausencia. A infanta prometeu, mas por conselho do arcebispo, e a pretexto de fazer trasladar para Avila o cadaver de seu irmão Affonso, sahiu de Ocanha para o Madrigal, onde estava sua mãe, a rainha viuva. Estava, porém, em Madrigal o bispo de Burgos, sobrinho do marquez de Vilhena, que andava com o rei pela Andaluzia. O bispo informava o tio do que se passava. A espionagem era infatigavel; choviam as ameaças contra as damas da infanta, e contra ella propria, que ia ser presa por ordem do rei, quando o arcebispo de Toledo e o almirante D. Fradique conseguiram arrancar-a á vigilancia dos espiões açulados pelo marquez de Vilhena, e leval-a em triumpho para Valhadolid.

O arcebispo fez partir emissarios de sua inteira confiança para Aragão a chamar o infante D. Fernando. A viagem dos emissarios, que temiam ser descobertos, foi accidentada de peripecias arriscadas. Chegaram a Saragoça, e conferenciaram com o infante. Foi combinado, que este partisse apenas acompanhado por seis cavalleiros, disfarçados de mercadores, e que por outro caminho sahisse uma partida figurando uma embaixada do rei de Aragão a Henrique iv. Sobre a falsa embaixada deviam incidir as atenções do publico, e as vistas dos espiões de Henrique iv.

Os seis cavalleiros jornadeavam de noite. O infante disfarçara-se em criado; nas poisadas tratava dos cavallos, e servia á mesa. Foi assim que os conspiradores conseguiram atravessar por entre os soldados do rei, que cruzavam vigilantes as estradas, e passar incolumes sob a linha de fortificações dos Mendonças, desde Almazan a Guadalajara. Uma noite, porém, o infante esteve em risco de ser victima. Chegaram ao burgo de Osma, mortos de canção e frio. Chamaram á porta do castello do conde de Trevinho, que era partidario de D. Isabel. A sentinella, julgando serem inimigos, arrojou do alto do adarve uma pedra enorme, que passou

junto á cabeça do infante. O chronista Palencia, que era da partida, deu então um grito; a sua voz foi reconhecida, e a porta do castello aberta. Restaurada de forças, a cavalgada seguiu viagem, e dois dos cavalleiros anteciparam-se para dar a boa nova á infanta.

Chegaram aos ouvidos do rei os rumores da conspiração. Henrique IV deu-se pressa em regressar da Andaluzia, e em Trujillo recebeu uma carta de D. Isabel participando-lhe a sua resolução de casar com o infante D. Fernando, e fazendo em nome de ambos muitos protestos de obediencia ao rei se elle não contrariasse este casamento, cujas vantagens para a monarchia a infanta ponderava.

Fernando de Aragão completou a viagem com os quatro cavalleiros que lhe restavam. Chegou de noite a Valhadolid, ás casas onde a infanta poisava. O arcebispo de Toledo levou-o á presença de Isabel, e Gutierres de Cárdenas, vendo entrar o infante, mancebo de dezoito annos, elegante e robusto, exclamou: *Ese es, ese es.*^[14]

O casamento effectuou-se d'ahi a poucos dias, a 19 de outubro de 1469.^[15] Estava, pois, dado o primeiro passo para a unidade hespanhola; esse casamento unia duas monarchias.

Celebradas as nupcias, os noivos enviaram uma embaixada a Henrique IV, participando-lhe que o casamento se havia realizado, remetendo-lhe copia das capitulações matrimoniaes, e assegurando-lhe obediencia, no caso do rei approvar o que estava feito.

A colera de Henrique IV foi enorme. Não lhe ficou inferior a do marquez de Vilhena, que havia perdido a partida. Toda a côrte era um vulcão de odios, que explodiam. Esperava-se apenas a hora da vingança, e essa hora pareceu haver soado quando uma embaixada de Luiz XI chegou, a pedir a mão da *Beltraneja* para o duque de Guyena, seu irmão e porventura herdeiro, que a infanta D. Isabel havia rejeitado.

Esta embaixada fortaleceu momentaneamente a causa da *Beltraneja*.

Foi recebida com grandes festas e pompa. O cardeal de Albi, um dos emissários de Luiz XI, perguntou solennemente á rainha se a princeza D. Joanna era effectivamente filha do rei Henrique IV. A que baixeiras tinham nascido predestinadas a irmã e a sobrinha de Affonso v! A rainha respondeu affirmativamente. Depois repetiu a pergunta o rei, e D. Joanna repetiu a affirmativa. Então todos os prelados e cavalleiros presentes beijaram a mão da *Beltraneja*, outra vez reconhecida herdeira do throno. A infanta D. Isabel, não obstante haver escripto uma nova carta de conciliação ao rei, e appellado para a arbitragem do bom conde de Haro, Fernandes de Velasco, que era tido em Castella como o mais serio character d'aquelle tempo, foi desherdada.

Henrique IV publicou contra sua irmã Isabel, já então mãe, um manifesto injurioso; a infanta respondeu com outro, incriminando o procedimento do rei. Entretanto nascera um filho de Luiz XI, o que afastava o conde de Guyena da successão do throno de França. Chegaram, não obstante, a fazer-se as capitulações matrimoniaes, mas o entusiasmo de Henrique IV, por esse casamento, esfriara desde que a Luiz XI nascera um filho.

Diz o padre Flores que todas as diligencias se mallograram por ter morrido o noivo da *Beltraneja*. Esta asserção carece de reparo. O duque de Guyena só morreu, em Bordeus, em maio de 1472. Elle mesmo havia manifestado tambem pouca vontade de realizar o casamento contractado, chegando a solicitar a mão da herdeira do ducado de Borgonha. De parte a parte havia frieza. Ruy de Pina vem em reforço do que dizemos, noticiando varias embaixadas entre as côrtes de Portugal e Castella, em 1470 e 1471,^[16] para tratar de casamentos. Mas como D. Isabel houvesse casado com o infante de Aragão, rei da Sicilia, e o infante D. João, de Portugal, houvesse casado em Setubal, a 22 de Janeiro de 1471, com sua prima D. Leonor, Henrique IV e Affonso V avistaram-se *entre Elvas e Badajoz* para combinar o casamento da *Beltraneja* com o rei de Portugal.^[17]

D. Joanna e sua filha não assistiram a esta entrevista. Ficaram em Escalona, acompanhadas pelo bispo de Burgos.

Diz Pina que D. Isabel e D. Fernando enviaram embaixadores á entrevista, a fim de obstem ao casamento de Affonso v com sua sobrinha. O rei de Portugal reuniu muitas vezes conselho para tratar d'este assumpto, mas sempre, em quanto Henrique IV viveu, sobrevieram duvidas e receios de graves complicações entre os dois paizes.

O padre Flores escreve que, em todas estas negociações, o rei de Portugal tinha grande desconfiança do mestre de S. Tiago. É natural que assim fosse, mas tambem é natural que influisse no animo de Affonso v a importancia que tinha realmente o partido de D. Isabel.

Como quer que seja, a causa da *Beltraneja* perdia terreno. Quatro novos projectos de casamento se haviam frustrado: com o duque de Guyena, com D. Fradique, filho do rei de Napoles, com D. Henrique Fortuna, primo coirmão do marido de D. Isabel, e com D. Affonso, de Portugal. Mas, alem d'estes, ainda houve um outro projecto mais antigo, como sabemos, relativo ao infante D. Affonso, que morrera. Andava a mão da pobre infanta em almoeda, e ninguem a queria! A familia dos Mendonças afrouxara tambem no seu entusiasmo pela causa da *Beltraneja*, logo que o rei lhe arrancara a infanta para a confiar á guarda do mestre de S. Tiago.

Ao passo que a má estrella da *Beltraneja* parecia brilhar cada vez mais sinistra no horizonte do seu triste destino, os partidarios de D. Isabel logravam vantagens. Um d'elles, André de Cabrera, mordomo-mór do rei e marido de D. Beatriz de Bobadilha, amiga dedicada de D. Isabel, pensou em reconciliar o rei com a irmã. Soube-o fazer com fina diplomacia. D. Beatriz foi a Aranda, disfarçada em camponeza, perguntar á infanta se não teria duvida em avistar-se com o rei em Segovia. D. Isabel annuiu. Cabrera venceu, por certo, sem grande difficuldade, as hesitações do fraco rei Henrique.

Os dois irmãos avistaram-se em Segovia. Era isto em dezembro de 1473. O rei não só se reconciliou com a irmã, mas quiz honral-a publicamente, levando de redea a mula, em que a infanta montava, atravez das ruas, ao som de musicas festivas. O mestre de S. Tiago, desairado por estas secretas negociações, retirou-se da côrte.

Entretanto, a infanta D. Isabel, á qual viera juntar-se o infante de Aragão, continuava a estar nas boas graças do rei. Banqueteavam-se juntos, e foi n'um d'esses banquetes, dado por André de Cabrera que, no domingo de *Reis* de 1474, o rei se sentiu indisposto depois de ceia. Fernando e Isabel visitavam na sua doença Henrique IV, mas não conseguiam arrancar-lhe a confirmação dos seus direitos ao throno. Por sua parte, o mestre de S. Tiago procurava desforrar-se do desaire recebido, procurando infundir suspeitas de que os infantes houvessem envenenado o rei.

Voltando á côrte, o grão-mestre induzia o rei a apoderar-se dos infantes, e assim teria acontecido se o plano não fosse denunciado a Fernando e Isabel.

O rei melhorara, mas a sua saude tornara-se melindrosa. Não obstante, João Pacheco, senhoreando outra vez o espirito de Henrique IV, fez com que o rei o acompanhasse a Trujillo, para que o investisse na posse d'aquella cidade, diz Lafuente; para concertarem d'alli secretamente o casamento de D. Joanna com Affonso V, diz Zurita.

É certo que João Fernandes da Silveira, depois barão de Alvito, chegou a ir a Castella encarregado d'este negocio.^[18] Mas a viagem aggravara os padecimentos do rei. Retiraram porisso de Trujillo, mas, a duas leguas da cidade, João Pacheco, acommettido de uma inflammação de garganta, morreu deitando muito sangue pela bocca.

A morte de João Pacheco, marquez de Vilhena e grão-mestre de S. Tiago, impressionou o rei. Aquelle homem fôra o companheiro dos seus deboches quando principe, e o instigador de grande parte dos seus actos como rei; habituara-se a elle. Sentia-lhe agora a falta. Preso a esse cadaver por laços torpes, honrara-lhe a seu modo a memoria, fazendo o filho de João Pacheco marquez de Vilhena e grão-mestre de S. Tiago, sem sequer consultar os cavalleiros da ordem.

Levantaram-se reclamações e protestos, que o rei teve de reprimir com varias expedições. Este esforço quebrantou-lhe as ultimas

forças. Abandonou a lucta, para voltar a Madrid, cada vez mais doente. Morreu a 11 de dezembro d'esse mesmo anno de 1474.

Assim acabou, n'este rei fraco e nefando, a linha varonil da dynastia Trastamara.

V

POR CAUSA DE UMA COROA

O veneno, propinado ao rei Henrique durante as festas de Segovia em honra de sua irmã D. Isabel,^[19] produzira o desejado effeito, como vimos. O rei fallecera em Madrid, onde estava sua filha D. Joanna entregue aos cuidados do novo marquez de Vilhena, Diogo Lopes Pacheco. Mas a rainha achava-se ausente, *apartada da côrte por seu deshonesto viver*.^[20]

Como quer que seja, vamos encontral-a, depois da morte do rei, habitando um predio junto á egreja de S. Francisco, de Madrid, que fôra demolida no anno de 1760. Parece que D. Joanna, sentindo o canção de uma vida tempestuosa, procurara o refugio de uma especie de cenobio, d'onde, em tribuna privativa, podia assistir aos officios religiosos que se celebravam no templo.

São mais ou menos suspeitos de paixão politica os historiadores castelhanos, que se occupam do procedimento da rainha. Uns, como Henriques de Castilho, pertencem á parcialidade do rei; outros, como Pulgar, militavam na facção de D. Isabel. O padre Flores, querendo mostrar-se imparcial, chama *pelago insondavel* ao conceito que da infeliz rainha se fazia em Castella.

Um historiador portuguez, o auctor da *Historia genealogica*, escreve que D. Joanna fôra «formosa, viva, e naturalmente alegre; era moça, e mais desenvolta do que convinha á sua real pessoa, o que deu motivo a diversos juizos, que se augmentaram pelo pouco caso que el-rei d'isso fazia; do que nasceu alguns cuidarem, e outros fingirem, e lhe levantarem, que era pouco honesta, e que el-rei lh'o consentia.»

Um d'esses taes é Antonio de Lebrixa, o qual escreveu que era o proprio Henrique IV que alcovitava a rainha a um seu privado (Beltrão de Lacueva).

Damião de Goes censura Lebrixa por afirmar *ex cathedra, sem ser testemunha de vista*, a infamia da rainha; mas acaba por dizer que a fama da impotencia de Henrique IV era falsa, comquanto não houvesse sido *testemunha de vista*, elle proprio...

Nós estamos escrevendo a distancia de tempo a que os acontecimentos avultam em todo o relevo da sua nudez historica. Cahiu já desfeito, pela acção implacavel dos seculos, o véo que a paixão politica entretece, e que não deixa definir claramente os contornos mais salientes de qualquer epocha, como a neblina envolve a ossada dos montes ao romper da manhã.

Começamos por estudar serenamente a côrte de Henrique IV, devassa, dissoluta, sensual. Esboçamos o perfil do rei, que presidia a esta côrte, rei que se retouçava na podridão de prazeres sodomitas, e parecia talhado de molde para deixar resvalar ao abysmo da deshonna a segunda mulher, visto que não quizera repudial-a pelo mesmo motivo da primeira, a infeliz Branca de Navarra. D. Joanna, de Portugal, era moça, formosa, alegre, *viva*, como diz Antonio Caetano de Sousa. Cahiu no meio d'esta côrte, como uma flor póde cahir em qualquer esterquilinio sotoposto ao jardim, sobretudo quando a haste tem o geito de pender para esse lado, e uma perfida viração a faz oscillar a cada lufada mais forte...

Basta ir seguindo os acontecimentos, para ver descer a rainha pelo plano inclinado do adulterio. Não é preciso ler os chronistas para copiar d'elles a sua apreciação, mais ou menos apaixonada, mas apenas para que nos guiem na successão dos acontecimentos. A critica é facil, resalta luminosa e logica. Aconteceu-nos isto, confrontando os chronistas; o mesmo acontecerá por certo ao leitor que tiver seguido passo a passo esta narrativa.

D. Joanna falleceu a 13 de junho de 1475, tendo apenas 36 annos de idade. Matou-a o veneno ou o arrependimento; morreu ou mataram-n'a. E diz a chronica que os reis catholicos, Isabel e Fernando, lhe mandaram fazer um tumulo de marmore branco, cujo epitaphio dizia:

Aqui yace la mui excelente, esclarecida y poderosa Reyna de Castilla Doña Juana, muger del muy excelente, esclarecido y poderoso Rey Don Enrique IV. cuyas animas Dios aya: la qual falleció dia de San Antonio de MCCCCLXXV. años.

Mais tarde, a habitação da rainha foi convertida em nave do templo; chamava-se-lhe a capella da Aurora, e ficava do lado do Evangelho. Quando a egreja de S. Francisco foi demolida, acharam-se os ossos da rainha dentro de um cofre de madeira, mas não se sabe hoje o destino que tiveram depois da demolição.^[21]

Assim se dispersaram os restos mortaes d'essa formosa dama portugueza, que o berço em que nascera posthuma parecia haver malfadado para as desventuras do thalamo, e do throno.

Fizera Henrique IV testamento?

Ruy de Pina, na *Chronica de D. Affonso V*,^[22] diz que sim.

«No fim do anno de mil quatrocentos setenta e quatro, palavras suas, el-rei D. Henrique, de Castella, falleceu na villa de Madrid; foi seu corpo levado ao mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, onde na capella-mór, á mão direita, jaz em sua real sepultura, como parece, e da outra parte jaz a rainha D. Maria, sua mãe. *Fez el-rei D. Henrique seu solenne e accordado testamento, em que declarou a princeza D. Joanna por sua filha, e por rainha herdeira dos reinos de Castella, e o rei D. Affonso por governador d'elles, pedindo-lhe finalmente que acceitasse a dicta governança, e casasse com ella, o qual testamento foi logo trazido a el-rei D. Affonso, que estava em Extremoz... etc.*»

Os chronistas castelhanos corrigem n'este ponto o chronista portuguez.

Zurita diz positivamente nos *Anales* que D. Henrique não deixou testamento.

O padre Castilho não faz menção de qualquer disposição testamentaria. Affonso de Palencia diz que, perguntado o rei sobre

quem lhe devia succeder no throno, respondera que o secretario João Gonçalves revelaria a sua intenção. Fernando de Pulgor refere que apenas indicara os fidalgos a quem seria confiada a guarda de sua filha. Lucio Marineo escreve que Henrique IV, sempre imprevidente, não deixara testamento. Marianna conta que, perguntado o rei pelo seu confessor frei Pedro de Mazuelos, respondera que reconhecia como herdeira a princeza D. Joanna, a qual deixara recommendada a alguns fidalgos, inclusos os marquezes de Santilhana e de Vilhena. A Lafuente parece arriscada esta asserção de Marianna, que aliás vem copiada em Romey.

Diogo Clemencin^[23] é de todos os historiadores castelhanos o que mais detida e lucidamente se occupa da questão do testamento de Henrique IV.

Recorda a lenda, publicada por Galindes de Carvajal, de que o rei Henrique fizera, ao morrer, testamento, no qual reconhecia como sua successora D. Joanna, e de que esse documento fôra pelo secretario João de Oviedo entregue a um padre que era cura de Santa Cruz, em Madrid. Não querendo que o desapossassem de tão valioso deposito, o cura metteu-o n'um cofre com outros papeis, e veio escondel-o perto de Almeida, em Portugal. O bacharel Fernam Gomes de Herrera, amigo particular do cura, conhecia o segredo, e revelou-o a D. Isabel a *Catholica*, quando já estava moribunda. A rainha mandou o cura buscar o cofre, que chegou quando ella já tinha morrido. O rei Fernando soube o que se passava, pelo licenciado Zapata, a quem Herrera revelara o segredo. Diziam uns que o testamento fôra queimado por ordem do rei; outros que ficara em poder de Zapata. A Herrera teriam sido feitas varias mercês, em recompensa do serviço que prestara.

Clemencin refuta esta lenda com bons fundamentos, entre elles o não ser citado por D. Joanna o testamento de Henrique IV quando ella allegava todos os seus direitos em manifesto dirigido á cidade de Madrid (1475), e a circumstancia de igual omissão no documento em que a *Beltraneja* transferiu para D. João III, de Portugal, todos esses direitos.

Como quer que fosse, em torno da *Beltraneja* agrupou-se um partido defensor da sua legitimidade. Os caudilhos eram grandes e poderosos senhores, posto não fossem numerosos: entre elles, o marquez de Vilhena, menos habil, porém mais intrepido que seu pae; o opulento duque de Arévalo; o moço marquez de Cadiz, e o grão-mestre de Calatrava e seu irmão.

No partido contrario, militavam em favor de D. Isabel prelados e proceres igualmente poderosos. Citaremos o arcebispo de Toledo, que foi quem se apressou a communicar a Fernando o Catholico, em carta que Zurita reproduz, a noticia do fallecimento de Henrique IV.

Não deixa, comtudo, de ser curioso que este prelado se bandeasse depois com o partido da *Beltraneja*, despeitado pelo ascendente, que no espirito de Fernando e Isabel havia tomado o cardeal de Hespanha.

Não seria, pois, uma copia do testamento, que parece não ter existido, o que os partidarios da *Beltraneja* enviaram a Affonso v, que estava então em Extremoz; mas foi de certo uma mensagem solicitando o seu apoio a troco do casamento com a infanta, sua sobrinha, e da coroa de Castella.^[24]

Não me esquivarei a citar, a respeito d'esta mensagem, as palavras do historiador hespanhol Lafuente, porque raras vezes um escriptor estrangeiro é tão fiel e tão exacto nas suas apreciações.

«A ninguem, tanto como ao monarcha portuguez, diz elle, podia lisonjear uma tal proposta. De genio naturalmente cavalheiroso, desvanecido com a denominação de *Africano*, que os seus triumphos contra os moiros barbarescos lhe haviam valido, e um dos pretendentes anteriormente repellidos pela rainha Isabel, Affonso acolheu com avidez um convite que lhe proporcionava apresentar-se como reparador de um desaire, que recebera da rainha, como vingador de um rival preferido, como o campeão de uma princeza desgraçada, e como conquistador de uma coroa, que, alcançada para sua sobrinha, havia de ver collocada na sua propria cabeça. De modo que a empresa satisfazia simultaneamente o seu espirito

cavalheiresco, o seu orgulho offendido, a sua cobiça e ambição de gloria.»

Conforma-se com o testemunho de Ruy de Pina o testemunho de Lafuente, quando affirma que o principe herdeiro de Portugal, D. João, procurara inflamar os brios guerreiros de seu pae, aconselhando-lhe a guerra com Castella. Tambem concorda com o chronista portuguez o historiador castelhano, quando refere que o duque de Bragança e o arcebispo de Lisboa foram de parecer contrario ao do principe. O que é certo é que Affonso v mandou a Castella o seu camareiro-mór, Lopo de Albuquerque (depois conde de Penamacôr), encarregando-o de informar-se pessoalmente sobre a importancia e valor que podiam ter os partidarios da *Beltraneja*. O emissario de Affonso v recolheu com boas informações, depois de praticar com os mais exaltados adversarios de D. Isabel, entre os quaes se contava, como sabemos, o marquez de Vilhena. Não obstante as boas novas com que Lopo de Albuquerque chegou a Evora, onde estava o rei, em Janeiro de 1475, parece que de novo foram ainda ponderados a Affonso v os inconvenientes da empresa; mas a fogosidade do principe venceu a opinião dos que discordavam.

O rei de Portugal mandou deitar pregão de guerra. Em Arronches devia reunir-se o exercito, no mez de maio. N'esse sentido foram expeditas ordens. Comtudo, alguém lembrou a Affonso v a conveniencia de mandar primeiramente uma embaixada a Fernando e Isabel, reivindicando os direitos de D. Joanna. Foi escolhido para esta commissão Ruy de Sousa, que a desempenhou. Lafuente diz que Affonso v tivera a *arrogancia de fazer uma intimação aos reis para que renunciassem a coroa em favor de D. Joanna*.

Nas disposições em que se encontrava Affonso v, é natural que mandasse pôr a questão em termos categoricos. De mais a mais, como ainda teremos occasião de mostrar, os embaixadores portuguezes não costumavam sossobrar perante a altivez castelhana. N'um e n'outro paiz, as situações estavam claramente definidas, porque se Affonso v convocara o exercito para Arronches, em Segovia tinham sido alçados pendões reaes ao som de *Castilla*

por el rey Don Herñando, y la reina Doña Isabel, su muger, proprietaria destos reynos.

A resposta de Fernando e Isabel é fácil de adivinhar. Responderam mantendo os seus direitos, e requereram a Affonso v que não entrasse em Castella. Diz Lafuente, que a intimação do rei de Portugal fôra nobremente repellida, mas accrescenta que D. Isabel *dirigiu diferentes embaixadas a Affonso v, exhortando-o com palavras de moderação* a que desistisse da empresa. Os emissarios dos reis catholicos foram varios religiosos, segundo Zurita.

No mez de maio, estava o rei em Arronches, apercebido para a marcha. O principe D. João acompanhou-o ao alto Alemtejo, onde concertaram, pae e filho, negocios particulares e do Estado, para o caso do rei perecer em combate. Foi em Portalegre, a 28 de abril, que Affonso v dictou o seu testamento, escripto por frei João de S. Mamede, confessor do rei: «... eu tenho determinado, diz Affonso, d'aqui a poucos dias entrar em os reinos de Castella, com fundamento de casar com a rainha, minha sobrinha, e isto por serviço de Deus e por melhor podermos defender seu direito, segundo é já entre nós capitulado...»

N'este curioso documento refere-se Affonso v aos enormes gastos que foram feitos com o casamento de sua irmã D. Leonor com o imperador da Allemanha, attribuindo-os á pouca idade que então tinha, e á falta de experiencia. Declara ter dois filhos legitimos, a infanta D. Joanna, que falleceu em Aveiro, com reputação de santa, posto a sua vida não fosse inteiramente isenta de culpas,^[25] e o principe D. João que, segundo os estylos do reino, proclama herdeiro da coroa.

Tambem em Portalegre, e primeiro que o seu testamento, assignara Affonso v a carta regia pela qual declarava regente do reino seu filho, o infante D. João.^[26]

Estavam já em Arronches pae e filho, quando chegou noticia de que D. Leonor, mulher do principe herdeiro, havia dado á luz o infante D. Affonso, que tão pouco vivera e tão desastrosamente acabara. «E por seu nascimento, diz Ruy de Pina, declarou logo el-rei, sendo caso que o principe D. João, seu filho, em sua vida

fallecesse, a tempo que elle rei tivesse outro filho lidimo *da rainha D. Joanna, sua esposa, com quem havia de casar*, que ao dicto infante D. Affonso sempre pertencesse e viesse a successão dos reinos de Portugal, e que para isso fosse logo jurado e obedecido...»

Tratou-se, pois, de entrar em Castella ao som de guerra.

A fim de melhor garantir o successo da empresa, Affonso v tratou de entender-se diplomaticamente com o rei de França, Luiz XI, como vamos ver.

Em 1471, o marquez de Vilhena representou a Luiz XI pedindo-lhe que auxiliasse o rei de Portugal. Expunha quaes eram as forças de que Affonso v podia dispor: elle marquez, tres mil cavallos; o arcebispo de Toledo, dois mil; o mestre de Calatrava, dois mil; o bispo de Calatrava, dois mil; o bispo de Burgos, trezentos; o conde de Horoianna, trezentos; D. Affonso, senhor de Montalvão, duzentos; D. Affonso e D. João, filhos bastardos do mestre de S. Tiago, quatrocentos; D. Pedro de Porto Carreiro, irmão do marquez, quatrocentos; a condessa, mãe da mulher do marquez, trezentos; o duque de Arévalo, dois mil; o marquez de Cadiz, genro do mestre de S. Tiago, mil e quinhentos; o duque de Sevilha, dois mil; D. Affonso de Aguillar, seiscentos; o conde de Feria, quatrocentos.

Toda esta gente de armas, com a que o rei de Portugal poria em movimento, dava um exercito de trinta e dois mil homens. Accrescentava o emissario do marquez de Vilhena que se o rei de França continuasse a fazer guerra ao de Aragão, na Catalunha, elles o poriam em tal aperto que seria obrigado a desistir das suas pretensões ao reino de Castella.^[27]

Vê-se, pois, que, contando com todos estes recursos, Affonso v não procedeu tão levemente como pretendem alguns chronistas castelhanos.

Por sua parte, o rei de Portugal escreveu a Luiz XI, revelando-lhe as intenções em que estava de desposar sua sobrinha D. Joanna, e declarar guerra a Castella, prometendo que, se lograsse alcançar victoria, ficariam cada vez mais estreitadas as relações de antiga amizade entre as duas coroas de Castella e França. Passava-se isto

a 8 de janeiro de 1475, e logo no fim d'esse mesmo mez tornava Affonso v a escrever a Luiz xi, dizendo-lhe que receando qualquer demora na entrega da primeira carta, escrevia de novo allegando os direitos de D. Joanna ao throno de Castella, e pedindo-lhe favorecesse a causa d'esta princeza, cujo triumpho seria mais conveniente á politica franceza do que a victoria do ambicioso rei de Aragão. Participava haver pedido o auxilio do papa, e rogava a Luiz xi que no mesmo sentido escrevesse ao pontifice.

Em abril respondia Luiz xi accusando a recepção da primeira carta, de 8 de janeiro, e dizendo que encarregara Olivier le Roux de vir a Portugal responder aos artigos d'ella; que estando já Olivier a caminho, recebera a segunda carta; que se dera pressa em escrever ao papa no sentido desejado, despachando como portador um emissario para Roma.

Effectivamente, chegara a Portugal mestre Olivier, o qual, em nome do seu soberano, dissera a Affonso v que a respeito da alliança, que propunha a Luiz xi, importava lembrar-se de que, tendo Portugal alliança com os inglezes, antigos inimigos da França, era mister declarasse como e em que fórma entendia a alliança proposta; que essa alliança, segundo os precedentes estabelecidos entre Castella e França, não devia admittir excepção de pessoas; que, attenta a visinhança dos dois paizes, convinha á França auxiliar as pretensões de um principe que ficasse sendo seu amigo e alliado; que o rei de Aragão, pae de D. Fernando, enviara a França um embaixador com a proposta de paz e alliança, e de casamento da filha do dicto rei de Aragão com o delfim; que o rei de França nada decidira, e mandara um embaixador a Aragão para mais explicitamente inteirar-se da substancia da proposta; que el-rei de Portugal bem sabia como o de França o estimava e amava, de preferencia a qualquer outro; que o reino de Portugal ficaria de futuro comprehendido na alliança que houvesse de fazer-se entre a França e Castella; que no caso da alliança se não realizar no sentido indicado, seria sempre util manter entre a França e Portugal relações de paz, grande amor e amizade.

O fecho das instrucções, copiadas pelo visconde de Santarem da bibliotheca real de Pariz, diz o seguinte: «E tratando d'estas coisas,

o dicto mestre Olivier fará por saber *quem tem mais parcialidade e poder, se el-rei de Portugal em razão da filha d'el-rei de Castella, ou el-rei de Castella em razão da irmã, e de tudo quanto souber dará parte a el-rei.*»

Como se viu, Luiz XI entrincheirava-se detraz das mais astutas reservas diplomaticas. Nada de categorico e consistente. Apenas a manifesta intenção de querer aproveitar-se da ambição de Affonso v para romper a alliança de Portugal com a Inglaterra.

Estavam as coisas n'este pé, quando Affonso v sahiu de Portugal com um exercito de cinco mil e seiscentos homens de cavallo, e quatorze mil infantes. Lafuente diz que a cavallaria ia na força de cinco mil e *setecentos* homens. A differença é pequenissima. O principe D. João acompanhou seu pae até á fronteira, e retirou depois, sabe Deus com que profunda magua de o não poder seguir!

Ruy de Pina, descrevendo a ordenança do exercito portuguez, diz que ia na frente o adail-mór Diogo de Barros, com *certos ginetes por descobridores*. Seguia-se o marechal D. Fernando Coutinho, como *aposentador e assentador do arraial*. Depois, Vasco Chichorro, capitão dos ginetes d'el-rei, logo seguido pelo conde de Penamacôr, capitão da vanguarda real. Após, ia a carriagem e, depois d'ella, o rei, com poucas pessoas da sua guarda, diz Goes, e um pagem que levava o guião com a divisa real, um rodizio de moinho com gottas d'agua ao redor e esta legenda *Jámais*, divisa que tomara pela sua primeira mulher, D. Isabel. Na rectaguarda ia o duque de Guimarães, servindo de condestavel do reino.

Tem razão Lafuente, quando diz que no exercito de Affonso v ia a fina flor dos cavalleiros portuguezes. Assim era, com effeito. Alem dos já citados, apontam os chronistas os condes de Faro, Loulé, Penella, Monsanto, etc.

Damião de Goes e Ruy de Pina referem que Affonso v chegara a Plasencia sem que alguém pretendesse tomar-lhe o passo. Zurita diz, porém, nos *Annaes*, que se oppozeram ao exercito portuguez cêrca de mil cavalleiros castelhanos, e que, «á entrada, em diversos recontros, derrubaram mais de duzentos de cavallo, dos inimigos

(os portuguezes)», chegando os capitães a carregar até aos flancos do nosso exercito.

Em Plasencia era esperado Affonso v pelo duque e duqueza de Arévalo e pelo marquez de Vilhena, que lhe apresentou D. Joanna, a qual, por ordem do marquez, tinha estado confiada á guarda de Pedro de Baeça. Dizia este Baeça que os reis catholicos lhe tinham mandado offerecer, por um irmão e pelo proprio pae do depositario, quatro contos de renda, quatro mil vassallos com a villa de Torquemada, e o titulo de conde, com promessas de casamento rico para o filho, se consentisse em entregar-lhes a *Beltraneja*. Accrescentava que voltara com igual commissão o doutor Rodrigo Maldonado, mas com maiores promessas, e que elle tudo recusara.

VI

A BATALHA

Aposentou-se Affonso v com D. Joanna na fortaleza de Plasencia. Ahi deslizaram alguns dias perdidos em *festas e prazeres*, diz Pina. Affonso v iniciou a campanha de Castella por dois graves erros, reconhecidos pelos proprios chronistas castelhanos. Zurita diz que se Affonso v, em vez de entrar por Plasencia, tivesse entrado pela Andaluzia, Sevilha não poderia resistir por muito tempo a um cêrco, e que, tendo elle por si Sevilha, se renderiam logo outras cidades, favoraveis a D. Joanna, ficando-lhe livre o caminho até aos confins do reino de Aragão; e que se houvesse querido dirigir-se para Toledo, onde o arcebispo e o marquez tinham poderio, haveria logrado chegar até Segovia. Acrescenta que Affonso v se demorara nas festas de Plasencia mais do que lhe convinha.^[28] Lafuente escreve no mesmo sentido, dizendo que o rei de Portugal, demorando-se em Plasencia e Arévalo, dera tempo a que Fernando e Isabel suprissem á força de actividade a falta de dinheiro e de apercebimentos de guerra.^[29]

Mas o que é certo é que Affonso v se demorou em Plasencia, onde celebrou publicamente desposorios com sua sobrinha,^[30] e ambos foram proclamados reis de Castella, Leão e Portugal. Ruy de Pina observa «... e chamou á rainha esposa, com a qual então nem depois nunca consumou o matrimonio, por defeito de dispensação, que não tinha nem houve nunca.» Mais tarde trataremos este ponto. Por agora, para não interromper a narrativa com longas divagações, diremos que D. Affonso v tratou de fazer publicar o *Manifesto* dos direitos de D. Joanna ao throno de Castella. Sousa^[31] copiou-o de Zurita; tem a data de 30 de maio e é dirigido á *villa* de Madrid. N'esse documento, que é extenso e que está bem escripto, D. Joanna historía todos os acontecimentos politicos do reinado de Henrique IV, que o leitor já conhece. Accusa Fernando e Isabel de

terem envenenado ou mandado envenenar o rei. Insiste em que elle a reconhecera publicamente como filha e herdeira, no leito da morte, porêr não fala em testamento. Allude, com a desenvoltura que o assumpto requeria, á supposta impotencia de seu pae, affirmando ás claras que elle *era hombre poderoso para engendrar*. Referindo-se a seu tio e noivo, diz: «O que tudo visto pelos dictos duque de Arévalo e marquez de Vilhena, como meus tutores, guardadores, usando da lealdade e fidelidade que me devem, e acatando, como o mais alto e mui poderoso principe D. Affonso, por a graça de Deus rei de Portugal, e rei de Castella e de Leão, que agora é meu senhor, e principe mui catholico, e de grande fama, exemplo e de grã virtude e prudencia, para manter e governar estes dictos meus reinos, em justiça e verdade, como cumpre ao serviço de Deus, e meu, e ao regimento, e reparo, e restauração d'elles para o futuro, e conformando-se com a vontade do dicto rei meu senhor, que em sua vida, com accordo de muitos prelados e grandes, diversas vezes o negociou e procurou, accordaram e assentaram com elle, que casasse, e celebrasse desposorio commigo: e para isso viesse e entrasse n'estes dictos meus reinos como rei, e senhor d'elles, como meu legitimo esposo, e marido. E estando eu na cidade de Turgilho, sob a salvaguarda do dicto marquez de Vilhena, o dicto rei meu senhor enviou seu embaixador e procurador com seu poder bastante, para se desposar, e desposou commigo, em legitima e devida fórma: e depois, estando n'esta cidade de Plasencia, ... dias do mez de maio d'este anno, da data d'esta minha carta, o dicto rei meu senhor chegou á dicta cidade por sua pessoa, e desposou-se e *dio las manos comigo*: e solennemente jurou, e fez voto solenne, de nunca me sacar fóra d'estes dictos meus reinos, nem sua senhoria sahir fóra d'elles, até, mediante a graça de Deus, os acalmar e pacificar.» Noticía depois como se celebrara o acto da acclamação, e ordena que, logo que aquella carta regia recebam, *se ajuntem todos por pregão e alcem pendões pelo dicto rei D. Affonso*. Diz constar-lhe que os *reis da Sicilia* têm feito espalhar o boato de que os portuguezes são por indole hostis aos castelhanos. Desmente este boato, recorda o parentesco e amizade de Affonso v com a casa real de Castella, e accentua que os portuguezes são christãos catholicos, e obedientes á vontade do seu rei.

Um dos pontos que melhor estão tratados no *Manifesto*, é o que se refere á desobediencia de D. Isabel, tendo fugido da cõrte para casar com o rei da Sicilia, que era estrangeiro, não confederado, nem alliado com Henrique IV, quando ella o não podia nem devia fazer, não só por ser contra vontade do rei, mas tambem porque as leis do reino dispunham que as donzellas, menores de vinte e cinco annos, não casassem sem consentimento de seus paes e irmãos mais velhos. De mais a mais, Fernando e Isabel eram parentes em grau prohibido, e não tinham obtido dispensação apostolica.

Lembra finalmente D. Joanna quanto Fernando e Isabel fizeram para se apoderar do thesoiro real de Segovia, como se apoderaram de todo o oiro e prata, joias, brocados e pannos, que deixara Henrique IV, não dando, nem consentindo que se dêsse para o seu enterro e sepultura *o que para qualquer pobre cavalleiro de seu reino se dera*, e tentando havel-a á mão para a fazerem encarcerar perpetuamente ou porventura matar.

Como se vê, o *Manifesto* está habilmente redigido; procura ferir todas as notas, tanto a da legalidade, como a da sentimentalidade.

D. Affonso v tambem escrevera á cidade de Salamanca, sobre o direito de D. Joanna á coroa de Castella,^[32] e procurara apoiar-se na diplomacia para corroborar o effeito que esperava colher da publicação dos manifestos.

De Plasencia enviou a França, como embaixadores, D. Alvaro de Athayde e o licenciado João d'Elvas, com plenos poderes para negociarem a desejada alliança. Philippe de Comines, que assistiu á audiencia dos embaixadores portuguezes na cõrte de França, accusa-os de não terem conhecido as astucias de Luiz XI, de não terem ao menos suspeitado de que faltaria ás suas promessas. Passa-lhes diploma de incapacidade, e o caso é que os factos posteriores deram razão a Comines.

Affonso v queria que Luiz XI, a quem D. João de Aragão tinha tomado o condado de Roussillon, fizesse guerra a D. Fernando, pela fronteira franceza, envolvendo assim Castella em duas invasões simultaneas.

Tambem Affonso v enviou embaixadores a Roma, a fim de solicitarem do papa a dispensação matrimonial de que carecia, para realizar o casamento com sua sobrinha.

Com estas armas julgava o rei portuguez ir ferindo o adversario. Enganava-se. Fernando levantava em Valhadolid um exercito de quatro mil homens de armas, oito mil ginetes e trinta mil peões, verdade seja que pela maior parte mercenarios. Fôra D. Isabel quem obtivera as sommas indispensaveis para equipamento do exercito, conseguindo que André Cabrera lhe entregasse o thesoiro de Segovia;^[33] Fernandes de Oviedo não duvida affirmar, nas *Quincuagenas*, que estava na mão de Cabrera fazer rainha a princeza Isabel ou a princeza Joanna, segundo elle se decidisse a entregar o thesoiro, que continha cêrca de 10:000 marcos de prata, a uma ou a outra princeza. Diz Zurita que o marquez de Vilhena fizera grandes promessas a Cabrera por parte do rei de Portugal, chegando a offerecer-lhe a renda annual e vitalicia de dez contos de maravedis, e que elle os recusara, porque já em vida de Henrique IV era affecto á causa de D. Isabel.

O que é certo é que Cabrera entregara a D. Isabel o thesoiro de Segovia, cohonestando este valioso auxilio com o pretexto de lhe dar a rainha sua filha em refens.

D. Isabel, apesar de se achar grávida a esse tempo, não descansava um só momento; a fadiga fez com que tivesse um aborto no caminho de Toledo para Tordesilhas. Tentou D. Isabel, em Alcalá de Henares, congraçar o arcebispo de Toledo, mas o prelado mandou-lhe dizer que se ella entrasse no paço por uma porta, elle sahiria por outra.

Affonso v, depois de se refocillar nas festas de Plasencia, passava a Arévalo, um pouco por lisonjear os duques, que lhe queriam dar hospedagem, um pouco por em Plasencia não sobejarem os mantimentos. O que é certo é que Affonso v resolvera aguardar em Arévalo os reforços que deviam enviar-lhe os fidalgos castelhanos do seu partido, commettendo assim a imprudencia de dar tempo a que Fernando pudesse organizar em Valhadolid um

exercito de *condottieri*, mais valioso pelo numero do que pela disciplina.

De Arévalo, seguiu Affonso v para Touro, seguro de que o alcaide João de Ulhôa lhe abriria as portas da cidade. Assim aconteceu, mas a mulher de um irmão d'este Ulhôa não quiz entregar o castello, pelo que Affonso v lhe poz um apertado cerco. Entretanto Samora rendera-se aos portuguezes, e Fernando, que com o seu exercito se tinha approximado de Touro, reconhecendo que não podia lutar com vantagem, porque lhe faltavam artilheria, posições e meios de communicacão, deu ordem para retirar. A retirada foi desordenada e desastrosa, dil-o Lafuente, e a derrota haveria sido completa, se a cavallaria portugueza carregasse sobre o inimigo.^[34] Uma companhia de byscainhos chegou a suspeitar de traição por parte dos generaes castelhanos, e violentamente foi arrancar o rei de entre elles, quando todos estavam conferenciando n'uma egreja. Ainda assim, Fernando soffrera, em sua gente e carriagem, muito damno e perda.^[35]

O castello de Touro rendera-se, finalmente, ao apertado cerco que lhe puzera Affonso v. Em varios pontos, aqui e alli, rompiam-se as hostilidades; e os povos da Estremadura hespanhola e da Andaluzia faziam varias incursões sobre Portugal, como represalia de guerra. Em Burgos, a cidade estava por D. Isabel, mas o castello estava por D. Joanna. Fernando, a fim de attenuar a má impressão de Touro, foi cercar o castello, que se julgava uma posição importante, no presupposto de que Luiz xi acommettesse por Guipuzcoa. Affonso v, a instancias da duqueza de Arévalo e do arcebispo de Toledo, deixou D. Joanna em Samora, e dirigiu-se a Burgos para soccorrer o castello. Encontrou, porém, a tomarem-lhe o passo reforços isabelistas em Baltanás, aos quaes Affonso v deu combate, pondo cerco á villa. A peleja foi renhida. Os portuguezes combatiam a pé, só o rei de Portugal estava a cavallo. Morreu ahi D. Alvaro Coutinho, filho do marechal, mas em compensação ficou prisioneiro o conde de Benavente, cunhado do marquez de Vilhena, que, por segurar a vida, diz Pina, constrangidamente a veio em pessoa pedir a Affonso v, de cima do muro, e o portuguez de viva voz lh'a outorgou.

A condessa de Benavente, ao saber do cativeiro do marido, exaltou-se a tal ponto que escreveu a Fernando o Catholico, pondo á sua disposição e obediencia todas as villas e fortalezas dos seus estados, que eram grandes. Assim, a paixão politica, como quasi sempre acontece nas guerras civis, abria barreiras profundas no seio de uma mesma familia! A condessa de Benavente era irmã do marquez de Vilhena.

As finanças de Portugal e Castella estavam seriamente comprometidas, em ambos os paizes, por causa da guerra. Isabel reunira côrtes em Medina del Campo, no mez de agosto e, não podendo já impor aos povos novas contribuições, appellou para o clero, propondo-lhe que entregasse ao thesoiro a prata de todas as egrejas de Castella, promettendo remil-as em tres annos por amortização de trinta contos de maravedis. O clero annuiu promptamente. Por sua parte, Affonso v, depois de haver tomado a villa de Cantalapiedra, e de se ter recolhido a Samora para hibernar, tendo gasto já todos os recursos com que sahira de Portugal, teve de «soccorrer-se aos dinheiros dos orfãos dos seus reinos, e a outros muitos d'emprestimos particulares», que por seus officiaes foram logo levados a Castella.^[36] Accrescenta Ruy de Pina que o principe D. João, depois que foi rei, pagou, como piedoso filho, todos estes encargos *quanto poudes*. Mas tambem D. João, quando resolveu ir soccorrer seu pae, teve de tomar de emprestimo a prata das egrejas, a exemplo do que fizera em Castella D. Isabel.^[37] Esta desastrosa guerra parecia destinada a arruinar as finanças de Portugal. Em treze mezes, o exercito mobilizado contra Castella havia de custar ao paiz duzentas setenta e cinco mil dobras.^[38]

O principe D. João, ao mesmo passo que tinha de reger os negocios internos do reino e de levantar recursos para acudir a seu pae, via-se a braços com as incursões armadas que alguns cavalleiros castelhanos faziam pela fronteira. Uma d'essas incursões dirigiu-se contra a villa de Ouguella, morrendo na refrega o brioso fidalgo João da Silva, camareiro-mór do principe.

Em Castella, D. Isabel entabolava negociações com o alcaide das torres e portas da ponte de Samora, para que se entregasse,

procurando assim arrancar a Affonso v uma das mais importantes fortificações que tinham voz por elle. Fernando estava no cerco de Burgos, e, sabendo dos planos de sua mulher, fingia-se doente para lhe dar tempo a negociar a compra do alcaide da ponte de Samora.

Affonso v havia mandado recado a seu filho para em Samora conferenciarem sobre negocios de Estado.

D. João deu-se pressa em partir, e já tinha chegádo a Miranda do Douro, quando por Vasco Chichorro, o qual de noite atravessou o Tejo a nado, seu pae lhe mandou dizer que retrocedesse, porque seria victima de traição na passagem da ponte de Samora. Esta ponte tinha nos extremos duas torres que estavam combinadas para apertar o principe real entre ambas, quando elle passasse com a sua gente. Eis no que consistia a traição preparada por Isabel. Affonso v indignou-se, e atacou os castelhanos, mas por este facto teve occasião de reconhecer que não podia contar com a lealdade dos habitantes de Samora, pelo que resolveu mudar-se, com a *Beltraneja*, para Touro, onde o alcaide os recebeu amavelmente.

O principe real ficou vivamente contrariado com o caso da ponte de Samora, e pensou logo em tirar desforra d'esse projecto de attentado contra a sua vida. Retirando sobre a cidade da Guarda, ahi reuniu conselho, resolvendo-se enviar novos auxilios a D. Affonso v, para o que foi preciso tomar, como dissemos, toda a prata das egrejas e mosteiros, com excepção d'aquella que era indispensavel á dignidade do culto; bem como se tomou dinheiro de emprestimo a particulares. E não sem grandes dores e gemidos do povo, que o muito sentiam, diz Ruy de Pina. Feitos estes preparativos, o principe D. João, deixando sua mulher como regente do reino, partiu no mez de janeiro de 1476 para Castella, a encontrar-se com o rei, ao qual ia reforçar, tomando na passagem a villa de S. Felizes, que saqueou.

Entretanto, el-rei D. Fernando e a rainha D. Isabel entraram em Samora, e puzeram cerco ao castello, que tinha voz pelo rei de Portugal. O desejo de Affonso v era ir em soccorro da fortaleza, que D. Fernando parecia disposto a disputar-lhe palmo a palmo.

D. Affonso estava em Touro, como sabemos, e logo que o principe D. João ahi chegou pensou-se em ir effectivamente defender o castello de Samora, mas, depois de ponderados os prós e os contras, achou-se que o melhor era pôr cerco á ponte da outra banda do rio, causando assim grande damno a D. Fernando e aos da cidade.

Uma vez assenhorado de Samora, tratou Fernando de combater o castello, que se conservava fiel a Affonso v, e d'ahi escreveu a seu pae, João II, de Aragão, pedindo-lhe que mandasse auxilios para Burgos, cujo castello não se tinha ainda rendido.

Diz Lafuente, que Affonso v se não mostrara adverso a uma reconciliação, sob condição de que lhe seriam entregues as praças de Touro e Samora, e aggregada a Galliza a Portugal, mas que D. Isabel se recusara a alienar um só palmo que fosse de territorio castelhano.

Lafuente trata este assumpto muito por alto, mas Damião de Goes dá interessantes pormenores que convem recordar.

O cardeal de Castella, D. Pedro de Mendonça, escrevera a Affonso v exhortando-o a fazer a paz, e offerecendo-se para medianoiro. Era facil perceber que esta proposta partia dos reis catholicos, sob a impressão de desanimo que produzira a precipitada retirada de Touro para Medina del Campo. Affonso v annuiu, e perguntou se Isabel e Fernando tinham conhecimento d'essa proposta, e quaes deveriam ser as condições da paz. Respondeu o cardeal que Fernando e Isabel obtemperavam, mas que as condições as formulasse Affonso v. O rei de Portugal pediu com largueza, aproveitando a situação: queria Touro, Samora e a Galliza; exigia uma indemnização de guerra, e a restituição de todas as honras e estados que pertenciam aos fidalgos castelhanos bandeados com o partido da *Beltraneja*. Isabel oppoz-se á alienação de qualquer territorio castelhano, porém sujeitava-se á indemnização de guerra e á reabilitação dos fidalgos castelhanos que estavam com Affonso v. Promettia tambem para D. Joanna o dote que se arbitrasse, hypothecando a este encargo as terras que fossem precisas.

Damião de Goes, conclue: «Estes recados andaram por alguns dias de uma e de outra parte, sem se em nada poder tomar conclusão, pelo que a guerra se ateava cada vez mais, fazendo-se de uma e de outra parte grandes danos, sem se a tamanhos males poder dar algum remedio». [39]

Seria talvez esta proposta de paz que fez com que Luiz XI procurasse intimidar Fernando e Isabel. Diz Lafuente que Affonso V *havia manhosamente entabulado tratos de mediação e de concordia* com D. João II, de Aragão, para entreter Fernando, enquanto o principe D. João não chegava de Portugal com reforço, e Luiz XI não atacava pela fronteira franceza o reino de Aragão.

O que é certo é que Affonso V conseguira tratar com Luiz XI uma liga offensiva contra o aragonez. Luiz XI aproveitava o ensejo para se collocar n'uma posição que pudesse ser-lhe vantajosa em qualquer dos casos. Assim, em setembro de 1475, ficara concertado que o rei de França ajudaria ao de Portugal na conquista dos reinos de Castella e Leão, com as condições seguintes: «Que todas as cidades, villas, logares, castellos e fortalezas que fossem tomadas ou conquistadas por terra e por mar pelas tropas d'el-rei de França, nos dominios do reino de Aragão e de Valencia, seriam sem difficuldade entregues e restituidas a el-rei de Portugal, e ficariam para sempre pertencendo a esta coroa. E pelo mesmo teor que todas as cidades, villas, logares, castellos e fortalezas do principado da Catalunha e condado do Roussillon e Sardenha, ilhas de Mayorca, Minorca e Iviça, as quaes cahissem em poder dos portuguezes, seriam entregues a el-rei de França, para ficarem para sempre annexas á sua coroa.» [40]

Luiz XI, tendo feito treguas com o duque de Borgonha, por um tratado em que o rei de Portugal fôra incluído como aliado do duque, principiou a dar maior atenção aos negocios da Peninsula, sob o doble ponto de vista da sua exclusiva conveniencia. Foram, pois, renovados os antigos tratados de paz e amizade entre os reinos de Castella e Leão e o de França, figurando Affonso V na qualidade de rei de Castella. No mez de dezembro, Luiz XI promulgara uma carta patente declarando ter resolvido mandar, em

auxilio do rei de Portugal, um bom e grande exercito, tanto por mar como por terra, a Guipuzcoa e Byscaia, ou aonde fosse necessario, nomeando para commandante em chefe da expedição a sire d'Albret (Alano Grande, pae do rei de Navarra), com poderes amplissimos.^[41]

O que é certo é que Luiz XI, não obstante todas estas suas promessas, se limitara a mandar para a fronteira hespanhola um exercito que parecia manobrar de concerto com a doblez do *bom rei Luiz*, porisso que, fazendo-lhe frente os guipuzcoanos e os byscainhos, retirava para Bayona... á espera dos acontecimentos.

Quando o principe D. João de Portugal, levando comsigo um exercito de oito mil infantes e dois mil cavallos, *gente mal armada e pouco aguerrida*, diz Lafuente, fôra juntar-se com seu pae em Touro, o castello de Burgos, depois de haver sido atacado por D. Affonso de Aragão, irmão de Fernando, rendia-se. E, segundo o testemunho do mesmo historiador, pouco faltou para que a propria praça de Touro se entregasse a D. Fernando, que uma noite se aproximara dos muros da cidade com essa esperança. Parece fóra de duvida, como mais adeante veremos, que D. Fernando pensava em apoderar-se da pessoa da *Beltraneja*.

É ainda Lafuente que nos diz, que D. Affonso v se *envalentonara* tanto com a chegada do filho, que enviou um arrogante manifesto ao papa, ao rei de França e aos seus parciaes de Castella e Portugal, jactando-se de que não tardaria a derrotar Fernando e Isabel. Não encontro, comtudo, nos historiadores portuguezes noticia d'este *manifesto arrogante*.

Deixemos, porêm, Affonso v e seu filho no cêrco que foram pôr á ponte de Samora, na margem do Douro. D. Joanna havia ficado em Touro, sob a guarda do duque de Bragança e do conde de Villa Real. Cruzava-se o fogo dos portuguezes contra a ponte, com o dos castelhanos contra a margem opposta. Procedentes de Burgos, tinham chegado de reforço aos castelhanos D. Affonso de Aragão e o infante D. Henrique, aos quaes se unira o conde de Benavente, livre já. A situação era dolorosa para ambos os exercitos, ao mesmo tempo sitiados e sitiadores.

Ruy de Pina diz que, n'estas circumstancias, houve uma entrevista, n'uma insua do rio Douro, para concertos de paz, entre cavalleiros portuguezes e castelhanos, mas que não foi possivel chegar a resultado satisfactorio. Outra versão diz que a entrevista seria entre os dois reis, estando cada um em sua barca, como acontecera com D. Fernando de Portugal e Henrique III, de Castella, mas que, pela força da corrente, a barca de Affonso v se não pudera approximar da barca que conduzia o marido de Isabel.

O portuguez, conhecendo que a sua posição era insustentavel, porque já os mantimentos iam escaceando, e porque recebeu denuncia de que D. Fernando pensava em fazer uma sortida sobre Touro para apoderar-se de D. Joanna,^[42] resolveu levantar o acampamento na madrugada da primeira sexta-feira de março de 1476, em direcção áquella cidade, depois de haver cortado a extremidade da ponte de Samora. Esperava Affonso que o exercito castelhano o seguisse. Assim aconteceu. Diz Pina que o principe D. João ardia em desejos de dar batalha; o mesmo assevera Lafuente a respeito de D. Fernando, apesar dos conselhos que lhe dava seu pae, o rei de Aragão, o qual lhe recommendava o systema que empregou Fabio Maximo, *Cunctator*, fatigando e desalentando os exercitos de Annibal.

Não se enganou Affonso v. Fernando demorara-se apenas tres horas, o tempo preciso para reparar o damno feito á ponte. Ao cahir da tarde, o exercito castelhano avistou o exercito portuguez, a tres leguas de Touro, no momento em que aquelle exercito sahia de um apertado passo entre o rio e a serra. O conde de Loulé acudiu a escaramuçar com os castelhanos, para lhes difficultar a passagem, mas ficou tão gravemente ferido que teve de ser recolhido a Touro.

Affonso v e seu filho prepararam-se então para dar batalha, posto que muita da sua gente, mais avançada na marcha, já tivesse entrado em Touro, e outra houvesse lá ficado de guarda a D. Joanna.

O exercito portuguez dispoz-se d'este modo: na vanguarda, os continuos e familiares da casa do rei, e alguns cavalleiros castelhanos, de que era capitão Ruy Pereira; logo em seguida o

conde de Faro D. Affonso com a sua gente e outra que el-rei lhe ordenou; á esquerda da vanguarda o principe D. João com a flor do exercito, seguindo-se a esta ala do principe a do bispo de Evora, D. Garcia de Menezes, com muitos bésteiros e espingardeiros; depois, o rei D. Affonso com a bandeira real, e á mão esquerda o arcebispo de Toledo com a sua gente, logo seguido pela do duque de Guimarães e do conde de Villa Real, commandando a retaguarda D. João de Castro, conde de Monsanto. A peonagem ficara repartida por quatro secções, toda da banda do rei.

Vejamos agora qual a disposição do exercito castelhano.

Na vanguarda, todos os continuos da casa real, e a gente da Galliza, Ulmedo, Medina del Campo, Valhadolid, Salamanca, Ciudad Rodrigo e Samora, sob o commando de D. Henrique, que levava a bandeira real de Castella e Leão. Seguiam-se dez alas, quatro grandes e seis menores.

Notou o principe D. João que uma das seis alas menores do exercito castelhano se destacava como para de refresco acudir ás outras, se fosse necessario. Assim fez tambem, mandando apartar a gente que julgou precisa para o mesmo fim.

Affonso v, depois de ter ordenado as alas do seu exercito, retirou-se, por conselho dos seus, para um oiteiro, d'onde pudesse assistir á batalha, e salvar-se a tempo no caso de desastre.

Veu então ao acampamento portuguez um rei de armas de D. Fernando desafiar Affonso v. O portuguez respondeu: «Dizei ao principe da Sicilia que é mais tempo de nos encontrarmos do que de mandar desafios.»

A luz do dia principiava a faltar, não só porque o sol tocava o occaso, mas tambem porque o céu se conservava carregado de grossas nuvens. Cahia uma chuva miuda. O scenario d'este drama de odios politicos prestes a desencadearem-se, era lugubre, como se vê.

O principe D. João e D. Pedro de Menezes arremessaram-se impetuosamente contra as alas menores do exercito de Castella. Gonçalo Vaz de Castello-Branco fôra o primeiro portuguez que

lograra romper as fileiras castelhanas. O fumo das descargas aumentava a escuridão do ar. Gritos de guerra, como rugidos de leões, atroavam o campo de batalha. Os nossos invocavam S. Jorge e S. Christovão;^[43] os castelhanos clamavam por S. Tiago e S. Lazaro. *Traidores, aqui está o cardeal!* gritava o cardeal de Hespanha, provocando os castelhanos que pelejavam no exercito portuguez. E um d'esses castelhanos era, como elle, um prelado da Egreja, o arcebispo de Toledo.

Rotas pelo esforço dos nossos as fileiras castelhanas, com uma bravura que os proprios chronistas hespanhoes não podem desmentir, os soldados de Fernando e Isabel acolheram-se, fugindo, ao centro do exercito.

D. Affonso v, electrizado pelo entusiasmo da contenda, lançara-se no combate, seguido pelo conde de Faro. Lafuente diz que D. Fernando investiu com furia contra o sitio onde se ostentava o estandarte real dos portuguezes. Garcia de Rezende diz, porêm que D. Fernando, vendo o desbarato que o principe D. João produzira no exercito castelhano, tratou de acolher-se a Samora. Ruy de Pina faz igual affirmacão. Segundo a opinião de Lopes de Mendonça,^[44] que de todo o ponto achamos fundada, o consenso dos escriptores portuguezes dá-nos o direito de duvidar da palavra de D. Fernando quando diz em carta dirigida á cidade de Baeza: «E eu com os dictos grandes e cavalleiros que commigo se acharam na batalha, estivemos no campo por espaço de tres ou quatro horas regendo o campo, e assim me volvi com victoria e muita alegria a esta cidade de Samora aonde cheguei á uma depois da meia noite, etc.»

«Mesclaram-se então todas as lanças e todos os corpos, diz Lafuente, pelejando com o encarniçamento de dois povos enfurecidos por uma antiga rivalidade. O pendão das quinas portuguezas foi arrancado pelos esforços do intrepido Pedro Vaz de Sottomayor; valoroso até ao extremo era o alferes Duarte de Almeida que o desfraldava; depois de haver perdido o braço direito, susteve com o esquerdo o pendão, e quando perdeu ambas as mãos apertou-o fortemente entre os dentes até que perdeu a vida,

feito este que nos recorda outro só exemplo por nós consignado em nossa historia.»^[45]

Pulgar diz que Duarte de Almeida fôra feito prisioneiro e conduzido a Samora. Marianna affirma que a armadura d'este brioso cavalleiro portuguez se via, ainda no seu tempo, na cathedral de Toledo, *como trophéo d'aquella insigne façanha*. D. Fernando, na carta dirigida á cidade de Baeza, diz, referindo-se ao rei de Portugal: «... foi derrubado e tomado o seu pendão das armas reaes e morto o alferes...»

Vejamos, porém, o que d'esta façanha de Duarte d'Almeida tem podido apurar a critica dos escriptores portuguezes até á hora em que escrevemos.

Arrancado das mãos do alferes-mór, o estandarte portuguez seria o mais completo testemunho da victoria castelhana, e fluctuando desenrolado afugentaria, de vergonha e desalento, os soldados portuguezes. Mas Duarte d'Almeida perfeitamente comprehendia a grande, a enorme responsabilidade do seu posto. Bem sabia elle que preso áquelle estandarte andava desde Santarem e Ourique, abençoado por Deus, o nome portuguez, e portanto resolveu defender até á ultima gotta de sangue, se tanto fôra preciso, esse precioso deposito que lhe confiara a patria.

Aggridem, cercam, embrenham o valente alferes-mór as lanças castelhanas; elle heroicamente resiste sobrepondo-se a essa cerrada floresta de ferro, que lhe braceja contra o peito os seus farpões mortiferos. Todo o empenho castelhano é arrancar-lhe o estandarte; portanto uma cutilada lhe corta a mão direita. Vale-se da esquerda, e n'ella fecha o seu thesoiro. Nova cutilada lhe decepa a mão esquerda. É um duello titanico, de um contra mil, de um só homem contra um exercito. Duarte d'Almeida não fraqueja, não cede, não cai. Toma o estandarte portuguez entre os dentes, e espera, defendendo-se, que lhe arranquem finalmente a vida para que possam arrancar-lhe o estandarte. Multiplicam-se da parte dos castelhanos os golpes, o desespero do inimigo attinge o seu maior grau, é indomavel, feroz. Duarte d'Almeida cai, enfim, vencido pelos golpes repetidos e certos, mas, como se não pudesse morrer um

portuguez d'aquelles ás mãos de castelhanos, Duarte d'Almeida não é ainda cadaver.

Cahem em peso sobre o alferes-mór os inimigos; entre si disputam qual ha de arrancar-lhe dos dentes, raivosamente cerrados, o estandarte portuguez, que finalmente tremula na mão d'um fidalgo castelhano, de appellido Sottomayor. Este improvisado porta-bandeira do rei castelhano, alegremente corria, seguido d'um troço dos seus, para o lado onde suppunha estar o rei Fernando, a fim de lhe entregar o glorioso trophéo, quando o escudeiro portuguez Gonçalo Pires, com alguns poucos portuguezes, acommette os de Castella, e arrebatou a Sottomayor o estandarte das quinas, travando-se entre todos combate que entre Gonçalo Pires e Sottomayor foi singular.

Entretanto Duarte d'Almeida era conduzido semimorto para o acampamento inimigo, d'onde recebeu o primeiro curativo, e d'onde foi mandado para um hospital de Castella.

Regressando á patria, ao cabo de longos mezes, andava escripto nas chronicas que elle não achara em Portugal *mais galardão que viver mais pobre do que vivia antes*, como dizem, pouco mais ou menos, Duarte Nunes e Damião de Goes, mas o sr. Camillo Castello Branco escreveu modernamente nas *Noites d'insomnia* ácerca do *Decepado*, com o proposito de mostrar que elle não acabara tão pobre como se dizia. Conta este erudito escriptor, que Duarte d'Almeida, voltando de Castella, onde fôra muito honrado pelo rei Fernando, se recolhera ao castello de Villarigas, o qual herdara de seu pae Pedro Lourenço d'Almeida, e não era o unico que possuia, pois que tinha outro na quinta chamada de Cavallaria. Chegado a Villarigas, o velho *Decepado*, que já ia adeantado em annos, encontrou sua mulher D. Maria d'Azevedo, filha do senhor da Lousã, Rodrigo Affonso Valente e de D. Leonor de Azevedo, que grandes haveres herdara de sua tia D. Ignez Gomes d'Avellar, e á volta da esposa encontrou tambem o *Decepado* os seus dois filhos, Affonso e Ruy. Até aqui isto serve apenas para mostrar que Duarte d'Almeida não vivia pobre *antes* da batalha de Touro, tanto mais que Affonso v, estando em Samora no anno anterior a esta batalha, lhe fizera mercê, pelos seus grandes serviços, para elle e seus filhos,

de um reguengo no concelho de Lafões. Todavia quer-nos parecer que a ingratidão da patria subsiste, porque Duarte d'Almeida ficou com o que tinha e... com ambas as mãos de menos. Affonso v, esse, se estivesse em Portugal, havel-o-ia galardoado largamente, porque era um mãos rotas, e tanto que o principe D. João, prevendo as prodigalidades de seu pae, obteve d'elle um documento que declarava nullas todas as doações que fizesse durante a guerra de Castella, e que excedessem dez mil réis de renda. O galardão concedido em Portugal a Gonçalo Pires foi o appellido de *Bandeira* e o brazão de armas com bandeira branca, tendo no centro um leão rompente, de oiro. Mas no *Decepado*, que provavelmente pouco sobreviveu ao seu regresso, ou em seus filhos, não se fala. Em Castella é que effectivamente elle foi honrado, porque D. Fernando mandou pendurar na cathedral de Toledo as armas de que havia sido despojado Duarte d'Almeida, e em Samora foi tratado, quando prisioneiro, com grandissima distincção.^[46]

O sr. A. X. Rodrigues Cordeiro, que, a proposito de uma visita recente á cathedral de Toledo, escreveu um artigo sobre *Duarte d'Almeida*, dá noticia de existir n'aquelle templo uma armadura completa de cavalleiro, que se presume ser a do *Decepado*, e uma bandeira, que alguns dizem ser a portugueza, mas que se não vê, por estar resguardada n'uma bolsa de tela.

O illustre escriptor, e nosso amigo, não duvida de que a armadura seja a de Duarte d'Almeida, mas refuta que a bandeira seja a portugueza, visto que Gonçalo Pires a arrancou heroicamente das mãos de Sottomayor, como testemunham os nossos chronistas. A bandeira, que se não póde reconhecer por estar encerrada na bolsa, será porventura a que os castelhanos tomaram aos moiros na batalha do Salado.^[47]

Havia mais de uma hora que o combate durava, sem que a victoria parecesse pender para qualquer dos dois exercitos, quando a ala esquerda do castelhano correu a reforçar a hoste real. Então a retaguarda do exercito portuguez, em que pelejava o arcebispo de Toledo, correspondendo ao movimento do inimigo, correu a auxiliar Affonso v, engrossando a fileira para aparar o embate. A peleja

reacendeu-se fogosa. Mas o choque da fuzilaria e da cavallaria castelhanas foram de tal ordem, que desconcertaram as fileiras portuguezas.

Affonso v quiz, verdadeiramente allucinado, lançar-se contra o grosso do exercito castelhano, onde certamente haveria encontrado a morte. Não lh'o consentiram, porem, alguns fidalgos.

A noite tinha, entretanto, cahido tenebrosa, como estivera o dia. E, receosos de que alguma força castelhana lhes cortasse a retirada, os fidalgos que acompanhavam o rei, partiram para Castro Nunho.

Muitos cavalleiros portuguezes tentaram atravessar o Douro para acolher-se a Touro. Talvez cerca de mil e duzentos morreram afogados n'essa empresa, em que o desanimo devia quebrantar-lhes as forças.

O principe D. João, reunida toda a gente que poude, deixou-se ficar no campo até ao romper d'alva, tendo mandado accender fogueiras e soar os clarins. O seu desejo era empenhar-se n'uma nova batalha. Mas o exercito castelhano retirara para Samora, juntamente com o rei D. Fernando, ou depois do rei. Assim, por conselho do arcebispo de Toledo, o principe, que desejara demorar-se tres dias no campo, reduziu os tres dias a tres horas, «por comparação que trouxe (o arcebispo) da resurreição de Nosso Senhor, diz Ruy de Pina, que foi depois da morte tres dias não todos inteiros.»

É, porem, certo, que a batalha de Touro não tivera uma importancia militar de tal ordem, que por si só pudesse resolver definitivamente tão grave pendencia internacional. «A batalha de Touro, portanto, escreve Lopes de Mendonça, em que ambos os adversarios se proclamaram vencedores, parecendo á primeira vista ter sido decisiva para a questão, não foi senão um successo de guerra, bastante duvidoso para qualquer dos partidos, e que pouco significaria para o desenlace d'esta grave lucta, se a causa de D. Affonso v não estivesse já perdida pela defecção successiva dos seus partidarios, pelas repugnancias nacionaes contra o dominio

portuguez, e pela influencia que Isabel de dia para dia adquiria entre a burguezia, e as classes populares.»

É certo que deserções importantes tinham aggravado a situação de Affonso v. O marquez de Vilhena, como Affonso, recusara o conselho de penetrar com o exercito portuguez até Madrid; tratou, julgando perdida a causa da *Beltraneja*, de bemquistar-se com Fernando e Isabel, mediante a condição de lhe serem restituídas suas terras e rendas. Os duques de Arévalo passaram-se tambem para o partido de Isabel. Só permanecera fiel a Portugal o arcebispo de Toledo que, depois da refrega, se recolhera aos seus estados, que tinham sido invadidos pelos exercitos de Castella.

Lafuente faz sentir que as condições do exercito portuguez na batalha de Touro lhe eram sobremodo favoraveis.

Esta asserção é apenas um echo do que o proprio D. Fernando escrevera na sua carta á cidade de Baeza: «... e como quer que muitos cavalleiros dos que commigo estavam eram de parecer que eu não devia dar batalha pelas muitas vantagens que o dicto meu adversario tinha para ella, assim porque na verdade era *mais gente em numero que a que commigo estava, como porque as minhas gentes iam cansadas e a mór parte da peonage que commigo sahiu fôra deixada no caminho pela grande pressa que levavamos para alcançal-o, e por não levar commigo artilheria alguma, e era quasi sol posto e estava tão proxima a cidade de Touro d'onde elle e os seus se podiam recolher sem muito damno, uma vez que fossem vencidos...*»

É preciso contrapôr, porem, a estas considerações do rei de Castella o que D. João de Portugal escreveu ao concelho de Evora sobre o mesmo assumpto: «... e depois de todos assim de uma parte como da outra serem em campo, *ainda que os contrarios tivessem vantagem, por terem as costas em serra e por terem mais gente de pé, porquanto a sua (do rei D. Affonso seu pae) era já toda em a cidade de Touro, e assim mesmo alguma de cavallo que fôra adeante com a fardage, pelo qual os contrarios tinham de vantagem bem sete ou oito lanças...*»

Assim, pois, acabou a batalha de Touro em que bem podiam ter succumbido o rei e o principe de Portugal. Se tal houvesse acontecido, quem póde calcular as complicações politicas em que se veria lançado o paiz, dadas as represalias de Castella, e a menoridade do neto de Affonso v?

VII

O RATO NAS MÃOS DO GATO

Dom Fernando retirou, como dissemos, para Samora, e avisou do resultado da batalha sua mulher, que estava em Tordesilhas. D. Isabel, recebendo a noticia, ordenou que se fizesse uma procissão, em acção de graças, á egreja de S. Paulo, indo ella propria a pé, e descalça. Mais tarde, Fernando e Isabel fundaram, pelo mesmo motivo, o mosteiro de *San Juan de los Reyes*, obra grandiosa, diz Lafuente, que ainda hoje se admira, apesar das deteriorações que tem soffrido.

É para notar a circumstancia de que ambos os belligerantes se julgassem vencedores, e agradecessem a Deus o triumpho alcançado.

O principe D. João, de Portugal, depois de acclamado rei, ordenou ao concelho de Evora que em cada anno, nos primeiros dias do mez de março, se fizesse uma solenne procissão para commemorar a batalha de Touro. Diz o documento: «... e querendo nós ácerca desto nom menos fazer grato e reconhecer a Nosso Senhor o que em nossos dias e presenças nos fez de mercês com a batalha que houvemos em o reyno de Castella entre Touro e Samora; ordenamos e mandamos que daqui em deante em louvor de Nosso Senhor, e da Bemaventurada Virgem Maria sua Madre, e de S. Jorge e de S. Christovam que o dicto dia traziamos por nosso padroeiro e nome, que em cada um anno nos dois dias de março em que foi a dicta batalha, a Cleresia toda dessa cidade façaaes solenne procissão...» etc.^[48]

Frei Francisco Brandão diz que na batalha de Touro pertencera a Portugal a gloria do vencimento, e a Castella o util da herança. É uma engenhosa maneira de conciliar as coisas.

Em Lisboa também se fazia uma procissão para comemorar a supposta vitória de Touro. D. João II mandou suspender a procissão quando em 1491 seu filho casou com a filha de Fernando e Isabel, porque, por esse casamento, *totalas coisas passadas ouverom fim*, diz o próprio D. João II.

É verdade que o voto da procissão podia até certo ponto explicar-se, segundo as idéas do tempo, pelo facto de não ter soffrido damno algum a pessoa do rei Affonso, de quem por algumas horas se ignorou o destino na cidade de Touro, depois de finda a batalha. «Sendo já passado bom pedaço do dia (seguinte), o principe chegou a Touro com a bandeira real despregada, a o qual, como foi conhecido, o duque (de Guimarães) e o conde (de Villa Real) vieram abrir as portas da cidade, e foi recebido n'ella assim da rainha D. Joanna como de todas as mais pessoas com assaz tristeza, por até então não terem novas nenhuma das que era feito d'el-rei D. Affonso, e principalmente o duque de Guimarães que, depois do principe ser em seu aposento, perante elle, e de todos os que com elle estavam, depenando as barbas, e os cabellos da cabeça, fez grandes prantos e lamentações, perguntando a os que fugiram da batalha, com muitas lagrimas, por el-rei D. Affonso, dizendo-lhes que mal se poderiam chamar cavalleiros, pois não sabiam dar conta nem recado de seu rei, senhor e capitão, no que se passou um bom pedaço, sem o ninguem poder acalantar, salvo o principe (postoque tivesse mór dor e tristeza que nenhum dos da companhia), que com palavras prudentes fez tanto que o duque cessou de se queixar mais do que o já tinha feito.»^[49]

Mas, quando estavam todos n'esta incerteza, chegou recado que o rei mandava de Castro-Nunho ao principe. Logo, como a noticia foi recebida, repicaram os sinos na cidade, soando trombetas e atabales, que *toda a perda da batalha se teve por nada em comparação de ser salva a pessoa d'el-rei*, diz Goes, phrase que até certo ponto póde explicar a origem da procissão de Evora.

Escreve Lafuente que o principe D. João recolheu a Portugal com quatrocentos ginetes, «acompanhado de sua prima D. Joanna.» Os chronistas portuguezes Ruy de Pina e Damião de Goes, parecendo este ultimo muito bem informado, não dizem o mesmo. Segundo

elles, o principe partiu na semana santa de Touro para Castro Nunho, passando o rio em uma barca, e os cavallos e bestas a nado, no sitio chamado Rico Vau. Na Paschoa estava D. João em Miranda do Douro. D'ahi foi á Guarda, onde se avistou com sua mulher D. Leonor. Descançou na Guarda alguns dias, sahindo depois a correr todos os logares da fronteira, provendo ao que lhe parecia necessario a fim de prevenir qualquer invasão.

D. Fernando resolveu pôr cerco a Cantalapiedra, onde estavam ainda muitos fidalgos portuguezes. E D. Affonso, que se conservava em Touro, sabendo que D. Isabel havia de passar de Madrigal para Medina, preparou-lhe uma cilada, *aforrado com seis mil lanças*, mas porque o duque de Bragança com outros, antes de tempo se descobriram, os castelhanos, conhecendo a cilada, recolheram precipitadamente a Madrigal.

Abhorrecido por esta nova contrariedade, Affonso v partiu para Portugal no principio do mez de junho de 1476, acompanhado pela *Beltraneja*. Affonso v seguiu o itinerario de seu filho. Sahiu de Touro para Castro Nunho, e veio passar a festa do Corpo de Deus a Miranda do Douro. Depois ordenou que D. Joanna partisse para a Guarda, acompanhada do bispo de Vizeu e do conde de Villa Real. Da Guarda, por ordem do rei, passou D. Joanna para Coimbra, onde o principe D. João a visitou, e de Coimbra passou finalmente para Abrantes, ao tempo que já o principe ia em caminho do Porto, onde Affonso v estava fazendo preparativos de viagem para França.

Julgara Affonso v que, indo em pessoa pedir auxilio a Luiz xi, lograria attrahil-o á sua causa mais efficaamente do que a diplomacia pudera fazel-o. Do Porto, enviou a França Pedro de Sousa a notificar a sua resolução ao rei Luiz, e, despedido o emissario, veio D. Affonso embarcar em Lisboa no mez de agosto. A armada que o devia acompanhar compunha-se de dezeseis navios, com dois mil e duzentos homens. O rei ia a bordo de uma urca preparada para recebê-lo.

Arribou a Lagos a armada. Ahi, um celebre corsario francez d'esse tempo, de nome Cullom, já antigo conhecido de Portugal por serviços prestados em Ceuta, cumprimentou Affonso v, de quem foi

recebido graciosamente. De Lagos velejou a armada para Ceuta, e de Ceuta para França, com destino a Marselha; chegada porem a Collioure, onde arribara por causa do tempo, despediu-a Affonso v. Em Collioure, um capitão do exercito francez sahira ao encontro do rei de Portugal para lhe dar as boas vindas em nome de Luiz xi.

De Collioure jornadeou Affonso v para Perpignan, onde com grandes honras foi acolhido pelas auctoridades locaes. De Perpignan passou por Narbonne, Montpellier, Besiers e Nimes, seguindo d'aqui para Leon, vindo encontral-o ao caminho o duque de Bourbon. D. Affonso não entrou em Leon por causa da peste, e logo em Roanne recebeu outro enviado do rei que lhe dava as boas vindas. Depois dirigiu-se a Bruges, onde descançou alguns dias, e novos enviados de Luiz xi foram encarregados de lhe fazer companhia. O lugar da entrevista dos dois monarchas devia ser Tours, e para ahi se dirigiu Affonso v, mas Luiz xi, pretextando uma romaria, deixou varios cortezãos encarregados de receber o rei portuguez. Visivelmente Luiz xi queria preparar effeitos scenicos, fazer esperada a sua presença, tomar-se desejado.

Quando Affonso soube que Luiz xi se approximava, quiz sahir á rua, ou pelo menos á escada, para o receber, mas o rei de França mandara adeante dois fidalgos para impedir que Affonso v levasse tão longe a sua cortezia. N'este facto revela-se perfeitamente o character de Luiz xi, assim como o globo enorme do sol se espelha ás vezes n'uma pequena gotta d'agua. Luiz xi fizera-se esperar; agora, mostrava-se requintadamente cortez, quasi humilde. N'este traço está effectivamente concretizado o character de Luiz xi, tal como elle resalta do perfil d'este rei traçado pelos historiadores, e até pelos romancistas. O seu reinado foi um combate de todos os dias, como diz Augustin Thierry,^[50] pela causa da unidade do poder e do nivelamento social, mas combate sustentado á maneira dos selvagens, pela astucia e pela crueldade. D'ahi vem, observa o historiador, a mistura de interesse e de repugnancia que excita em nós este character tão extranhamente original.

Finalmente os dois soberanos encontraram-se a meio de uma sala. A *mise-en-scène* d'esta entrevista é curiosa. «El-rei de França, diz Ruy de Pina, vinha com um só barrete na cabeça, tendo já d'ella

tirado um chapéu e duas grandes carapuças, e trazia solto um saio curto de mau panno, e á cinta uma espada d'armas muito comprida, com a guarnição de ferro limada, e umas botas calçadas, e nos pés as esporas do mesmo jaez da espada, e ao pescoço uma beca de chamalote amarello, forrada de cordeiras brancas muito grosseiras, e suas calças brancas ante-talhadas de muitas côres. E ambos os reis com barretes nas mãos se abraçavam inclinando os joelhos muito baixos.»

Como se vê, sobre ser original é pouco magnificante a *toilette* do rei de França. Accentua-se n'ella um tom de humildade, que convinha agora a esse grande diplomata do seculo xv, para attrahir a si a victima imprevidente.

Depois de conversarem algum tempo, retiraram-se os dois soberanos a uma camara, onde Luiz xi indicou a Affonso v o que sem perda de tempo elle devia fazer. Era, a seu juizo, o seguinte:

1.º Que o monarcha portuguez iria pedir ao duque de Borgonha, que então estava em guerra com o de Lorena, que o ajudasse contra Castella, ou que ao menos se compromettesse a não atacar o rei de França, que era pelo duque de Lorena, enquanto Luiz xi guerreasse a favor do rei de Portugal.

A inimizade de Luiz xi com o duque de Borgonha era antiga, e violenta. Este duque havia despojado dos seus Estados o de Lorena, a quem Luiz xi auxiliava secretamente contra o inimigo commum.

«Quando D. Affonso v, escreve Pinheiro Chagas, intentava ingenuamente reconciliar estes dois adversarios implacaveis, sitiara o duque de Borgonha a cidade de Nancy, capital da Lorena, que se declarara pelo seu legitimo senhor. Luiz xi ria-se *dans sa barbe* da tentativa que o pobre D. Affonso v iaprehender, e esperava talvez que illudisse tambem algum tanto Carlos de Borgonha, ao passo que as suas tropas caminhavam secretamente com as do duque de Lorena, e que elle esperava, como o corvo sinistro, os primeiros rumores d'uma derrota, para cahir sobre a presa do campo de batalha, e cevar-se n'ella. Carlos de Borgonha, tinha só

uma filha, e Luiz esperava, com boas razões, apanhar-lhe a herança.»^[51]

2.º Que Affonso v obteria do papa a dispensa apostolica precisa para casar com sua sobrinha D. Joanna, a fim de que elle pudesse *ir em sua ajuda com menos cargo*, diz Ruy de Pina. Era esta mais uma astucia de Luiz xi, porque elle bem sabia que Fernando e Isabel creariam em Roma grandes difficuldades junto do Papa. Era um meio dilatorio, no fundo; um expediente palliativo.

A este tempo, já Luiz xi conhecia perfeitamente a credulidade cavalleirosa de Affonso v. *Tomara-lhe o pulso*, como se diz em linguagem vulgar. Começara então a fazer-lhe promessas e offerecimentos. Disse-lhe que os castelhanos gostavam ás vezes de vender as fortalezas, e que sempre lhe parecera melhor compral-as do que tomar-as. Que contasse com o dinheiro que precisasse. E como fosse noite, e quando os dois sahiram da camara já as tochas estivessem accesas, Luiz xi, imaginando proporcionar a Affonso v uma noite bem passada, que o attrahisse mais para o prazer do que para a questão de Castella, mandou pedir a Affonso v que acceitasse a quantia de cincoenta mil escudos de oiro *para convidar qualquer gentil dama, como era usança e cortezia de seu reino*.

D. Affonso v recusou este offerecimento. Elle tinha tido uma educação austera, sob a direcção de seu tio D. Pedro; havia estimado tanto D. Isabel de Lencastre, sua mulher, que ella poude sempre resistir ás malquerenças que tinha na côrte; elle era o guerreiro d'Africa, o soldado, o homem forte; não estava costumado ao prazer, ás noites de sensualidade que tanto embriagavam Luiz xi. Portanto recusara.

A fim de tratar da dispensação para o casamento de Affonso v com sua sobrinha D. Joanna, partiu para Roma uma embaixada composta de tres representantes do rei de Portugal, os quaes iam animados da melhor fé, e de dois do rei de França, os quaes naturalmente levavam instrucções particulares para o pontifice.

Ao mesmo tempo, Affonso v partia para Nancy, a fim de se avistar com o duque de Borgonha, que, como já dissemos, estava em guerra com o de Lorena, e acampado na baixa Allemanha.

«E antes da sua partida, escreve Ruy de Pina, el-rei de França lhe disse que pela pouca seguridade que tinha do duque de Borgonha, por ser muito orgulhoso, duvidava que, tomando a cidade de Nancy, sobre que estava, e destruindo o duque de Lorena, por seguir novidades queria entrar por França, e que com receios d'isto, pelos segurar, tinha sua gente na frontaria, que daria causa a elle lhe não poder dar tanta ajuda, como sem isso faria. Porem, que se por seu meio d'el-rei D. Affonso elles ambos ficassem verdadeiros amigos, e se liassem por casamentos dos filhos, como o duque por todas as razões devia querer, elle em sua ajuda poria a coroa de França com todo o seu poder, e que el-rei devia requerer o duque, que fosse com elle em pessoa; porque era bom capitão, e tinha muita gente e singular intelligencia, e que sendo el-rei D. Affonso d'estas amizades meio e segurador, cada um d'elles teria receio de os per si quebrar, pelo não ter por contrario, *com os quaes muito cedo se faria pacifico rei de Castella.*»

Sobre o modo por que Affonso v foi recebido pelo conde de Borgonha, filho de Philippe, o *Bom*, apartam-se as opiniões dos historiadores.

Affonso v chegou ao acampamento a 29 de dezembro de 1476.

A situação de Carlos de Borgonha era a esse tempo quasi insustentavel; o desanimo lavrava no seu exercito, e a traição do conde de Campo Basso, um perfido napolitano, preparava-lhe um laço. Não obstante, Carlos recebeu de boa sombra o rei de Portugal, ao qual descreveu com vivas côres o character astucioso de Luiz XI. Citou factos em abono d'estas revelações, e contou a Affonso v como Luiz xi, aconselhando o pobre rei portuguez a dirigir-se a Nancy, enviara logo atraz d'elle tropas de soccorro ao duque de Lorena. Carlos de Borgonha mostrou-se altivamente corajoso, dizendo que não se arrecearia de dar batalha a Luiz xi só com um pagem; mas, para dar uma prova de affectuosa consideração a Affonso v, não duvidava entrar em negociações de paz.

Tal é a narração de Schœffer, e dos escriptores portuguezes. Mas tanto Barante como Philippe de Commines dão outra versão, aliás muito mais consentanea ao character de Carlos de Borgonha. Dizem

estes chronistas que elle respondera a Affonso v que sem demora se dirigisse a Pont-á-Mousson para defender a cidade contra o duque de Lorena, o qual chegava da Suissa com o seu exercito, emquanto elle Carlos de Borgonha esperaria o duque deante de Nancy para o combater.

Affonso v, surprehendido com a resposta, balbuciara desculpas: que não tinha armadura, nem trouxera comsigo nenhum dos seus homens de armas.

Desanimado, Affonso v partiu para Pariz.

Entretanto chegava o duque de Lorena, e Carlos de Borgonha quiz dar-lhe combate em campo raso. A traição do napolitano Basso vingara, e Carlos cahira morto, com grande jubilo dos francezes, jubilo que contrastava com a tristeza de Affonso v.

E era fundada a tristeza do pobre rei portuguez.

Luiz xi, sabendo da morte de Carlos de Borgonha, tratou de apossar-se dos dominios que lhe pertenceram, de realizar a annexação por meio de emissarios que para esse fim enviara ás cidades borgonhezas, e foi installar-se em Arras, onde Affonso v lhe mandara pedir uma entrevista, que foi concedida.

Segundo o costume, não escacearam promessas nos labios de Luiz xi, mas essas promessas eram todas mentirosas. Luiz xi importava-se então mais com os despojos de Carlos de Borgonha do que com as pretensões de Affonso v á coroa de Castella.

Vimos que um dos assumptos tratados entre Luiz xi e Affonso v foram as negociações a que devia proceder-se para obter em Roma a dispensa indispensavel á consummação do matrimonio entre o rei de Portugal e sua sobrinha. De feito, uma embaixada partiu para Roma, sendo composta do conde de Penamacôr, de João Teixeira e Diogo de Saldanha, por parte de Portugal, e de mr. de Saint-Vailler e do governador de Grenoble, por parte da França.

Partiram juntos, e por terra, os embaixadores, acompanhados de grande sequito. O papa recebeu-os com muitas honras.

Era natural, como dissemos, que os embaixadores de Luiz XI levassem instruções secretas para o pontifice. Ruy de Pina diz que o auxilio dado por Luiz XI em Roma a Affonso V, n'esta pretensão, se houve sempre por muito duvidoso.

Fernando e Isabel contrariavam fortemente, junto da santa sé, a concessão da dispensa pedida. O papa tergiversava com dilações, mas quando viu desembaraçado o poder de Luiz XI pela morte de Carlos de Borgonha, decidiu-se a conceder a dispensa em condições mais que muito duvidosas para Affonso V.

Permittia o pontifice que Affonso V pudesse casar *com qualquer donzella que lhe fosse achegada em qualquer grau lateral de consanguinidade ou afinidade, exceptuando o primeiro grau*. Esquivava-se o papa artificialmente a nomear D. Joanna, para não affirmar opinião sobre a sua legitimidade. Mas não parava aqui a subtileza do pontifice; declarara que concedia a licença apenas por comprazer com o rei de França, e que o de Portugal não poderia aproveitá-la sem que o rei de França fosse ouvido como arbitro.

Apertado mais tarde por Fernando e Isabel, que viram com maus olhos a concessão de uma tal dispensa, o papa desculpou-se dizendo que n'aquelles termos não a poderia negar a qualquer popular obscuro que a solicitasse; que não deu a Affonso V o tratamento de rei de Castella, como elle desejava; que não nomeou D. Joanna e que, porisso mesmo, a dispensa fôra concedida em termos vagos; que havia declarado não querer que resultasse d'ella prejuizo para terceiro, o qual se entendia ser o rei de Castella, mas que, visto ser assim mesmo contestada, revogaria a licença que concedera, o que fez por bulla patente enviada a D. Fernando no principio do mez de dezembro de 1478.^[52]

Depois da entrevista de Arras, Affonso começou a comprehender que não tinha sido mais que um simples joguete nas mãos de Luiz XI. De Arras, dirigiu-se para Honfleur, onde demorou todo o mez de setembro, entregue a uma violenta lucta moral, acabando por querer alienar todas as grandezas mundanas, e passar a Jerusalem com proposito feito de nunca mais voltar a Portugal. Todo esse tempo gastou-o Affonso V entregando-se a exercicios religiosos e

escrevendo apontamentos intimos, que cuidadosamente fechava n'um cofre de que tinha a chave, e que se julgava serem uma especie de codicillo, de appenso ao testamento que havia feito.

Finalmente, n'uma manhã de setembro de 1477, o rei sahiu a cavallo, como costumava, acompanhado por Soeiro Vaz e Pedro Pessoa, seis moços de camara, e dois moços de esporas, ordenando ao seu capellão que o fosse esperar na estrada, em logar determinado, onde effectivamente se encontraram.

Chegados ahi, Affonso v deu ordem a um dos moços d'esporas para que retrocedesse a Honfleur, e entregasse, aos que n'essa localidade tinham ficado, a chave do cofre, para que o abrissem, e lessem o que deixara escripto.

Do que no cofre se continha dá noticia Ruy de Pina:

«... deixava uma carta para el-rei de França com remoque dissimulados, reportados á sua desventura, em que tambem lhe dava conta do fundamento que tivera para sua partida, que era servir a Deus; porque assim lhe fizera voto de o fazer depois da morte da rainha, sua mulher, sendo o principe seu filho em idade para reger seus reinos como era, pedindo-lhe amparo, favor e ajuda para os seus, que em seus reinos ficavam. E outra carta para o principe seu filho, em que lhe dava uma triste conta de sua viagem, encommendando-lhe e mandando-lhe por sua benção, que logo se alevantasse e intitulasse... rei. E outra d'esta substancia para todos os do reino, que como o proprio e verdadeiro rei obedecessem ao principe. E outra para os seus que ahi deixara, que estivessem á obediencia e ordenança do conde de Faro, com que todos foram tão tristes, e fizeram tão dolorosos prantos como a razão ensina, que em terras tão extranhas e em tanto desamparo, e o rei tão amado devia ser.»

As cartas dirigidas para Portugal foram logo enviadas ao principe por Antão de Faria, e em virtude d'ellas se fez D. João acclamar rei de Portugal, em Santarem, aos 10 de novembro de 1477.

Quando os portuguezes que tinham ficado em Honfleur receberam aquellas cartas, já estavam suspeitosos da demora de

Affonso v, não obstante o seu habito de sahir a cavallo todas as manhãs.

Luiz xi tinha encarregado mr. de Lebret, fidalgo francez, de acompanhar Affonso v e de responder pela sua pessoa. Quando mr. de Lebret soube que o rei de Portugal havia desaparecido, mandou logo emissarios a procural-o, accusando ao mesmo tempo os portuguezes de incuria na guarda do seu soberano. Foi n'uma pequena aldeia da costa, uma villagem, diz Ruy de Pina, que poude ser encontrado Affonso v, o qual, para não ser descoberto, vivia em commum com os poucos criados que o seguiam. O gentilhomem, que primeiro logrou encontral-o, e que se chamava Robinet-le-Bœuf, acordou Affonso v, que estava dormindo, a fim de melhor poder reconhecel-o, do que pediu desculpa ao rei de Portugal. Surprehendido, Affonso v não tratou de dissimular por mais tempo a sua identidade, e Robinet-le-Bœuf fez reunir immediatamente toda a gente do lugar, a fim de que ficasse guardando o rei, expedindo emissarios com aviso a Luiz xi, aos portuguezes que tinham ficado em Honfleur, e a mr. de Lebret. Dos portuguezes, o primeiro que appareceu foi o conde de Penamacôr, que já andava em busca do rei. Affonso v mostrou-se a principio teimoso em não renunciar á sua viagem á Terra Santa. O conde de Penamacôr mandou porisso chamar o conde de Faro, e D. Alvaro seu irmão, a fim de que viessem demovel-o, o que effectivamente conseguiram.

Affonso v teve pejo de voltar a Honfleur, e portanto embarcou na angra de Hogue, com destino a Portugal. Alguns dos navios que o acompanhavam, não puderam aguentar a conserva, e chegaram primeiro, pelo que o principe D. João, já acclamado rei, teve noticia da chegada de seu pae. Diz-se que D. João ii andava passeando á beira do Tejo, junto do paço de Santos, com o duque de Bragança D. Fernando e com D. Jorge da Costa, mais tarde cardeal de Alpedrinha, quando soube que seu pae havia chegado a Cascaes, e que perguntara aos seus companheiros de passeio o que havia de fazer n'aquelle lance. O duque respondeu que o dever de D. João ii era receber Affonso v como seu rei e seu pae. Então D. João apanhou do chão uma pequena pedra, que atirou ao Tejo, e que foi por algum tempo cortando a agua. D. Jorge da Costa disse,

inclinando-se ao ouvido do duque: «Aquella pedra não me ha de acertar a mim na cabeça.» E no dia seguinte partiu para Roma, onde conseguiu chegar a grandes honras, e ter subida importancia.

Comprehende-se, no character forte e austero de D. João II este movimento de indignação perante a fraqueza, a versatilidade de seu pae, que cedia vergonhosamente á astucia de Luiz XI. Mas comprehende-se tambem que, passada essa primeira impressão, fosse receber seu pae a Oeiras, e reverentemente lhe entregasse o titulo de rei, de que já estava de posse. Os caracteres como o de D. João II teem uma profunda comprehensão do seu dever, embora, para o cumprir, hajam de dilacerar-se a si mesmos.

Por sua parte, Affonso V, envergonhado das circumstancias em que se achava, e das fluctuações do seu proprio espirito, queria que o filho conservasse o titulo de rei, guardando elle para si o dos Algarves e das conquistas de Africa; mas o principe não lh'o consentiu.

Depois de estar em Lisboa algum tempo, Affonso V retirou-se para Montemor-o-Novo, e d'ahi para Evora, e é notavel que, depois de tantos desenganos, lhe tornasse a passar pelo espirito a idéa de continuar devéras a guerra com Castella, que estava limitada a algumas incursões, e de realizar definitivamente o seu casamento com D. Joanna.

O principe contrariou-lhe ardentemente estes planos, sobretudo o do casamento. Era já tarde, entendia o principe; o que elle lamentava era que seu pae não tivesse acceitado as primeiras propostas de Castella, em tempo de Henrique IV, desposando D. Affonso a infanta D. Isabel, e elle a infanta D. Joanna.^[53]

D. João, durante a ausencia de seu pae, havia sustentado a animosidade com Castella, e mandara gente sua a descercar a villa de Alegrete, que tinha sido sitiada por Affonso de Monroy, assim como mandara auxilio a Touro e a Castro Nunho, que se conservavam fieis a D. Affonso V, o qual, de França, dera ordem aos governadores d'essas fortalezas castelhanas para se renderem. Elles vieram effectivamente para Portugal, por escaparem á vingança de Fernando e Isabel, e da coroa portugueza receberam

auxilio e protecção. Todavia, o principe D. João comprehendia perfeitamente que Portugal, sobretudo pelo pessimo estado das suas finanças, não se achava habilitado a continuar uma guerra longa e aberta com Castella.

O alcaide-mór da villa de Moura, Lopo Vaz de Castello Branco, quiz revoltar-se contra o rei de Portugal, porque no paiz lavrava um fermento de indisciplina, que era estimulado pelas proprias fluctuações do poder real, confiado a Affonso v. Foi mais tarde preciso o character de ferro de D. João II para repor as coisas no seu antigo estado, e para arcar peito a peito com quasi toda a nobreza do paiz. Lopo Vaz de Castello Branco pagou com a vida a ousadia do seu procedimento. Era mais uma manifestação da austeridade de character do principe, que não deixava nunca de punir a rebellião dos seus inimigos.

N'esta desgraçada pendencia com Castella, ainda Portugal teve de figurar mais uma vez. Foi o caso que a condessa de Medellim, que seguia a causa da princeza D. Joanna, fôra cercada nas suas fortalezas pelo mestre de S. Tiago de Castella, e mandara pedir auxilio a Affonso v. Effectivamente Portugal enviou-lhe soccorro, indo por capitão-mór da pequena expedição o bispo de Evora, D. Garcia de Menezes. O mestre de S. Tiago deu batalha ao bispo junto de Mérida, sendo o bispo vencido, ferido e preso, pois que a desproporção das forças era enorme entre os dois exercitos. O de Castella era muito superior. A guarda do bispo foi confiada a um cavalleiro castelhano, que se deixou corromper, pelo que D. Garcia de Menezes, podendo fugir, se recolheu a Medellim, onde, com os destroços da expedição, se conservou ainda muito tempo cercado, até ao tratado de paz.

A agitação era grande em ambos os paizes, e n'um e n'outro os especuladores de occasião tratavam de tirar todo o partido possivel das circumstancias, mirando á ganancia. Este estado de coisas, se era grave para Portugal, não deixava comtudo de inquietar Fernando e Isabel. Então, negociações secretas foram entabuladas para a paz, chegando a avistar-se na villa de Alcantara, em Castella, a rainha D. Isabel com sua tia a infanta D. Beatriz, de Portugal, viuva do infante D. Fernando.

N'essa entrevista foi tratada a primeira combinação das pazes entre os dois reinos. Mais tarde uma nova entrevista se realizou no Alemtejo entre plenipotenciarios de Portugal e Castella, assentando-se que as pazes seriam perpetuas. As condições estipuladas foram estas:

1.^a Que D. Affonso deixaria de intitular-se rei de Castella e Leão, e Fernando e Isabel, reis de Portugal;

2.^a Que D. Joanna perderia todos os titulos de que se apossara, não se chamando nem rainha nem infanta, salvo se viesse a casar com o principe D. João de Castella, como ficou para resolver mais tarde;

3.^a Que o antigo tratado de pazes feito com D. João I seria convenientemente revisto e modificado;

4.^a Que as cidades, villas e castellos que de um reino a outro houvessem sido tomados, e assim os prisioneiros, seriam restituídos, soltos e perdoados;

5.^a Que em relação a determinadas pessoas e cavalleiros se fariam capitulações especiaes, e que as fortalezas que nas fronteiras de um e outro reino haviam sido construidas, seriam derrubadas;

6.^a Que o senhorio da Guiné, desde o cabo de Nam e o Bojador até aos indios inclusivamente, com todos os seus mares adjacentes, ilhas, costas descobertas e por descobrir, com seus tratos, pescarias e resgates, assim a ilha da Madeira e dos Açôres, Flores, Cabo Verde, e a conquista do reino de Fez ficassem *in solidum*, e para sempre, ao rei de Portugal, e que as ilhas das Canarias, e o reino de Granada ficassem *in solidum* aos reis de Castella, e seus successores, para sempre;

7.^a Que para maior segurança d'este tratado, o infante D. Affonso, neto de Affonso V, logo que fosse em idade de sete annos, casasse com a infanta D. Isabel, filha primogenita dos reis de Castella, estabelecendo qual o dote da princeza, e o modo de pagamento;

8.^a Que d'ahi a certo tempo, a senhora D. Joanna, e assim os ditos infantes, fossem postos em terçaria na villa de Moura, em

poder da infanta D. Beatriz;

9.^a Que o principe D. João, filho dos reis de Castella, logo que chegasse á idade de sete annos, casaria com aquella senhora, a qual passaria então a chamar-se princeza, sendo convenientemente dotada; mas que se o dicto principe D. João não quizesse casar com D. Joanna, ficaria ella livre da terçaria, recebendo uma indemnização;

10.^a Que a senhora D. Joanna logo fosse posta em terçaria, como fica dicto, ou entrasse em um de cinco mosteiros que fossem indicados, demorando-se ahi o anno de noviciado, acabado o qual escolheria uma de duas coisas, ou *casar ou metter freira*, segundo a expressão popular.

Estas pazes foram publicadas em setembro de 1479.^[54]

Importava dar cumprimento ás estipulações, mas os embaixadores hespanhoes iam espaçando de dia para dia a entrega da infanta D. Isabel.

Enfadou-se de taes delongas o principe D. João, de Portugal, e, estando em Beja, enviou aos embaixadores de Castella duas folhas de papel, n'uma das quaes estava escripta a palavra *guerra*, e na outra a palavra *paz*. Perante esta corajosa resolução, os embaixadores castelhanos, obrigados a responder categoricamente, decidiram-se a entregar a infanta D. Isabel, que a mãe do duque de Vizeu, D. Beatriz, sahiu a receber, entregando aos embaixadores em refens seu proprio filho D. Manuel, que depois foi substituido pelo proprio duque, o qual a esse tempo estava doente.

VIII

CASAR OU METTER FREIRA

De baldão em baldão, fluctuando n'um mar de incertezas, havendo atravessado a existencia sob o peso de uma predestinação fatal, D. Joanna, a *Beltraneja*, via-se, finalmente, obrigada a tomar uma resolução definitiva, *a escolher um de dois meios*, como diz Ruy de Pina, *que para ella eram extremos de mortal sentimento*.

Por muitas vezes parecera approximar-se do throno; por outras tantas tivera que afastar-se d'elle. Em Castella fôra rainha durante o tempo que vivem as rosas. Nunca lhe deixaram ter coração para amar, ser livre como a mais obscura camponeza de qualquer dos dois reinos que a sua coroa ephemera poderia ter abrangido. E todavia fôra esposa promettida de muitos noivos, nenhum certamente escolhido com o assentimento do seu coração. De um d'elles, seu tio Affonso v, chegara a compartilhar esperanças e desalentos. Sem embargo, D. Joanna bem sabia pela licção da historia, que a primeira mulher de seu tio arrastara uma vida profundamente alanceada de intimos pesares. Sabia ou devia saber que D. Isabel de Lencastre tivera por thalamo o leito de espinhos onde era obrigada a repousar ao lado d'aquelle a quem seu pae devêra a morte, e a quem os amigos de seu pae deveram perseguição. Não era por que Affonso v tivesse uma alma incapaz de comprehender as finas delicadezas do amor. Não. Elle amara sua prima Isabel, e chegara mesmo a esquecer que ella era filha do infeliz infante D. Pedro, a victima de Alfarrubeira. Conta-se que D. Isabel, denunciando os primeiros symptomas da maternidade, sentira estalar a esmeralda do seu annel de donzella, que trazia no dedo. Lastimou-se a desventurosa princeza, certamente por haver gerado uma creança, cujo avô fora assassinado por tolerancia do pae. Mas Affonso v acudiu a tranquillizal-a com palavras de carinho, fazendo-lhe ver que o nascimento de um filho valia bem uma pedra

preciosa. E foi, sob esta impressão affectuosa, que D. Affonso permittira que o cadaver de seu tio fosse removido para o tumulo de familia, na egreja da Batalha. Affonso não era, pois, um homem incapaz de sentir, e de amar. Mas a *Beltraneja* não poderia de certo amal-o; iria para elle levada pela força das circumstancias, para não perder um throno que Affonso v ambicionava ganhar.

Esse casamento, a realizar-se, seria talvez um porto de abrigo depois de tantos naufragios; uma taboa de salvação nos mares aparcados da vida. E, não obstante, partia-se agora essa fragil taboa que era toda a esperança da pobre *Beltraneja*. A politica, o espectro que tão cruelmente a perseguia, inclinava-se-lhe agora ao ouvido para dizer-lhe, como Hamlet a Ophelia: «Entra n'um convento; faze-te freira, e depressa...»

Mas a *Beltraneja* havia sido rainha ainda que por pouco tempo, fôra rainha sem reino e sem throno, não podia comtudo esquecer-se facilmente de que o fôra: uma esperança, quando é violentamente arrancada, traz sempre comsigo, pegado ás raizes, um pedaço do coração. Porisso, a pobre princeza chorou ao despir os brocados e sedas que até ahi envergara, ao ver cahir a seus pés os cabellos por onde outr'ora as perolas serpejaram em espiras phantasiosas. O seu coração era moço de mais para se resignar, abatido, quando no convento de Santa Clara, de Santarem, o amortalharam no habito monastico.

D. Joanna chorava, choravam com ella os seus criados e familiares.

No convento de Santarem *ainda hoje*, diz frei Manuel da Esperança, *se vê uma casa, que foi sua, onde se rezam matinas dos dias menos solennes, a qual por este respeito é chamada o corinho.*^[55]

O principe D. João, endurecido pelos calculos ambiciosos da politica, olhava mais para o futuro do que para as tranças da *Beltraneja*, que cahiam despedaçadas no chão. Era que, segundo o tratado feito com Castella, seu filho devia desposar a filha mais velha de Fernando e Isabel. Assim, poderia chegar talvez ao mesmo ideal, a unificação de duas coroas, por caminhos mais suaves.

«O príncipe, que de se cumprirem as capitulações, diz Duarte Nunes, tinha seus particulares interesses, e o casamento para seu filho, e *porventura a successão dos reinos de Castella*, como depois pudera succeder, se o juízo divino o não atalhara...»^[56]

Que importava que fosse preciso, para realizar esse *desideratum*, esmagar o coração de uma pobre mulher?

Affonso v, envergonhado de si próprio, deixou inteira liberdade de acção ao filho. Pungia-o a consciencia dos seus erros. Sentia-se prostrado, de mais no mundo... e talvez no reino. O seu tempo passara; o pobre rei era o cadaver de si mesmo, apenas amortalhado nos trophéos conquistados em Africa, e manchados em França.

No principio do anno seguinte, de 1480, a peste, essa cruel e duradoira peste que por tantos annos devia assolar Portugal, principiou a brandir o seu gladio desolador. D. Joanna recebeu ordem de retirar-se do convento de Santa Clara, de Santarem, para o de Evora, por fugir ao morticinio, e, todavia, talvez que ella houvesse preferido ser uma das victimas do terrivel flagello, que parecia mais apiedado da sua triste sina do que o coração do príncipe D. João, seu primo.

Elle, porem, queria poupar-lhe a vida, para não ver partir-se-lhe nas mãos um poderoso instrumento de ambição politica. Se Castella procurasse algum dia illudir as estipulações do tratado, D. Joanna serviria como ameaça, a questão dos *seus direitos* renasceria das proprias cinzas... Era, pois, preciso que a *Beltraneja* vivesse. Porisso, invadida Evora pela peste, levaram D. Joanna para o Vimieiro, e do Vimieiro para Santa Clara, de Coimbra.

Graças a um documento por nós encontrado na Torre do Tombo, onde aliás fizemos muitas outras investigações infructiferamente, conhecemos o teor de negociações entabuladas entre Portugal e Castella para retirar de Evora, quando a peste alli entrou, D. Joanna, já então oficialmente appellidada a *Excellente Senhora*.

Esse documento (existente na cella M, ms. 1163, fl. 518) é uma carta do príncipe D. João para Rodrigo Affonso, embaixador de

Portugal em Castella, escripta de Beja.

Eis o seu conteúdo:

«Rodrigo Affonço Amigo, nós o Princepe vos inviamos muito saudar: nos soubemos hora per o Doutor Mestre Rodriguo como foi dito a hum frade em confição que nesta villa fallecerão hora dous moços deste mal que anda, e assim houvemos recado do Conde de Abrantes ha dous dias como em Evora fallecerão hora duas outras pessoas desta morte em huma casa a qual logo foi cerrada, e taypada a rua, e que estavam em grande sospeita, e temor de o mal ser mais, por o qual os da Cidade se fasião prestes para se sahir della se mais alguma couza acontecesse pedindo nos que lhe mandassem diser a maneira que terão com a muy Excellente Senhora minha prima acerca de sua estada alli ou partida para outra parte sobre o que acordamos de vos logo escrever e vos faser saber como nosso fundamento he se a couza mais for antes de vermos vosso recado se com a dita Senhora nom podermos acabar que se venha aqui a esta Villa sendo seguro de a poremos em algum lugar desta Comarca, acerca donde nós estivermos ataa veremos vosso recado do que lá acabais neste feito, per que se aos Reys aprouver que se a dita Senhora esté fora dos sinco Mosteiros na cappitulação limitados trabalharemos como esté em algum lugar desta Comarca porque nella nom ha mais luguares que tenham Mosteiros de Freiras tirando Evora e esta Villa, que Estremoz e Portalegre, e poderia ser segundo este mal anda espalhado muito neste Reyno que nestes tambem morrerião como já agora morrem em Souzel que he antre ambos como sabeis e tam acerca delles, compre que saibamos se em tal caso lhes prazeria á dita Senhora estar em algum outro lugar desta Comarca posto que Mosteiro de Freiras nom tenha, estando com freiras e encerrada em forma de Relligião e com sua guarda assim como a deve ter estando em cada hum dos cinco Mosteiros porque nom prazendo aos Reys de dar seu consentimento tal que proveja a dita Senhora minha prima poder estar nesta Comarca e Luguares della segundo vay aqui apontado sem nosso pejo com relevamento do passado segundo forma da instrucção que levastes será necessario que se vá a Coimbra como comvosco fallamos e para isto cumprir que muy

trigosamente hajais despacho, e nolo invieis logo a mais andar, ou se já fordes despachado nolo traguais.»

Havia-se completado um anno desde que D. Joanna vestira o habito; restava-lhe professar ou entrar em terçaria.

Ella ou alguém por ella optou pelo convento. De Castella vieram embaixadores assistir á profissão, para assegurar-se d'esta parte do tratado, diz um escriptor hespanhol, isto é, para levarem a Fernando e Isabel a certeza de que as pretensões de D. Joanna á côrte de Castella ficavam para todo o sempre encarceradas dentro das grades de um mosteiro, e amortalhadas no burel de uma pobre freira, cujos laços mundanos parecia deveriam, desde esse momento, ficar partidos de vez. Não aconteceu inteiramente assim, como veremos.

É certo ter D. Joanna dicto aos embaixadores castelhanos que *sin ninguna premia, salvo de su propia voluntad queria vivir en religion e facer profesion e fenescer en ella*. Seria, porem, completamente essa a sincera expressão da sua alma? Não por certo. Essas palavras são transparentes, revelam bem a altivez da mulher ferida no seu orgulho: ha n'ellas um mixto de fel e de lagrimas. Ao pronuncial-as, o coração da *Beltraneja* devia despedaçar-se. Mais do que nunca se denuncia então o justo desespero com que ella se revoltava contra os repetidos sacrificios que exigiam da sua fraqueza.

O principe D. João, de Portugal, sorria porventura, por entre dentes, da credulidade dos embaixadores hespanhoes, que julgavam ser muralha inexpugnável a parede de um mosteiro, e prisões inquebrantáveis as grades d'elle.

Nas conversações particulares, que mantinha com os seus intimos, D. Joanna deixava-se enternecer facilmente pelas lagrimas d'elles: a mulher, revoltada contra o sacrificio, apparecia então. Ruy de Pina não o dissimula quando noticia que foi precisa a intervenção do principe D. João para que a profissão da *Beltraneja* se realizasse, como realizou, a 15 de novembro de 1480, em Santa Clara, de Coimbra.

Consummara-se o sacrificio. D. Joanna recebeu o véo preto das mãos de frei Diogo de Abrantes.

Em muitos olhos brilhava compassivo pranto; só D. João não chorava.^[57]

Affonso v, doente de melancholia, não assistira; não tivera forças para tanto. Não tivera energia para resistir ás imposições de seu filho; mas faltara-lhe tambem a coragem para assistir á profissão de sua sobrinha, que elle proprio victimara.

Logo em Coimbra, diz Damião de Goes na *Chronica do principe D. João*, esteve para morrer *de pura melancholia*. Escapara por então, mas fizera-se intratavel, misanthropo. Queria recolher-se ao mosteiro do Varatojo, e professar. Assim acabaria por um duplo voto religioso este triste drama do seu projectado casamento com a *Beltraneja*. Mas, antes de realizar um tal plano, precisava avistar-se com o filho, que estava em Beja: deviam tratar n'essa conferencia da convocação de côrtes geraes, para que ellas reconhecessem D. João como rei. Affonso v partiu, pois, de Coimbra para Beja no verão de 1481. Na entrevista, ficou resolvido que as côrtes se convocassem para Estremoz, porque Lisboa e Evora estavam assoladas pela peste. Tratado este negocio, D. Affonso v partiu, no principio de agosto, de Beja para Cintra onde, solitario como desejaria viver, devia esperar pela reunião das côrtes.

Em Cintra, o rei foi acommettido de febres. Pouco era preciso para o matar no estado de abatimento e desgosto em que se encontrava. O principe acudiu logo a Cintra, mas os medicos desenganaram-n'o: o rei morria. D. Affonso acceitou a morte como uma redempção: fez ao filho algumas recommendações, deu-lhe conselhos. Pediu-lhe que protegesse a orfandade da *Beltraneja*. E morreu, a 8 d'esse mez, com quarenta e nove annos de idade.

Acabara-se finalmente a tortura que lhe rasgara o coração a lentas punhaladas.

Poucos dias depois do fallecimento de Affonso v, nascia o filho que D. Anna de Mendonça tivera do principe herdeiro D. João. D. Anna de Mendonça, mulher muito fidalga e moça formosa de mui

nobre geração, diz Garcia de Rezende, servira como dama de honor da *Beltraneja*, andara na sua casa. Ao passo que D. Joanna, casada e virgem, via fechada a dobra do seu leito de noiva, jámais occupado, uma das suas damas de companhia rendia-se ás seducções do principe D. João, menos disposto a guardar para si a abstinencia de prazeres que exigia de sua prima. Era justamente na roda da noiva mallograda de seu pae que o principe D. João ia procurar e encontrar uma amante, com a qual corria a emboscar-se nas moitas floridas de Cernache do Bom Jardim. Singulares ironias tem ás vezes o destino!

D. João II, subindo ao throno, travou desde logo uma porfiada lucta com a nobreza. Alexandre Herculano sustenta que a indole das instituições da velha monarchia ovetense-leoneza, e das que d'ella procederam, não só foi extranha, mas até repugnante á indole do feudalismo. Temos o maximo respeito pela memoria do illustre historiador, mas n'este ponto não concordamos inteiramente com a sua opinião.

De passagem lembraremos, por fazer ao nosso proposito, que em Portugal, os reis transmittiram por meio de concessões os direitos de soberania aos senhores feudaes, creando, para assim dizer, outras tantas monarchias quantos eram os donatarios, que, por esse facto, se chamaram senhores de barão e cutello, senhores de pendão e caldeira. Como prova do enfraquecimento real entre nós, por effeito do poder feudal, bastará citar um unico facto. Reinando Sancho II, Estêvam Pires de Molny possuia um paço no lugar de Carcavellos, na terra da Feira. Como o resto do lugar não fosse coitado, o mordomo do rei entrou n'elle para penhorar um lavrador. Pois o senhor do paço arrastou o mordomo pela freguezia, dizendo-lhe: «Cá por aqui é honra!» e depois enforcou-o.^[58]

Os senhores feudaes davam foraes e leis aos aldeões e villãos (*villani*), taxavam a quantidade de fructos e a qualidade de serviços que lhes deviam prestar, nomeavam juizes e tribunaes, e arbitravam penas; d'aqui nasceu a escravidão da terra (*servitus glebæ*). Algumas vezes, os donatarios concediam terras em feudos aos

plebeus ou peões: a estes beneficios chamava-se *feudos dos senhores ou subfeudos*.^[59]

Em virtude d'este regimen, e como se depreheende do que fica exposto, temos nos primeiros tempos da monarchia as seguintes divisões sociaes por classes: senhores feudaes ou fidalgos, plebeus ou peões, vassallos ou servos. Desde o começo da realeza em Portugal, a acção do feudalismo, e as luctas a que dava causa, accentuam-se de um modo nitido, segundo cremos. Vemos os irmãos de Affonso II negar-lhe vassallagem, por um acto de rebellião feudal. D. Sancho II deposto pelo clero e pela nobreza. Por sua parte, os reis reagiam, procurando cercear as garantias dos senhores feudaes. Affonso II suprime os tributos do *comestivel* e das *aliavas*; Affonso III cria os *juizes de fóra*, representantes do poder real para inspeccionarem a administração da justiça nos territorios feudaes; D. Diniz procurou oppor o seu manifesto espirito de justiça á acção da prepotencia feudal; Affonso IV definiu a jurisdicção dos donatarios no edito geral; D. Fernando tratou de cohibir as malfeitorias que os fidalgos commettessem com armas; D. João I e D. Duarte recorrem principalmente á *lei mental*, como a um poderoso meio de combate. Affonso V, porem, como já tivemos occasião de ver, augmentou em larga escala o poderio dos nobres, pelo abuso de concessões. Mas seu filho, D. João II, estava talhado para oppor uma barreira gigante á onda crescente e abusiva do regimen feudal.

Coisa notavel! Pessoalmente, D. João II devia odiar Luiz XI pela maneira doble e aviltante por que recebera em França seu pae; politicamente, tomava-o como modelo n'essa lucta terrivel em que se achava empenhado, salvas as differenças de caracter. João II imitou Luiz XI não só nos rasgos mais principaes, mas até na dissimulação e crueldade; era comtudo mais paciente, e porisso mesmo não arriscava os passos senão depois de pisar terreno firme.^[60]

Os senhores feudaes, que em França acabavam de ajudar Carlos VII a expulsar os inglezes, não eram por certo menos poderosos do que aquelles que em Portugal haviam conseguido supplantar o

infante D. Pedro. O duque de Bragança era relativamente tão importante como o duque de Borgonha. Esta identidade de circunstancias levou fatalmente João II a copiar, melhorando-o, o exemplo de Luiz XI.

Assim como o rei de França inicia o seu reinado proclamando a lucta com a nobreza,^[61] o de Portugal trata, depois de reunidas as primeiras côrtes em Evora, de lançar a luva aos seus emulos, cuidando de regularizar a fórmula das menagens. Era o cartel para o repto; o aviso para a lucta.

«Antes de se fazerem estas menagens, diz Garcia de Rezende,^[62] el-rei com o duque de Bragança e outros senhores, e pessoas do conselho, praticou umas palavras que nas menagens haviam de dizer muitas vezes, *em que houve muitas porfias, desgostos, descontentamentos, por lhe parecer aspera fórmula a que el-rei queria...*»

Mas, não obstante a opposição do duque de Bragança, João II fez vingar o novo formulario de menagens.

Como claramente se póde ver do teor das menagens, a sua redacção bastava para revelar as intenções do rei, e o duque de Bragança, querendo protestar, mostra, como toda a outra nobreza, não conhecer D. João II: julga-o fraco, parece-lhe que se acobardará perante a resistencia.

O duque precisou dos titulos das suas doações para documentar o protesto, e mandou buscal-os a Villa Viçosa, pelo veador da sua fazenda, João Affonso, dando-lhe a chave de um cofre que continha todos os papeis de segredo.

João Affonso declinou esta grave commissão n'um filho seu, em quem muito confiava. Na occasião em que o filho do veador andava procurando no cofre, appareceu por acaso na sala Lopo de Figueiredo, escrivão da fazenda do duque, o qual, a pedido do rapaz, o ajudou a procurar os papeis. Depararam-se-lhe, porem, entre elles algumas cartas e instrucções de Castella, e para os reis de Castella, com emendas e correcções feitas pela letra do duque. Lopo de Figueiredo ponde escondel-os, mettendo-os na manga do

gibão. Em casa leu-os vagarosamente, e reconheceu que se não havia enganado, pelo que imediatamente correu a Evora, a mostrar-os ao rei, que d'elles tomou conhecimento, dando-os a copiar a Antão de Faria, e mandando-os pôr no cofre, onde estavam, por Lopo de Figueiredo.

Eis aqui como o acaso, ou o *mysterio de Deus*, como diz Garcia de Rezende, poz nas mãos de D. João II o fio de uma intriga, que era como que o vendaval que devia atizar o fogo da lucta travada entre elle e a nobreza de Portugal.

D. João II tinha um duplo motivo para, segundo o seu ponto de vista, combater o duque de Bragança: em primeiro lugar, atacava um dos maiores e mais altivos potentados que faziam sombra á coroa real; em segundo lugar, desde que o duque se oppuzera a que Affonso V passasse a Castella, via n'elle um parcial da causa, agora triumphante, de Fernando e Isabel. E depois lembraram a D. João II as palavras duras do duque quando, depois da batalha de Touro, se não sabia do destino de Affonso V.

As cartas que o acaso trouxera ás mãos do rei, vieram fortalecel-o na antiga suspeita. Desde esse momento, D. João II não pensou senão em liquidar estas contas antigas. Espirito forte, caminhou resolutamente para o seu ideal de vingança, umas vezes mostrando-se severo e desconfiado com o duque de Bragança, outras vezes fingindo acreditar nos seus protestos de obediencia e fidelidade.

Mas, intimamente, D. João II julgava indispensavel prevenir-se com uma arma poderosa para contraminar a connivencia do duque de Bragança com Castella: essa arma era sua prima, D. Joanna, a *Beltraneja* ou, como agora lhe chamavam os castelhanos, *la Monja*.

Pois bem. Sem hesitar um momento, D. João ordenou que abrissem a sua prima as portas do mosteiro de Coimbra, e que ella vivesse no seculo com a ostentação que ao seu nascimento era devida.

E assim foi que, freira professa havia dois annos, D. Joanna, joguete malfadado das ambições dos outros, voltou de novo ao

mundo onde a felicidade parecia apostada em mostrar-se-lhe tão esquivada como outr'ora, quando ainda o véo preto lhe não cingia a bella cabeça juvenil.

Mas o infante D. Affonso, filho unico de D. João II, estava nas terçarias de Moura, como a princeza D. Isabel, filha dos reis catholicos. Era preciso arrancar-o d'esse captiveiro, onde a sua vida poderia correr perigo, tanto maior por certo quanta fosse a animosidade manifestada por D. João II contra o duque de Bragança, que tinha, como sabemos, intimas relações com a côrte de Castella.

A fim de salvar a vida de seu filho, tratou D. João II de annular as terçarias, e para esse fim enviou a Fernando e Isabel uma embaixada composta do barão de Alvito e de Ruy de Pina, o chronista, os quaes começaram por pedir que o deposito dos principes fosse transferido para um lugar menos doentio do que a villa de Moura.

Os reis de Castella, prevenidos pelo duque de Bragança das intenções de D. João II, fizeram mallograr o exito d'esta primeira embaixada.

Nova embaixada mandou D. João II a Castella, d'esta vez para que as terçarias se mudassem *ou desfizessem*, dizendo mais o embaixador que, se não parecia conveniente o casamento do principe portuguez com a infanta D. Isabel, pela differença das edades, se effectuasse com a infanta D. Joanna e que, a ser assim, fossem, em compensação, cedidas a Portugal as ilhas Canarias, que el-rei sempre desejou para maior segurança da Guiné.

A desconfiança dos reis de Castella, a respeito do de Portugal, tinha a esse tempo subido de ponto, porisso que em Castella haviam sido presos alguns portuguezes, que se diziam encarregados de negociar, por ordem de D. João II, o casamento da *Excellente Senhora* com o rei Phebo, de Navarra. Fernando e Isabel queriam que os suppostos emissarios do rei de Portugal fossem por elle punidos, porque só assim se convenceriam da boa fé de D. João II.

Esta exigencia dos reis de Castella não foi desde logo attendida pelo de Portugal.

Portanto, um problema inquietador principiou a preoccupar o espirito de D. João II e d'aquelles que lhe eram dedicados: qual o melhor meio de conseguir a annullação das terçarias de Moura?

Uma das pessoas que deram o seu voto n'esta importante questão foi D. Philippa de Lencastre, tia de D. João II, irmã de sua mãe, e religiosa de Odivellas.

Digamos d'esta senhora duas palavras.

No testamento da rainha D. Isabel é D. Philippa, sua irmã, a principal contemplada, pelo grande amor que lhe tinha, e porque a situação da familia do infante D. Pedro, como do mesmo testamento se vê, era precaria. Mas essa disposição testamentaria de D. Isabel iria, a realizar-se, prejudicar a legitima devida a seus dois filhos. Não obstante esta causa de nullidade do testamento, D. Affonso v estabeleceu a sua cunhada uma tença de duzentos e vinte mil réis; e recommendou-a nas disposições testamentarias que elle proprio fizera em Portalegre antes de partir para Castella.^[63]

Frei Francisco Brandão diz que, não obstante a tença, D. Philippa passara a vida *com não grande cabedal*, e que D. Affonso v bem pudera *ter remedeado a prima que recommenda*. Como quer que seja, seu sobrinho D. João II doou-lhe uma parte da renda da Villa de Alcolea de Sinca, no principado da Catalunha.

Depois da morte da rainha D. Isabel, D. Philippa esteve parte do tempo em Coimbra, em casa de sua mãe, a viuva do infante D. Pedro; mais tarde veio para Lisboa onde acompanhou a educação de sua sobrinha D. Joanna.

Havendo-se recolhido ao mosteiro de Odivellas, sem que aliás professasse, foi de romaria a S. Tiago de Galliza, e morreu em Portugal no anno de 1497. Jaz na sacristia de Odivellas.

Como iamós dizendo, esta senhora dera voto na questão das terçarias; talvez lhe fosse solicitado por sua prima D. Beatriz. Frei Francisco Brandão encontrou o documento, que nos transmittiu o

voto de D. Philippa, na torre do Tombo, entre os papeis de Fernão de Pina. Publicou-o com o seguinte titulo: *Conselho e voto da senhora Dona Philippa filha do infante Dom Pedro sobre as terçarias, e guerras de Castella. Com uma breve noticia d'esta princeza, dirigido a el-rei Dom João IV, Nosso Senhor*. Lisboa, 1643. [64]

D. Philippa lamenta que o principe D. Affonso esteja nas terçarias com prejuizo para a sua educação. Não aconselha que o tirem para fazer guerra a Castella, mas não quer isso dizer que deixe de reconhecer as vantagens de Portugal em qualquer lucta armada com Castella, tiradas da historia do passado. Entende que um portuguez ha de valer sempre vinte castelhanos com a ajuda de Deus. Recorda que se Affonso v foi a Touro, varios castelhanos lh'o pediram. E remata dizendo: «E assi concludo: sua paz deve ser desejada com grande razom, mas sua guerra que Deos nos goarde, nem deve ser mui temida, quando sem causa procurarem metella em obra, pois Deos, justiça, verdade, razoens humanaes som em nossa ajuda, e a elles contrarios.»

Emquanto variavam os pareceres a respeito das terçarias, D. João II enviava terceira embaixada a Castella, encarregada de dar satisfacções e desculpas aos soberanos d'aquelle paiz, que trataram de mostrar-se satisfeitos com ellas, porque o seu maior desejo era tambem verem fóra das terçarias a infanta D. Isabel, receosos de que a sua vida pudesse ser penhor de alguma nova combinação politica. Ficou então assente que as terçarias se desfariam, e que o principe D. Affonso casaria não com a infanta D. Isabel, mas com a infanta D. Joanna, e que se lhe daria maior dote por estar esta infanta mais afastada na linha de successão de Castella. Outrosim ficou combinado que os reis de Castella mandariam na proxima Paschoa embaixadores a Portugal para se tratar definitivamente da resolução d'estas combinações.

A familia real estava em Almeirim n'essa occasião. A rainha teve ahi um mobito, e por este motivo a foram visitar muitos fidalgos, entre os quaes o duque de Vizeu, seu irmão, e o de Bragança, a quem D. João II recebeu de boa sombra. Não obstante, um dia chamou-o de parte á capella do paço, e, na presença do bispo de

Lamego, lhe disse que estava inteirado de que elle tinha ligações suspeitas com Castella, mas que se essas combinações eram filhas de um proposito errado, estava disposto a perdoal-as e esquecel-as. Lembrou-lhe as obrigações que o duque devia á memoria de D. Affonso v, de quem havia recebido largas honras, e patrimonio. E ainda que se julgasse aggravado com o degredo do marquez, e a entrada dos corregedores em suas terras, devia ser o primeiro a querer dar um exemplo de obediencia e de respeito ao rei.

O duque de Bragança imaginou que D. João II se deixaria embalar pelas suas palavras; que o supporia um inimigo que retirava, que desalentava na lucta; e, cheio de hypocrisia, respondeu affirmando os seus sentimentos de estima e gratidão ao chefe do Estado.

Enganava-se.

O certo é que a nobreza julgou haver submettido aquelle forte inimigo das suas regalias. Folgou com isso. Sahindo de Almeirim, os duques de Vizeu, de Bragança e seus irmãos juntaram-se no Vimieiro, folgando com o que se tinha passado, e entre si resolveram não deixar entrar os corregedores nas suas terras. Sobre o mesmo assumpto, o marquez de Montemór, o conde de Faro e D. Alvaro de Bragança tiveram entrevistas secretas no mosteiro de Santa Maria do Espinheiro, em Evora, tomando-se notavel o marquez pela exaltação, pelo odio com que sempre falava do rei.

D. João II andava devidamente informado d'estas conspirações, mas, astuto e reservado, pareceu-lhe melhor esperar. Porisso, deu ordem para que se não fizesse a correição ás terras dos nobres, e até chegou a despachar favoravelmente algumas pretensões do marquez, e do conde de Faro.

D. João II preparava o laço, e esperava a presa.

Entretanto, o duque de Bragança, em intelligencia com os reis de Castella, continuava a conspirar. Um mensageiro castelhano veio avistar-se secretamente a Portugal com o duque, combinando ambos n'uma capitulação, da qual o marquez de Montemór teve

conhecimento. A capitulação dividia-se em dois pontos principaes: 1.º Que visto a *Excellente Senhora* não viver no rigor monastico a que era obrigada, fosse entregue ao duque de Bragança ou a seus irmãos, para lhe fazerem cumprir o que fosse honesto. 2.º Que fosse permittido aos subditos castelhanos o irem negociar na Guiné.

É claro que D. João II não podia annuir a estes pedidos, em primeiro lugar porque lhe arrancavam das mãos uma grande arma diplomatica, tal era a *Excellente Senhora*; em segundo lugar, porque abalaria o dominio portuguez, na Africa, com a concessão feita aos castelhanos.

Mas isso mesmo era o que Castella e o duque de Bragança queriam: porque na propria recusa estava um pretexto para Fernando e Isabel declararem a guerra, e para o duque se desculpar de não prestar auxilio a D. João II, fingindo achar desarrazoada a recusa.

As novas intelligencias do duque com os soberanos de Castella foram descobertas a D. João II por Gaspar Infante, irmão de Pedro Infante, familiar dos Braganças. D. João II, que já estava desconfiado, ficou prevenido, mas não lhe convinha precipitar os acontecimentos, tanto mais que tinha seu filho nas terçarias, e receava pela sua vida. Mas, como a guerra de Granada absorvesse toda a atenção e recursos dos reis catholicos,^[65] um embaixador chegava a Portugal para tratar justamente de desfazer as terçarias. Assentou-se pois no casamento do principe D. Affonso com a infanta D. Joanna, filha segunda dos reis castelhanos.

A este tempo voltava de Castella Pedro Infante com a correspondencia secreta para o duque. O rei leu-a, e resolveu logo, visto que o obstaculo que as terçarias offereciam ia desaparecer, prender o duque ou cercal-o em qualquer lugar que estivesse. «E para isso, escreve Garcia de Rezende, houve logo secretamente muito dinheiro junto que trazia em sua guarda roupa, e assim fez muitas das cartas, provisões, que em tal caso havia de mandar pelo reino, e ás villas e castellos do duque e seus alcaides-móres, o que tudo lhe aproveitou na noite que prendeu o duque como adeante se dirá.»

D. João II mandara procuradores seus a Moura buscar o príncipe. O duque de Bragança, sabendo isto, foi encontrar-se com eles em Portel, e ali lhes perguntou o que deveria fazer, visto que o príncipe passava pelas suas terras. Os procuradores responderam que, para serenar de vez certas diferenças que tinha havido entre o rei e o duque, o que este devia fazer era acompanhar o príncipe à corte, servi-lo e honrá-lo. Mas, receosos de que o seu conselho desagradasse ao rei, mandaram, por meio de postilhões que havia na estrada, consultá-lo a este respeito. D. João II respondeu que lhe aprazia muito que o duque fosse à corte; o rei respondeu em carta, não fechada, para que todos a pudessem ver, a fim de armar à credulidade dos que a lessem.

Desfeitas solennemente as terçarias em Moura, onde o duque de Bragança já havia chegado, o príncipe foi entregue aos procuradores do rei de Portugal, e a infanta D. Isabel aos procuradores do rei de Castella.

Na jornada de Moura para Évora, onde estava a corte, o príncipe D. Afonso foi hospedado em Portel pelo duque de Bragança, que lhe fez muitas honras. Fora dos muros de Évora o rei saiu a receber o príncipe, que vinha acompanhado pelo duque de Bragança e pelo de Vizeu. A gente que acompanhava o rei estava toda armada, porque D. João II ia em dúvida sobre se logo prenderia o duque ou não.

Mas como o duque lhe parecesse tranquilo e nada desconfiado, D. João II adiou o seu propósito.

O rei mostrava-se extremamente alegre e despreocupado. Houve em Évora grandes festas pela recepção do príncipe e da infanta, e o rei em todas tomou parte serenamente. Pelo que o duque, comquanto avisado pelo marquez seu irmão e por outros fidalgos, para que desconfiasse do rei e se salvasse, deixou-se ficar. Metteu-se de permeio o dia de *Corpus Christi*, em que o rei continuou a mostrar-se despreocupado, mas na sexta-feira, indo o duque ao paço despedir-se do rei, achou-o despachando com os desembargadores. D. João fez sentar o duque junto de si, enquanto dava o despacho. Findo este, o duque conversou por algum tempo

com o rei, e aproveitou a ocasião para pretender justificar-se de varios aleives que lhe assacavam contra elle, pedindo-lhe que se informasse da verdade. D. João II, depois de o ter ouvido, disse que aquella casa já ia estando escura, e que, porisso, era melhor subirem á sua guarda roupa. Subiram, e o rei disse então que folgava de o ouvir fazer tal requerimento, e que effectivamente ia apurar a verdade, mas que julgava melhor que o duque se conservasse alli, até que tudo estivesse apurado.

O rei, sahindo, deixou por guardas ao duque, Ayres da Silva, camareiro-mór, e Antão de Faria, camareiro.

Então, o desanimo do duque foi grande. Ayres da Silva quiz consolal-o com palavras banaes, mas o duque respondeu-lhe: «Senhor Ayres da Silva: um homem tal como eu não se prende para o soltar.»

Entretanto, D. João II fazia reunir em outra sala do paço os senhores, principaes auctoridades e letrados, aos quaes expoz os aggravos que tinha do duque, lendo serenamente as cartas e instrucções apprehendidas.

Logo que a noticia se espalhou na cidade, o povo correu aos pateos e terreiros do palacio, protestando a el-rei a sua lealdade, e pedindo justiça contra os que contra a sua vida houvessem attentado.

No conselho decidiu-se que se segurasse bem a pessoa do duque; que a coroa tomasse conta dos seus castellos e terras, e que se notificasse o caso aos reis de Castella, sem comtudo alludir á causa da prisão.

Tão profunda impressão causou em todo o paiz a prisão do duque, que os alcaides dos seus castellos logo os entregaram a uma simples ordem do rei. Esta observação, que Garcia de Rezende faz, pinta bem qual era o prestigio da monarchia, e o fanatismo do povo pela pessoa de D. João II.

O marquez de Montemór e o conde de Faro, logo que souberam o que se passara, fugiram para Castella. Este ultimo pouco tempo sobreviveu em Andaluzia. O outro irmão do duque, D. Alvaro de

Bragança, recebeu ordem do rei para sahir do reino, prohibindo-lhe comtudo que fosse residir em Castella ou em Roma. Mas D. Alvaro, desobedecendo, deixou-se ficar em Castella.

A duqueza de Bragança, logo que soube da prisão do marido, mandou para Castella os seus tres filhos, ficando ella em Villa Viçosa com D. Margarida, sua filha.

Entretanto, o duque continuava a estar preso na guarda roupa, sem ferros, mas constantemente vigiado. Era alvo das maiores atenções por parte dos familiares do rei, e tratado com a etiqueta devida ao seu nascimento.

D. João II, por sua parte, mostrava-se pesaroso da situação em que estava o duque, e resolvia entregar o caso á justiça, para que ella julgasse.

A justiça! Bem sabia D. João II como ella procederia vergada á pressão da sua auctoridade real! Mas o character reservado do rei levava-o a proceder assim, sem pressa, sem precipitação, calculadamente. O facto de entregar o duque a esse como arremedo de tribunal, mas em todo o caso, apparently, á acção da justiça, mostrava ao povo que acima do poder real pairava, como que a defendel-o, a justiça de Deus, manifestada pela justiça da terra.

Era um homem superior D. João II.

É conhecido o final d'esta tragedia: o duque de Bragança acabou no cadafalso levantado na praça de Evora.

Diogo Pinheiro procurou rehabilitar a memoria do duque, escrevendo a sua *defesa*;[66] mas outro documento, modernamente dado á estampa, o tratado de Lopo de Figueiredo,[67] mostra que o duque de Bragança procurava fortalecer-se contra o odio de D. João II, entabolando negociações secretas com a côrte de Castella, e que á infanta D. Beatriz, mãe do duque de Vizeu, não repugnavam os planos do Bragança.

IX

O DEDO DE DEUS

O rei D. João, de Portugal, não perdia de vista os manejos da côrte de Castella, que, tendo fallecido o rei de Navarra, procurava reunir os differentes Estados ao norte da Peninsula, pedindo para o principe D. João a mão de D. Catharina, em quem recahira a successão do reino de Navarra.

Assim, D. João II não duvidava ir arrancar á clausura monastica a *Beltraneja*, para a aproveitar como ameaça que contivesse em respeito e desconfiança os reis catholicos. A isso se refere um breve do papa Innocencio VIII, do anno de 1487, a que Clemencin e Lopes de Mendonça alludem, mas que não nos consta haja sido publicado na integra em portuguez. Porisso o damos á estampa:

«... Tendo chegado ha pouco ao nosso conhecimento, que alguns perversos, cobiçosos de alterar a paz mencionada, não receiam persuadir a Joanna, filha duvidosa do rei Henrique, e sua herdeira, que, largando o habito religioso que tomou, saia do mosteiro e volte para a vida secular, e, abjurando da profissão por ella tão solennemente feita, e com fingidas desculpas de medo, e de protestos, que aliás affirma ter feito contra a primeira asserção já dicta, se intitule rainha dos citados reinos, e assim queira ser pelos outros intitulada, e que para a induzirem a um tal fim não duvidam dar-lhe o nome e titulo de rainha; e sendo certo que das frequentes e continuadas suggestões de taes individuos, a citada Joanna algumas vezes com a importuna instancia se deixa vencer, e, ou seja para agradar aos mesmos que a persuadem, e parecer que acredita tudo quanto elles lhe dizem e pretendem gravar-lhe na mente, ou seja por outro motivo, larga o véo negro que tomara, e com o qual tão patente e publicamente se desposou com Jesus Christo, que é o mais excellente de todos os filhos dos homens, e ficou sendo consagrada ao Senhor, tanto dentro como fóra do

mosteiro, no qual vivia, e se intitula e faz intitular rainha dos referidos reinos, como lhe persuadiam, com perigo das almas da mesma Joanna e dos que assim a aconselhavam, e com pernicioso exemplo e escandalo de muitos: nós, pois, que ardentemente desejamos, com o auxilio da divina clemencia, que entre os mencionados reis de Hespanha e de Portugal, invictos defensores da fé catholica n'aquelles Estados, a mencionada paz se consolide e vigore em todos os tempos futuros para incremento da fé catholica, por cuja exaltação um d'elles atacando o reino de Granada, e o outro, segundo o costume dos catholicos reis seus progenitores, passando com seus subditos para as regiões da Africa, trabalham com zelo inquebrantavel por combater com os infieis, e por dilatar a mesma fé; receando que, se acontecesse que as anteriores discordias entrassem a lavrar entre os mencionados reis, estes tivessem occasião de desistir das luctas por elles respectivamente emprendidas contra os mesmos infieis, e de se afastarem de tão salutifera obra, dando ensejo aos infieis não só de se apoderarem de novo d'aquelles logares que já lhes tinham sido arrancados pelos referidos reis, senão de invadirem hostilmente os logares circumvisinhos, habitados pelos fieis, saquearem-n'os e sujeitarem-n'os áquella enxovalhadissima raça, com grande mortandade e perda dos christãos: por motu proprio, e não a pedido dos referidos rei Fernando e rainha Isabel, ou d'alguem em nome d'elles, mas de nossa mera deliberação, confirmamos e approvamos por auctoridade apostolica a mencionada profissão tão solennemente feita pela referida Joanna, e todas e cada uma das materias a ella respectivas, que se encontram exaradas nos mencionados instrumentos, e quantas d'ellas se derivarem, se forem legitimamente feitas, e só nos termos em que o forem, e as corroboramos com a força do presente escripto, e suprimos todas e quaesquer faltas, se porventura algumas houve relativamente ás solennidades d'este acto; e com os dictos motu proprio e auctoridade ordenamos estrictamente á mesma Joanna, que não vá de encontro á dicta profissão por ella tão solennemente feita, voltando de facto para o seculo, nem saia do mosteiro das freiras de Santarem da dicta ordem, para o qual ultimamente se passou, nem mesmo por pouco tempo, a não ser por algumas das causas pelas

quaes os institutos regulares da referida ordem o permittem ás freiras professas n'ella, voltando para elle logo que taes causas cessem; não podendo dentro ou fóra do seu mosteiro largar o veo e habito da mencionada ordem, nem intitular-se rainha, ou fazer ou permittir que assim pelos outros seja intitulada. E a todos e a cada um dos christãos de qualquer estado, grau, ordem ou condição que sejam, e em qualquer ordem ecclesiastica, até mesmo episcopal, archiepiscopal, e cardinalicia, ou mundana, até mesmo de rei ou de rainha que figurem, prohibimos com o mesmo motu proprio e auctoridade que sob qualquer pretexto manifesta ou occultamente, directa ou indirectamente, por si, por outro ou por outros, persuadam á mesma Joanna que saia do referido mosteiro e ordem, e que volte para o seculo, e se trate como secular, e que impugne a profissão por ella feita, e para este fim lhe prestem por qualquer modo auxilio, conselho ou favor, ou a intitulem rainha ou a façam assim intitular, quer verbalmente, quer por escripto de qualquer fórma, sob pena d'interdicto, de prohibição d'entrada em igreja, suspensão dos actos divinos e dos governos das suas egrejas, se forem bispos e superiores; e se inferiores d'ellas, e ecclesiasticos e seculares pertencentes ás ordens militares e a quaesquer ordens isentas e não isentas, sob pena de excommunhão, e tambem da privação das egrejas, mosteiros, priorados, preceptorias, dignidades, personados, [68] administrações ou officios, etc., devendo incorrer em sentenças, censuras e penas, das quaes não poderão ser absolvidos senão em artigo de morte, e dada antes a devida satisfação, etc. (*Addicionaram-se instrumentos publicos a 15 de novembro de 1480 contendo os votos feitos por D. Joanna, nos quaes tambem se descrevem os sagrados ritos então guardados*). Dada em Roma, em S. Pedro, a 24 de junho, anno da Encarnação do Senhor 1487, e terceiro do nosso pontificado.»[69]

Não podemos deixar de notar, com Clemencin, a habilidade com que este breve está redigido, porisso que, apontado contra D. João II, evita dirigir-se-lhe directamente, antes elogia o rei de Portugal pelo seu infatigavel zelo em continuar a guerra na Africa contra os infieis.

Isabel a Catholica, mulher de espirito superior, conhecia perfeitamente a estatura moral do seu antagonista. Porisso foi inclinando os acontecimentos a uma solução pacifica, procurou approximar-se, quanto poudes, de D. João II, o qual não duvidou enviar-lhe um navio carregado com todos os aviamentos de que os reis de Castella precisavam para sustentar a guerra de Granada.

O principe portuguez D. Affonso havia chegado aos quatorze annos, e a infanta D. Isabel, filha dos reis catholicos, estava ainda solteira. D. João II mandou perguntar se havia idéa de manter o antigo contracto de casamento. A resposta, vinda de Castella, fôra affirmativa. Portugal era para Castella um mau visinho, que importava ter em segurança. Convinha liquidar, de uma vez para sempre, a interminavel questão da *Beltraneja*.

Toda a gente sabe a pompa com que se realizou o casamento do principe portuguez D. Affonso com a infanta castelhana D. Isabel. Excusamos demorar-nos n'este ponto. Toda a gente sabe tambem quão breve fôra a felicidade conjugal dos jovens esposos, subitamente anniquilada pelo desastre que victimara em Santarem o principe D. Affonso, morrendo arrastado pelo cavallo que montava.

Garcia de Rezende recorda na *Miscellanea* a rapida mutação das alegrias do noivado em prantos e tristezas inesperados:

Era de dezeseis annos
e casado de oito mezes,
perfeito entre os mundanos,
mui quisto dos castelhanos,
descanço dos portuguezes.
Uma triste terça-feira,
correndo uma carreira
em um cavallo, cahiu.
Nunca falou nem buliu,
e morreu d'esta maneira.

Por sua grã formosura
foi no mundo nomeado
angelica creatura.

Nunca foi tal desventura,
nem príncipe tão amado;
em Castella e Portugal
foi tão sentido seu mal,
tão chorado em toda a Hespanha,
que foi tristeza tamanha,
que se não viu outra tal.

Vi a princeza tornar
bem a revez do que veio.
Coisa muito de espantar
tão grã pressa, tal mudar
do tempo, tão grão rodeio!
Entrou a mais triumphosa,
mais real, mais grandiosa
que nunca se viu entrada;
sahiu mui desesperada,
mui triste, muito chorosa.

Entrou com mil alegrias,
sahiu com grandes tristezas.
Tanto oiro e pedrarias
não se viu em nossos dias,
nem taes gastos, taes riquezas;
as galantes invenções
se tornaram em paixões,
os brocados em saial,
o prazer grande, geral
em nojos, lamentações.

Os partidarios da *Beltraneja* viram na desastrosa morte do príncipe D. Affonso o dedo de Deus, o castigo do céu. Dil-o claramente Duarte Nunes de Leão na *Chronica de D. Affonso V*:

«... não tardou, que quando o príncipe D. João, d'ahi a pouco já feito rei, casou o príncipe com tantos gostos, e tantas esperanças, no meio dos contentamentos, e das maiores festas do mundo, viu seu unico filho, que elle tão ternamente amava, morto, e arrastado

de um cavallo, á vista da mesma senhora D. Joanna, que do mosteiro o podia ver deitado em uma pobre cama de palha de um pescador, onde acabou... tomando Deus, segundo a todos pareceu, por aquella afflicta mulher a vingança.»

Em verdade, dadas as crenças supersticiosas da epocha, tudo fazia acreditar que a morte do principe D. Affonso fôra a justa punição dos repetidos sacrificios impostos a D. Joanna, principalmente por D. João II. Em Santarem vira ella cahir aos pés do altar os seus formosos cabellos, e deante de si o vulto sereno e frio de D. João; agora, tambem em Santarem, era o rei que chorava deante do cadaver do filho, como se a Providencia houvesse querido vingar o passado na pessoa innocente do principe.

«Nem os reis de Castella, prosegue Duarte Nunes, ficaram depois sem seu quinhão de castigo; porque o seu filho varão, unico herdeiro de tantos reinos, na flor de sua edade, já casado, sem deixar successão, quasi no tempo em que com a senhora D. Joanna seus paes o prometteram casar, falleceu... E a princeza D. Isabel, filha maior dos dictos reis, cortados seus cabellos, e vestida de pannos de burel, triste e anojada, se viu em termos de tomar por vontade a vida, que á senhora D. Joanna fizeram tomar por força, se com pregações a não converteram; mas sua vida foi de pouco tempo.»

Tambem Ruy de Pina, em linguagem dulcificada por toques de maviosa tristeza, procura pôr em evidencia o castigo do céu, vendo resvalar ao tumulto os primogenitos de Portugal e Castella, e *trocados os brocados ricos, e hollandas delgadas* que trouxera a infanta D. Isabel, *com pobre burel e grossa estopa em que foi logo vestida*, depois da morte de D. Affonso; *nem ficaram por cortar seus cabellos doirados com accidental proposito de religião.*

A punição parecia haver sido ordenada em identicas circumstancias do delicto. Nem o episodio dos cabellos falta; em Santarem, as duas primas houveram de despojar-se das suas tranças, uma para tomar o véo de monja, a outra para tomar o véo de viuva. *É o dedo de Deus!* dizia-se então. E a phrase ficou como

uma synthese dos factos, que em verdade parecem providencialmente dispostos.

Passaria no forte espirito de D. João II, alguma vez, a idéa de que a morte de seu filho fôra realmente um castigo do céu?

Eis o que ninguem póde saber ao certo.

A verdade é que o rei sustentava, com grandeza, a casa da *Excellent Senhora*, no seculo. Nas *Provas da historia genealogica*^[70] vem a relação das pessoas de que se compunha a casa de D. Joanna, e por essa relação se vê que não tinha menos de oito damas, nove moças de camara, sendo duas moiras, quatro donas, oito capellães e cantores, seis moços de capella, sete moços da camara, quatro estribeiros, dois reposteiros, afóra veador, contador, thesoireiro, comprador, mantieiro, cozinheiro, lavadeira, alfaiate, physico e cirurgião.

A dotação de D. Joanna, consignada no orçamento geral do Estado (despesa ordinaria) em 1478, era de 1:400\$000 réis.

Onde habitava em Lisboa D. Joanna? Não pudemos averiguar. Sabe-se apenas que no reinado de D. João II residia no Paço do Castello, e que ahi falleceu, se bem que o documento d'essa epocha, a que nos encostamos, e a que ainda teremos de alludir, diga: *onde ora poisa a serenissima senhora*, o que faz suppor que nem sempre residira alli quando estava fóra do convento. Mais adeante veremos que houve idéa de se construir um palacio para sua residencia.

Como se sabe, D. João II, morto o principe D. Affonso, empregou os maiores esforços para deixar por herdeiro da coroa D. Jorge de Lencastre, seu filho natural.

Em segredo mandou a Castella pedir para elle a mão da filha mais nova dos reis catholicos, D. Catharina, encarregando d'esta missão Lourenço da Cunha. Com este casamento julgava D. João II garantir melhor a posição futura do bastardo.

Quando Lourenço da Cunha chegou á côrte castelhana, estava D. Fernando doente, mas a rainha despachava os negocios. Foi, pois,

ella que recebeu o embaixador portuguez, o qual apresentou o pedido de D. João II. A rainha respondeu, que sua filha não, mas que el-rei seu senhor tinha uma filha bastarda, que lhe daria. Então Lourenço da Cunha replicou altivamente:

—Senhora, el-rei meu senhor não pretende tanto aparentar-se com el-rei D. Fernando como com vossa alteza; porisso, se vossa alteza tem outra filha bastarda, elle a tomará para seu filho.

Quando Lourenço da Cunha recolheu a Portugal, D. João II premiou-lhe o procedimento, fazendo-lhe mercê de uma commenda de Beja, Serpa e Moura, tão vasta, que depois pode ser dividida em tres.

Todos estes factos não passavam de leve pelo espirito da rainha D. Isabel, sempre receosa de D. João II. Apesar da ousada resposta do embaixador portuguez, e do acolhimento que lhe fez D. João, as relações entre os dois paizes não foram interrompidas; pelo contrario, pensou-se em seguir, por parte de Castella, o conselho do cardeal de Hespanha, de que convinha casar agora mais do que nunca o principe D. João com a *Excellente Senhora*. Em 1494, Fernando e Isabel não duvidavam assignar o celebre tratado, feito com D. João II, sobre o que tocaria a cada uma das duas coroas do que estava por descobrir no mar oceano.^[71] E um anno depois, quando D. João II morria, porventura envenenado por mestre João de Mazagão combinado com o duque de Beja,^[72] a rainha Isabel de Castella resumia n'uma só phrase toda a biographia d'esse rei cujo character de ferro ella perfeitamente conhecera: «Morreu o *homem!*» exclamara D. Isabel ao saber do fallecimento de D. João II.

Pois bem! Elle, o forte, o *homem*, não esqueceu no seu testamento a fragil creatura que dobrara, como um vime, ao sabor da sua vontade poderosa.

Uma disposição testamentaria diz:

«Item, ao dicto duque meu primo (D. Manuel) encommendo e rogo que honre e trate bem a *Excellente Senhora*, minha prima, e que sempre a tenha bem e honradamente como pertence á pessoa que é, e que foi, e do que lhe é posto para sua manutenção lhe não

seja tirado nada em seus dias, estando ella na maneira em que ora está.»

D. Manuel não era homem que se preocupasse com castigos do céu quando queria fazer a sua vontade; estava enamorado da viuva do principe D. Affonso, da filha mais velha dos reis catholicos, e tratou de negociar o casamento sem se importar com o *dedo de Deus*, que bem poderia descer pela segunda vez a impor-se sobre a cabeça da bella castelhana.

Sabe-se que a infanta resistira a principio, e que por fim annuira pondo por condição que fossem expulsos de Portugal os judeus e os moiros, desatino economico que D. Manuel não duvidou praticar.

Os reis de Castella tinham cinco filhos, a saber: D. João, casado com Margarida d'Austria, e as infantas D. Isabel, D. Joanna, D. Maria e D. Catharina.

Ao tempo do casamento de D. Manuel com a princeza castelhana, o principe D. João estava gravemente doente, achava-se n'um estado desesperado; porisso, visto que D. Manuel tanto queria apressar essa união, a sua noiva foi acompanhada até á fronteira pela rainha Isabel, ficando D. Fernando a acompanhar o principe enfermo, quasi moribundo.

Justamente na occasião em que os actos religiosos se realizavam em Valencia d'Alcantara, chegou noticia do fallecimento do infante D. João, o que fez aguar as poucas festas que estavam preparadas: poucas por attenção ao desgosto que por motivo da doença do infante havia na côrte de Castella.

Ora, morrendo o herdeiro da coroa de Fernando e Isabel, os direitos de successão passavam ao segundo filho, a infanta D. Isabel. Esta idéa não podia deixar de preoccupar um espirito tão ambicioso como o do successor de João II. Mas, por occasião da morte de seu marido, D. Margarida ficara grávida de sete mezes. Eis aqui uma contrariedade para quem não fosse tão feliz como D. Manuel. Para este homem venturoso, porem, todas as difficuldades desapareciam: D. Margarida dera á luz uma creança morta. Portanto, aqui temos D. Manuel e sua esposa com direito a

intitularem-se, como de facto fizeram, principes de Castella, Leão e Aragão.

A fim de serem jurados como taes, era preciso irem a Castella. As côrtes nacionaes, com a concentração do poder real, realizada por D. João II, tinham perdido muito da sua importancia, mas era este um dos casos em que havia mister reunil-as. D. Manuel convocou-as portanto para Lisboa, n'esse anno de 1498, e as côrtes auctorizaram effectivamente a ida dos soberanos a Castella.

Com effeito, a 29 de março d'esse anno, D. Manuel e sua esposa partiam com grande e luzido sequito de pessoas nobres, ficando encarregada da regencia do reino a rainha viuva D. Leonor.

Logo que chegaram á fronteira de Castella, os reis de Portugal foram recebidos pelo duque de Medina Sidonia, com apparatoso cortejo de fidalgos, e assim acompanhados até Toledo, onde os reis catholicos esperavam, e onde D. Manuel e D. Isabel foram, na Sé d'aquella cidade, jurados por principes herdeiros dos reinos de Castella e Leão.

Passados alguns dias, tanto Fernando e Isabel, como D. Manuel e sua esposa, partiram para o Aragão, a fim d'estes ultimos serem jurados em Saragoça, mas sobrevieram inconvenientes com que não contavam, e que impediram a immediata realização da cerimonia que alli os levava.

«Feita a entrada, escreve Goes, quizera el-rei D. Fernando, que logo ao outro dia, que era domingo, jurassem os principes, mas os aragonezes lh'o não consentiram por então, sobre o que houve muitas altercações, excusando-se a el-rei, que não podiam fazer tal juramento sem serem presentes os deputados de Valença e Barcellona, sobre o que el-rei D. Fernando tornou a apertar com elles; por fim lhe responderam, que jurariam os principes se lhes elle de novo confirmasse alguns privilegios, que lhe tinha quebrado, do que os el-rei desenganou, sem lhes querer conceder o que pediam, nem elles menos jurar os principes, no que se passaram muitos desgostos e paixões, *por espaço de tres mezes*. D'estas differenças uma das principaes foi dizerem que no reino não podia succeder femea, senão varão, e que este havia de ser por eleição dos

Estados do reino, quando Deus ordenasse não deixar el-rei filho varão herdeiro, e que para jurarem a princeza elles o não podiam fazer sem os de Valença e Barcellona, que por só este respeito dilatavam sua vinda, o que era signal manifesto de não quererem consentir no tal juramento...»

Este facto é interessante e importante considerado como symptoma de reacção do espirito nacional contra a vontade imperiosa da coroa, que, n'aquelle tempo, em toda a Peninsula hespanica se havia aureolado de extranho prestigio, graças a D. João II em Portugal, e a Fernando e Isabel em Castella.

Succedeu então que a rainha D. Isabel, mulher de D. Manuel, deu á luz em Saragoça um filho varão, que recebeu o nome de Miguel, e que desde logo foi considerado o herdeiro presumptivo dos reinos de Portugal, Castella, Leão, Sicilia e Aragão, facto este que veio pôr termo ás reluctancias até ahi apresentadas pelos de Aragão. Mas o nascimento d'este principe custou a vida a sua mãe, que foi sepultada no mosteiro de S. Jeronymo, em Saragoça. D. Manuel ainda se demorou alguns dias no Aragão, até que, viuvo, regressou a Portugal no mez de setembro d'esse anno (1498).

O infante D. Miguel foi acclamado e jurado em Castella e no Aragão, e, para que tambem o fosse em Portugal, convocou D. Manuel os tres Estados para o mez de março de 1499. Reunidas as côrtes, não quizeram ellas jurar sem que o rei lhes promettesse, em nome do principe seu filho, que nunca o regimento da justiça e fazenda do reino, e senhorios de Portugal, em qualquer tempo, e por qualquer caso, seria dado nem concedido senão a portuguezes, e o mesmo a respeito das capitancias dos logares de Africa, e alcaidarias-móres das villas e castellos, o que el-rei concedeu.

Quantas vezes, pois, estivera o reino de Portugal para fundir-se com o de Castella em consequencia de alianças politicas e pessoas, as mais das vezes tendo por origem um casamento! Chega a ser assombroso que todas essas combinações se mallograssem alfim, e que Portugal mantivesse a sua independencia, apenas estrangulada n'um periodo de sessenta annos, relativamente pequeno se attendermos á longa historia

d'essas combinações, e ainda mesmo á fundação da nossa nacionalidade.

Garcia de Rezende diz:

Vimos Portugal, Castella
quatro vezes adjunctados
por casamentos liados
principe natural d'ella
que herdava todos reynados,
todos vimos fallecer,
em breve tempo morrer
e nenhum durou tres annos,
portuguezes, castelhanos
já os Deus quer juntos ver.

Refere-se Rezende a Affonso v, a seu neto D. Affonso, a D. Manuel e ao principe D. Miguel, que falleceu em Granada com vinte e dois mezes de idade, mallogrando-se assim, ainda d'esta vez, o projecto de unificação das coroas de Portugal e Castella.

Ao passo que Fernando e Isabel procuravam separar da causa da *Beltraneja* a familia real portugueza, a Providencia parecia querer desconcertar as combinações e os calculos da politica: o nascimento do infante D. Miguel custava a vida de sua mãe, e o proprio infante morria tambem d'ahi a pouco tempo.

Sempre debaixo do mesmo ponto de vista, pactuou-se o casamento de D. Maria, terceira filha dos reis catholicos, com o viuvo D. Manoel.

D'esta vez a Providencia permittiu que D. Maria vivesse, e dêsse á luz um verdadeiro enxame de filhos. É que a Providencia parecia reservar para D. Joanna, a pobre *Beltraneja*, uma compensação muito maior, uma desforra completa e cabal.

Oiçamos um escriptor hespanhol, Clemencin, no mais completo estudo que se tem escripto em Hespanha ácerca dos reis catholicos. O testemunho é, portanto, de todo o ponto insuspeito; porisso o reproduzimos na integra:

«Foi opinião de alguns, segundo Zurita, que antes da rainha D. Isabel fallecer, seu marido lhe prometteu, sob juramento, não casar outra vez. Sem embargo, a pouco trecho da sua morte, entabolou o rei viuvo esta negociação (*tratar do seu casamento com a Excelente Senhora*), enviando para ella a Portugal D. Rodrigo Manrique. O objecto de tão extranha solicitude, que desde logo afearam os parciaes do rei D. Philippe, o *Formoso*, e que, como adverte o mesmo Zurita que não póde suspeitar-se de desaffecto ao rei catholico, se divulgou mais do que este quizera, era patente e manifesto: tomar a parte dos direitos de D. Joanna, fazel-os valer contra os filhos que tinha tido de sua primeira mulher, despojal-os da herança de Castella, e vingar-se assim de Philippe e dos grandes castelhanos, que no maior numero preferiam o partido do genro ao do sogro.

«São incalculaveis os disturbios, guerras civis e danos que teriam resultado d'este projectado casamento, se se houvesse realizado; mas por fortuna de Hespanha, *D. Joanna não deu ouvidos á proposta do rei D. Fernando, fosse aversão ao estado de matrimonio ou á pessoa do pretendente, a quem não podia deixar de olhar como um dos principaes auctores de suas desgraças*. Interveiu provavelmente na resolução de D. Joanna o influxo da rainha de Portugal, D. Maria, a quem não podia agradar este casamento, não só em respeito á memoria de sua defuncta mãe, D. Isabel, nem em attenção a sua irmã que tinha succedido nos reinos de Castella, mas tambem em consideração aos seus proprios direitos e aos de seus filhos.

«Mui curto espaço de tempo deveu medear entre o projecto de casamento do rei catholico, e a morte de D. Isabel, occorrida a 26 de novembro de 1504. Para janeiro seguinte convocou côrtes o rei D. Fernando, na cidade de Touro, cuja proximidade de Portugal, e a maior facilidade de negociar e ajustar d'ahi o novo enlace, foram, segundo as apparencias, a causa da escolha do sitio. O certo é que, tendo-se encerrado as côrtes em meado de fevereiro, o rei, por seguir mais de perto as negociações com Portugal, como diz Zurita, continuou em Touro até ao fim de abril, em que se retirou para o

interior de Castella; e isto denunciá que já então estava desvanecido e mallogrado o negocio.»

Em verdade, a escarnecida *Beltraneja*, a chasqueada *Monja*, não poderia imaginar mais completa desforra, do que a de ver humilhado a seus pés o rei catholico, o viuvo de Isabel, pedindo-lhe que consentisse em desposal-a!

A grandeza da reparação só é comparavel á grandeza do desdem com que essa solicitação foi recebida, tanto mais que o espirito de D. Joanna não conseguiu nunca transigir com a alienação dos seus direitos, reaes ou suppostos, com a abdicação de todas as mundanidades ostentosas, de todas as honras e titulos com que julgava poder condecorar-se.

Ella considerava-se *rainha*, ainda quando rejeitava a mão de um rei; ella continuava a assignar-se rainha, ainda quando se recusava a subscrever um contracto de casamento com o viuvo de Isabel a Catholica.

A sua nobre altivez levou-a por certo a recusar essa união, a preferir conservar-se solteira, *rainha sem reino*, e moça de trinta e tres annos apenas.

Vira desdenhosa afastar-se o vulto de mais esse noivo, como já tinha visto esfumarem-se no horizonte longinquo das suas recordações os vultos de tantos outros noivos, o infante D. Affonso, de Castella, o duque de Guiena, D. Fradique, de Napoles, D. Henrique, de Aragão, D. Affonso v, de Portugal, o principe D. João, de Castella, o rei de Navarra, Francisco Phebo!..

Uma cohorte de noivos... platonicos, que nem sequer com o halito chegaram a macular a sua grinalda virginal de flores de laranjeira...

E a morte, respeitando-a a ella, a todos foi ceifando.

X

SEM PAZ NO TUMULO!

El-rei D. Manuel recommenda no seu testamento a *Excellente Senhora*, como já o fizera o seu antecessor: «Item, pelo conjuncto devido que tenho com a mui Excellente Senhora minha prima, e por suas muitas virtudes, e pela obrigação em que por estes respeitos lhe são, e pelo carregó que d'ella e de todas suas coisas com razão o rei de Portugal deve em todo tempo ter, encommendo muito ao principe meu filho, que sempre d'ella e de sua consolação tenha mui grande e especial carregó, visitando-a e honrando, e tratando como ella o merece, por todas as razões sobredictas, e em todas suas coisas seja alli tratada como eu sempre folguei de o fazer, e é razão que assim se lhe faça, e aos deputados ao governo encommendo e mando que emquanto no governo estiverem lhe façam mui inteiramente pagar os dinheiros que tem de seu assentamento, e n'aquella propria fórma e maneira que agora se lhe faz, e se melhor lhe puder fazer, assim será mui bem que lhe seja feito, e muito lhe encommendo que de isso, e de todo o que lhe cumprir tenham grande e especial cuidado, e entre os mais principaes, isto lhe encommendo muito em especial.»

Um anno depois da morte de D. Manuel, isto é, em 1522, a *Excellente Senhora*, intitulado-se rainha de Castella, fez doação solenne de todos os seus direitos a el-rei D. João III, considerando-o como seu filho legitimo, e universal herdeiro, visto ser «já em tanta idade constituida que não era tempo para haver de casar, nem poder haver filho natural legitimo descendente, que os dictos seus reinos e senhorios por seu fallecimento haja de herdar».

D. João III, que presente estava, acceitou, e recebeu, e prometeu ter e manter os dictos reinos e senhorios de que a *Excellente Senhora* lhe fazia doação.

Foram testemunhas d'este acto o barão de Alvito, veador da fazenda real, Luiz da Silveira, do conselho de el-rei e seu guarda-mór, e Ruy Figueira, veador da fazenda da mesma senhora.

Subscreveu o auto o secretario Antonio Carneiro.

D. João III aprovou-o e confirmou-o.^[73]

A infeliz princeza ainda viveu oito annos. Falleceu em Lisboa, no paço da Alcaçova ou do Castello, no anno de 1530, com sessenta e oito de idade.

Do seu testamento, que existe na Torre do Tombo, gaveta 16, maço I, n.º 2, dá copia Antonio de Sousa nas *Provas da historia genealogica*.^[74]

D. Joanna ordena que o seu corpo seja amortalhado no habito de S. Francisco e enterrado no mosteiro do Varatojo; deixa cem mil réis para missas, outros cem para resgate de vinte e dois escravos moiros e, finalmente, outros cem para os pobres e orfãos envergonhados. Á capella de Santa Clara, de Evora, deixa oito mil réis para uma missa diaria.

A isto se limitam as suas disposições espirituaes.

O resto são declarações de divida a differentes damas de sua casa, de quantias que lhes promettera quando casaram; declarações de divida por empréstimos contrahidos ou por serviços recebidos, e recommendações ao rei de legados a varias pessoas suas protegidas, entre as quaes as freiras que tivera por criadas.

D. Joanna assigna: *Yo la reyna*.^[75]

A desventurosa princeza morrera, pois, abraçada ao seu titulo de rainha, que, a bem dizer, nunca passara de uma ficção, titulo sem realidade duradoira que lhe correspondesse e o justificasse.

N'uma mensagem ao rei, appensa ao testamento, D. Joanna recorda que fôra requerida para casar, e parece enviar-lhe documentos relativos a essas negociações nupciaes. Dizem talvez respeito ao casamento que lhe propuzera o viuvo de Isabel a Catholica. Mas, se nos não enganamos, ainda mais uma vez se

revela a fidalga altivez de D. Joanna, occultando o nome de Fernando.

Por essa mesma mensagem se vê que o rei lhe havia promettido mandar construir casa propria, que lhe era muito necessaria, e *logo*, expressão sua.

D. Joanna fez, porem, um segundo testamento, do qual encontramos noticia, em termos que não admittem duvida, na *Historia seraphica*. É para extranhar que nenhum dos seus biographos mencionasse a noticia a que nos referimos, e pela qual se vê que a mallograda noiva de Affonso v mudara de tenção quanto ao logar que escolheu para sepultura.

«Diziam uns, escreve frei Manuel da Esperança, que estava no sobredicto mosteiro de Santarem (Santa Clara); outros, no de Varatojo, como havia disposto no primeiro testamento, que depois revogou. Porem a todos desenganamos com a luz de uma carta de el-rei D. Sebastião, a qual passou em seu nome a rainha D. Catharina, que governava por elle na sua menor idade, em 18 de fevereiro de 1558. Diz n'ella, que sua tia a *Excellente Senhora ordenou por seu testamento, que se dissessem para sempre no mosteiro de Santa Clara, de Lisboa, onde se mandou lançar, e tem sua sepultura, seis missas cantadas em cada anno*. E ordena, que a esmola das missas e azeite para as duas alampadas, se pague sempre pela fazenda real. Foi escondido seu corpo dentro do seio da terra em a casa do capitulo, e ainda que depois o trasladaram para sepultura alta, nem porisso (*tão esquecida a querem*) lhe puzeram ou brazão ou epitaphio, que a dê a conhecer. Só na pedra apparece este numero: 1545; mas não declara se é o tempo da morte, se o da trasladação. Defronte lhe fica uma vidraça, na qual se vêem de pintura as nossas quinas reaes, feita no anno 1541, como ella mesma diz.»^[76]

Tão esquecida a querem! pondera frei Manuel da Esperança.

Na sepultura d'essa mulher, que esteve para cingir duas coroas, podendo dizer-se que por alguns dias as cingiu, nem um brazão, nem um epitaphio; apenas uma data, que suppomos ser a da trasladação!..

Ao menos que, depois de tantos baldões, lhe não podiam tolher a paz do tumulo, porto seguro onde os naufragos do mundo logram emfim descançar, por mais que os vivos os esqueçam.

Defronte do sepulcro, uma janella por onde o sol entrava... Bem precisado estava da amoravel visita da luz do céu o cadaver d'essa princeza, que só conheceu na terra a luz sinistra das procellas guerreiras e das tempestades diplomaticas!

Mas o seu destino obedecia a um mysterioso e sinistro mobil, que nem na morte lhe permittia gosar absoluto descanço.

Vê-se pela carta regia de D. Catharina—que todavia não pudemos encontrar na Torre do Tombo, nem nas gavetas, nem na collecção especial, nem no corpo chronologico—que a *Excellente Senhora* se mandara sepultar na igreja de Santa Clara, de Lisboa.

Ora esta igreja foi derrubada pelo grande terremoto de 1755. Luiz Cardoso, no *Diccionario geographico de Portugal*, manuscripto existente na Torre do Tombo, diz, no tomo xx, livro 2.º, que o convento de Santa Clara ficou excessivamente damnificado com o terremoto, e que a igreja padeceu total ruina, ficando só em pé a parede da parte do norte.

Assim se perderam e confundiram nas ruinas de Lisboa os restos mortaes da malfadada princeza.

Depois do terremoto, as freiras, sobreviventes, de Santa Clara, passaram para o convento da Esperança, levando comsigo o que do seu cartorio poude ser salvo. Esses papeis acham-se hoje na Torre do Tombo, mas nada dizem com relação á *Excellente Senhora*, que nem depois de morta tivera o repouso eterno concedido aos cadaveres!

Ahi fica condensada, segundo os materiaes fornecidos pelos escriptores castelhanos e portuguezes, a biographia de uma princeza notavel do seculo xv, princeza que foi causa e pretexto de muitos acontecimentos politicos d'essa epocha, e que, rainha sem reino, atravessou uma longa existencia profundamente accidentada de desgostos e contrariedades.

Se as lagrimas, especialmente aquellas que se reprimem com nobre heroicidade pódem ser uma santificação, D. Joanna merece uma pagina no martyrologio das grandes dôres, no *Flos sanctorum* dos martyres, nobres ou plebeus, de que a historia conserva o nome.

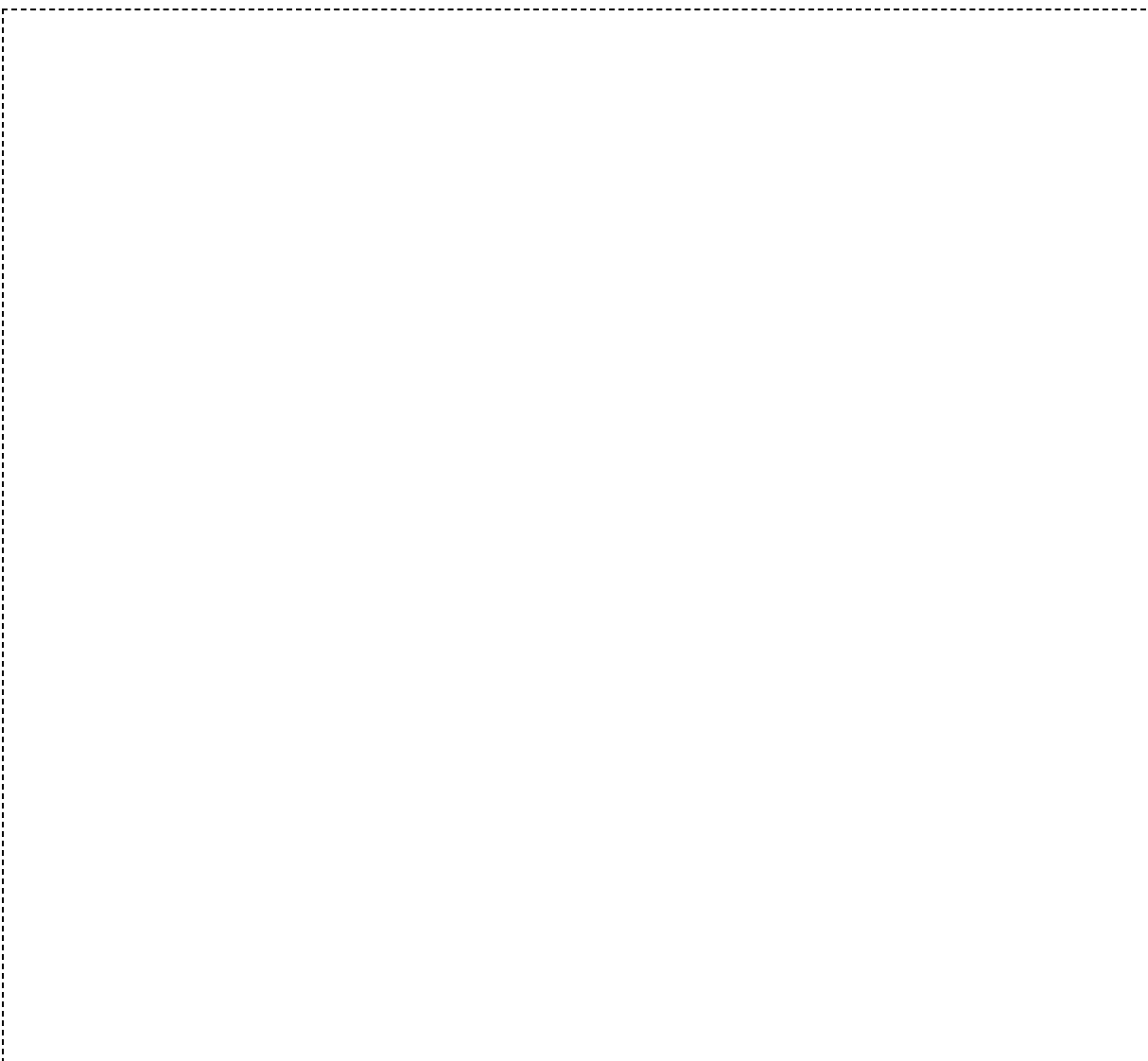
Cremos ser a primeira vez que se coordena uma monographia, de maiores dimensões, tanto quanto possivel completa, ácerca da *Excellente Senhora* e do seu tempo. Lopes de Mendonça ao fechar, nos *Annaes das sciencias e lettras*^[77], um interessante estudo sobre a batalha de Touro, promettia publicar, *brevemente*, outro estudo sobre a vida da princeza D. Joanna. A promessa não poudeser cumprida. Procurámos prehencher a lacuna, não certamente como o teria feito Lopes de Mendonça, mas como pudemos fazel-o. E se o publico receber benevolmente este trabalho, novos estudos historicos se lhe seguirão.

Resta-nos apenas dizer que se conhece um retrato, qualquer que possa ser a sua authenticity, da *Excellente Senhora*, copia do que se acha na arvore genealogica de D. João I, manuscripto n.º 12:531 do *British Museum*, de Londres. É o que vem nas *Rainhas de Portugal*, de Benevides, tomo I, pag. 286.

FIM

ERRATA IMPORTANTE

A [pag. 124](#), linha 15, saíu por lapso, *Tejo* em vez de *rio*, e este rio, como é fácil de ver pelo texto, não podia ser o Tejo, mas sim o Douro, em cuja margem direita assenta a cidade de Miranda (de que alli se fala), fronteira a Hespanha.



NOTAS

[1] D. Affonso v ordenou em 1456 que os restos mortaes de sua mãe viessem para a igreja do mosteiro da Batalha. Trouxeram-n'os Henrique IV e D. Joanna, quando vieram a Portugal para se avistarem com Affonso V, em Elvas.

[2] *Provas da Historia genealogica*, tomo II, pag. 18.

[3] Damião de Goes, *Chronica do principe D. João*, cap. xxxv.

[4] A mão de D. Isabel, de Castella, era tambem solicitada pelo principe D. Carlos, de Vianna.

[5] O reino de Navarra passou da casa de Foix á casa de Albret, pelo casamento de Catharina de Foix, herdeira de Navarra, com João d'Albret (1484). Fernando, o *Catholico*, rei de Castella e Aragão, arrebatou a João d'Albret toda a Alta Navarra (1512), deixando-lhe apenas a parte da Navarra situada ao norte dos Pyrenéos, isto é, a Baixa Navarra.

[6] Pina, *Chronica*, cap. CLIV. Visconde de Santarem, *Quadro elementar*, tom. I, pag. 363.

[7] Pina, *Chronica*, cap. CLVII.

[8] Dava-se o nome de *hermandades* a uma especie de associações populares, que formavam entre si estas ou aquellas povoações de uma provincia ou reino, para se policiarem a si proprias, e defender-se das extorsões dos reis e dos nobres. No reinado de Fernando e Isabel, as *hermandades* foram organizadas e regulamentadas oficialmente, em beneficio commum do throno e dos povos.

[9] «Suponen algunos que la reina en este tiempo habia tenido con un sobrino del arzebispo, llamado don Pedro, flaquezas de la misma especie que las que antes le habiam atribuido con don Beltran de la Cueva.» Lafuente.

[10] Visconde de Santarem, *Quadro elementar*, tomo I, pag. 366.

[11] *Chronica do principe D. João*, cap. xxxviii.

[12] Veja-se o *Quadro elementar*, tomo I, pag. 366.

[13] Diogo Clemencin publica-a na integra. *Memorias de la real academia de la historia*, tomo vi, pag. 583.

[14] Por este motivo ficaram os ss no escudo das suas armas.

[15] O padre Flores antecipa o casamento um dia: 18 de outubro, diz elle.

[16] O visconde de Santarem diz: 1471 a 1473. (Tom. I do *Quadro elementar*, pag. 367).

[17] *Chronica do senhor rey D. Affonso V*, capitulo CLXXI.

[18] *Quadro elementar*, tomo I, pag. 368.

[19] A *Beltraneja*, no *Manifesto* dos seus direitos, a que mais de espaço nos referiremos, diz que ao rei Henrique foram ministradas ervas e peçonhas por trama dos isabelistas, como era notorio, havendo até quem prophetizasse qual o prazo em que o rei havia de morrer.

[20] Lafuente, *Historia de España*, tom. 8.º, pag. 494.

[21] Padre Flores, *Memorias de las reynas catolicas*, tom. II, pag. 772.

[22] Cap. CLXXIII.

[23] *Elógio de la reina catolica Dona Isabel*, no tomo vi das *Memorias de la Real Academia de la Historia*. Pag. 501.

[24] *Quadro elementar*, tomo I, pag. 369.

[25] Benevides, *Rainhas de Portugal*, tomo I.

[26] *Provas da hist. genealog.*, tom, II, pag. 93.

[27] Visconde de Santarem, *Quadro elementar*, tomo III, pag. 107.

[28] *Anales de la corona de Aragon*, livro XIX, cap. XXVI.

[29] *Historia de España*, tomo IX, parte II, livr. IV, pag. 127.

[30] Lafuente diz que os esponsaes se celebraram a 12 de maio, mas o visconde de Santarem colloca-os entre os dias 25 e 30.

[31] *Provas da historia genealogica*, tomo II, pag. 60.

[32] *Quadro elementar*, tomo I, pag. 373.

[33] Em recompensa d'este serviço, D. Isabel presenteou Cabrera com uma taça de oiro para a sua mesa, promettendo-lhe

que no anniversario d'aquelle feliz acontecimento, elle e os seus successores teriam equal presente. (*Annaes das sciencias e lettras*, tom. I, pag. 705).

[34] Lafuente.

[35] Pina.

[36] Pina, cap. CLXXXII da *Chronica*.

[37] Damião de Goes, *Chronica do principe D. João*, cap. LXXIV.

[38] Rebello da Silva, *Annaes das sciencias e lettras*, vol. I, pag. 683; *Provas da historia genealogica*, tomo II, pag. 18 a 19.

[39] *Chronica do principe D. João*, cap. LVIII.

[40] *Quadro elementar*, tomo III, pag. 125.

[41] *Quadro elementar*, tom. III, pag. 127.

[42] «... de noite lhes veio recado de dentro da cidade em como o dicto Rey Dom Fernando partira aquella noite com sua gente, e hia a hum trato que tinha em a cidade de Touro; a qual coisa como fosse dicta por pessoa digna de ser crida, os dictos senhores Rey e Principe acordaram de atalhar, e levantarem do arrayal, e hirem á dicta cidade de Touro por entenderem que assim cumpria, e o puzeram logo em obra.»

Relação que El-Rey D. João segundo mandou ao Conselho de Evora da batalha de Toro, etc. Annaes das sciencias e lettras, tom. I, pag. 724.

[43] A invocação de S. Christovão fôra devida á devoção especial de Jorge Correia, commendador de Pinheiro, que assim o lembrara ao principe D. João.

[44] *Annaes das sciencias e lettras*, tomo I, paginas 714-723.

[45] *Historia de España*, tom. IX, pag. 138.

[46] *Diccionario popular*, artigo *Duarte d'Almeida*, escripto pelo auctor d'esta *Memoria*.

[47] *Republicas*, n.º 8.

[48] *Annaes das sciencias e lettras*, tomo I, pag. 728, onde tambem se póde ver o *Regimento* que a procissão devia observar.

[49] Damião de Goes, *Chronica do principe D. João*, cap. LXXX.

[50] *Recueil des monuments inédits de l'histoire du thiers état*. —Avant-propos, pag. LXXIV.

[51] *Historia de Portugal*, vol. III.

[52] Zurita, *Anales*, tom. IV, pag. 298.

[53] Ruy de Pina, *Chronica*, cap. ccvii; visconde de Santarem, *Quadro elementar*, tom. I, pag. 379.

[54] Ruy de Pina, *Chronica*, cap. ccvii; visconde de Santarem, *Quadro elementar*, tomo I, pag. 379.

[55] *Historia serafica*, tomo I, pag. 526.

Perguntei para Santarem por esta tradição. Um amigo meu, já hoje falecido, respondia-me em 24 de abril de 1885: «Esta manhã fui pessoalmente ao convento das Claras em companhia do facultativo da casa, que entrou a fazer as necessarias indagações, e só obtive em resposta que effectivamente existe no edificio uma casa ou capella com um côro pequeno a que ainda hoje chamam o *corinho*, mas as freiras ignoram qualquer tradição a respeito d'essa casa.» O signatario da informação chamava-se José Candido Duarte da Silva.

[56] *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, pag. 245.

[57] Pina, diz que o principe assistira sem o rei; Sousa, na *Hist. geneag.*, escreve que nem o rei nem o principe quizeram assistir. Duarte Nunes de Leão dá o principe como presente. Seguimos a opinião de Pina e Duarte Nunes, mesmo por ser a que melhor se coaduna com o character do principe D. João.

[58] Amaral, *Memoria V para a historia da legislação e costumes de Portugal*; Rebello da Silva, *Annaes das sciencias e lettras*.

[59] Sobre o estado das classes servas na peninsula, leiam-se os importantissimos estudos de Herculano, no tomo I dos *Annaes das sciencias e lettras*, e no terceiro volume da sua *Historia de Portugal*.

[60] Rebello da Silva, *Annaes das sciencias e lettras*.

[61] Michelet, *Précis de l'histoire moderne*, pag. 23.

[62] *Vida e feitos de D. João II*.

[63] Vejam-se os documentos publicados no tomo II das *Provas da historia genealogica*, pag. 8 e 51.

[64] Innocencio diz que este opusculo é raro. Pudemos vel-o na bibliotheca nacional de Lisboa, onde existe. Na da academia real das sciencias não ha, porque fôra arrancado da miscellanea onde estava.

[65] *Clemencin*.

[66] *Provas da historia genealogica*, tom. III, pag. 636.

[67] *Annaes das sciencias e lettras*, tom. I, pag. 412 e 551.

[68] Dava-se o nome de *personatus* nos mosteiros ás dignidades, como por exemplo as de deão, thesoireiro, chantre, etc., ás quaes n'outras partes chamam *officia claustralia*. Ducange: *Glossarium*, vol. v, pag. 214.

[69] Baronius, *Annales ecclesiastici*, tomo XIX.

[70] Tom. II, pag. 79.

[71] *Provas da historia genealogica*, tom, II, pag. 94.

[72] Camillo Castello Branco, *Narcoticos*, vol. I.

[73] *Provas da historia genealogica*, tomo II, pag. 71.

[74] Tomo II, pag. 76.

[75] Benevides, nas *Rainhas de Portugal*, tomo I, pag. 290, publica o *fac-simile* da assignatura de D. Joanna.

[76] *Historia seraphica*, tomo II, pag. 133.

[77] Vol. I, pag. 701-737.

BARROS & FILHA, EDITORES

RUA DO ALMADA, 104 A 114, PORTO

LITTERATURA E POLYGRAPHIA

ALBERTO PIMENTEL

Rainha sem reino (estudo historico do seculo XV); trabalho eximio cujo entrecho romantico, rigorosamente historico, desperta profundo interesse pelas revelações importantes e novas do

reinado de D. Affonso V, em conflicto com a côrte de Castella:
1 vol., 600 rs.

BARROS LOBO

(BELDEMONIO)

Viagens no Chiado; descripção pittoresca e faiscante da alta vida lisboeta nas suas relações externas; scenas de costumes, retratos litterarios de personagens em evidencia, etc.: 1 vol., no prelo.

BRITO DE BARROS

Diccionario de phrases latinas de uso mais vulgar; livro util e muito curioso, indispensavel a todas as pessoas que lêem; revisto por um distincto professor de latim em Coimbra: 1 vol., 500 rs.

Farpões (2.^a edição); obra de muita originalidade litteraria, tanto pela fórma como pelo vigor da phrase: 2 tomos, 500 rs.

Mulheres; romance da vida contemporanea. A entrar no prelo.

Pandemonio; obra amena, critica e philosophica, de um grande interesse moral e social: 1 vol., 500 rs.

EMILIO CASTELLAR

Alliança helleno-latina (em vulgar); notabilissimo discurso que o eminente orador hespanhol pronunciou em Pariz no dia 4 de novembro de 1886, cujo assumpto, elevado e sympathico, interessa profundamente á familia portugueza: 1 vol., 200 rs.—
Tiragem especial de 25 exemplares numerados, para os camoneanos, 1\$000 rs.

MARIA AMALIA

(D. MARIA AMALIA VAZ DE CARVALHO)

Cartas a Luiza (moral, educação e costumes); formoso livro consagrado ás senhoras e familias, escripto n'um estylo elegante com a lucidez e genial criterio que caracterizam o espirito gentil da sua talentosa auctora: 1 vol., 600 rs.

Uma vida perfeita; episodio moral e commovente, que põe em evidencia synthetica, n'uma mulher de espirito forte, a exacta

compreensão do dever e dos santos principios da tolerancia religiosa em lucta aberta com os exaggeros crueis do fanatismo indomito. A entrar no prelo.

EDUCAÇÃO E ENSINO

ANTONIO MANUEL GOMES

Modelos de redacção, auxiliares do curso de portuguez e dos alumnos de instrucção primaria, contendo: cartas sobre varios assumptos, narrações, descripções, etc., segundo os themas do *Manual de estylo* do sr. dr. Delphim Maria d'Oliveira Maya; 1 vol., cartonado, 500 rs.

Alem de ser proprio para leitura e analyse nas aulas, este livro do distincto professor de portuguez e francez é um excellente trabalho litterario para as familias, porque, a par da pureza de linguagem que o caracteriza, ha n'elle muito ensinamento pratico e moral aproveitavel tanto para pessoas adultas como para meninos e meninas cuja educação seja cuidada.

Resumo da historia portugueza para uso das escholas d' instrucção primaria; obra approvada pelo governo (2.^a edição): 1 vol., cartonado, 300 rs.

Rudimentos de arithmetica e systema metrico: 1 vol., cartonado, 200 rs.

JACOB BENSABAT

Nova arithmetica e systema metrico das escholas primarias, elaborados pelo systema analytico e inductivo, e illustrados com 21 gravuras: 1 vol., cartonado, 400 rs.

Esta nova obra do abalisado professor de francez e inglez, já vantajosamente conhecido por outra ordem de trabalhos didacticos e linguisticos, constitue indubitavelmente um progresso apreciavel n'esta importante materia da instrucção elementar.

*** END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK RAINHA SEM REINO (ESTUDO HISTORICO DO SECULO XV) ***

Updated editions will replace the previous one—the old editions will be renamed.

Creating the works from print editions not protected by U.S.

copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license, especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE

THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE

PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™ License available with this file or online at www.gutenberg.org/license.

Section 1. General Terms of Use and Redistributing Project Gutenberg™ electronic works

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic works even without complying with the full terms of this agreement. See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed. Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

This eBook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away

or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work, or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with active links or immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form, including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in

the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- • You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, “Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation.”
- • You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.
- • You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.

- • You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain “Defects,” such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the “Right of Replacement or Refund” described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL, PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it,

you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or indirectly from any of the following which you do or cause to occur: (a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b) alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™
Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of

computers including obsolete, old, middle-aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at www.gutenberg.org.

Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at www.gutenberg.org/contact

Section 4. Information about Donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United

States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit www.gutenberg.org/donate. While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff. Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit card donations. To donate, please visit: www.gutenberg.org/donate.

Section 5. General Information About Project Gutenberg™ electronic works

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: www.gutenberg.org.

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.